



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SABRINA RAFAEL BEZERRA

**NO DIREITO, O GÊNERO: MULHERES E EXPERIÊNCIAS NA
PARAÍBA (1956-1972).**

Orientadora: Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos.

JOÃO PESSOA –PB
MAIO DE 2016.

SABRINA RAFAEL BEZERRA

**NO DIREITO, O GÊNERO: MULHERES E EXPERIÊNCIAS NA
PARAÍBA (1956-1972).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Ensino de História e Saberes Históricos.

Orientadora: Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos.

JOÃO PESSOA –PB
MAIO DE 2016

B574n Bezerra, Sabrina Rafael.
No direito, o gênero: mulheres e experiências na Paraíba
(1956-1972) / Sabrina Rafael Bezerra.- João Pessoa, 2016.
123f. : il.
Orientadora: Susel Oliveira da Rosa
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. História - mulheres - Paraíba. 2. Relações de gênero.
3. Relações de poder. 4. Direito - mulheres - experiências.

UFPB/BC

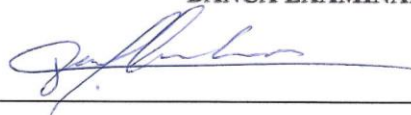
CDU: 94-055.2(813.3)(043)

SABRINA RAFAEL BEZERRA

**NO DIREITO, O GÊNERO:
MULHERES E EXPERIÊNCIAS NA PARAÍBA (1956-1972)**

Dissertação avaliada em 17/05/2016 com conceito Aprovada

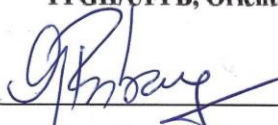
BANCA EXAMINADORA



Professora Dra. Susel Oliveira da Rosa

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba

PPGH/UFPB, Orientadora



Professora Dra. Gloria de Lourdes Freire Rabay

Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – Universidade Federal da Paraíba

PPJ/UFPB, Examinadora Externa



Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba

PPGH/UFPB, Examinador Interno

Professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba

PPGH/UFPB, Suplente Interno

Professora Dra. Kyara Maria Almeida Vieira

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina

Grande, PPGH/UFCG Suplente Externo

[..] o trabalho com a história das mulheres pode ser encarado como uma espécie de missão de salvamento...”¹

¹ BASSO, Rafaela. A escrita da História de Natalie Davis no Livro Nas Margens. Outros Tempos. Dossiê Estudos de Gênero. Maranhão: V. 7, N. 9, P. 211-224, 2010.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à minha orientadora, que me recebeu de braços abertos, Susel Oliveira da Rosa. Obrigada pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e aumentar meu amor para com a pesquisa sobre gênero e história das mulheres. Obrigada por me ensinar a contar a história dessas mulheres e assim fortalecer a nossa luta.

Agradeço imensamente ao meu primeiro orientador, o Professor Doutor Paulo Giovani Nunes. Sou muito grata por todos os ensinamentos e por toda a ajuda ao longo de todo esse mestrado com as fontes que me foram disponibilizadas pela Comissão da Verdade Paraíba. Mas, principalmente, obrigada por me mostrar com seu exemplo que todos podemos ser mais humanos (as) e competente no que fazemos sem agir de maneira soberba ou hostil.

Gostaria também de agradecer ao PPGH UFPB, a coordenação da época e a atual, na pessoa das Professoras Doutoras Telma Cristina Dias Fernandes, Serioja Mariano, Solange Rocha e Élio Chaves Flores.

Agradeço ainda as Professoras Glória Rabay e Kyara Almeida, a leitura atenta de vocês foi fundamental para que esse trabalho se tornasse o que ele é hoje. Também gostaria de dizer que ambas são uma inspiração para mim, como mulheres e como profissionais.

Agradeço também a todos os meus colegas de turma, que me ajudaram de um modo ou de outro, com fontes, palavras, livros, apoio e amizade sincera, especialmente a Lucian, Rozeane, Márcia Albuquerque, Márcia Rolim, Jadson e Bento. Meus amigos e amigas da jornada da vida, que sempre estiveram e compreenderam minha falta de tempo e humor complicado, amo todos vocês imensamente. Priscila Vasconcelos, Cassia Rodrigues, Maria da Luz Costa, Talitha Torquato Berto Cordeiro, Gerlaine Fernandes, Bettyciara Pontes, Kamila Costa, Camila de Fátima, Jucimar Candido, Márcio Tiago Aprigio.

Agradeço também à minha família pela ajuda e apoio.

Agradeço ainda ao Professor Doutor Tiago Bernardon, por sempre ter me ajudado, tirado dúvidas e me ouvido, meu orientador da monografia que se tornou um amigo para a vida.

Gostaria também de agradecer a um servidor do Tribunal Regional Eleitoral que me ajudou com as fotos da exposição de Dra. Helena Alves, Sr. Erick Ouriques Thomaz

da Silva. Assim como também agradeço a todos os servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba que sempre foram tão solícitos e me ajudaram com informações que precisei para desenvolver essa pesquisa.

Agradeço às mulheres que me inspiraram a fazer esse trabalho, que eu desenvolvi com muito amor, pois eu me apaixonei por suas histórias de vida, por suas experiências e com elas aprendi coisas que levarei para sempre dentro de mim e que me fizeram amadurecer e ser alguém que considero melhor. Dra. Helena Alves, Dra. Ofélia Gondim e, apesar de não ter tido a oportunidade de conhecer pessoalmente, a Dra. Ophélia Amorim que, mesmo conhecendo-a apenas através de documentos da ditadura, me ensinou e me inspirou a ser a mulher do Direito que eu sempre quis ser.

Por fim, concluo agradecendo o incentivo de alguém sem o qual eu não estaria concluindo esse trabalho hoje, foi ele que me incentivou a entrar no mestrado quando eu duvidava de mim e foi ele que me fez enxergar novamente aquilo que eu sempre amei fazer, a função que me traz alegria em desempenhar. A ele agradeço por toda ajuda e incentivo, João Matias de Oliveira Neto, obrigada por ver em mim a pesquisadora que eu não quis ver.

RESUMO

O presente trabalho traz a história de vida de três mulheres do campo do Direito na Paraíba. Destaco-as assim, pois a ênfase que foi dada às suas trajetórias nesse trabalho perpassa pelo espaço de suas vidas profissionais. Tendo por recorte temporal as décadas de 1950, especificamente iniciando no ano de 1956 até o ano de 1972, períodos políticos de grande importância na história do Brasil, pois trata-se de um momento de transição de uma Democracia para uma Ditadura Militar, esse período histórico foi o elo que uniu essas três personagens, que apesar de se conhecerem e viverem bem próximas geograficamente suas experiências acabaram sendo vividas longe umas das outras. Esse período histórico acabou marcando a vida de cada uma de maneira bastante peculiar. Com isso, essas três personagens possibilitaram o levantamento de problemáticas acerca das relações de gênero e das relações de poder, as quais se cruzam, ocasionando pensar como essas relações se deram para essas mulheres que ousaram ocupar lugares no mundo do trabalho antes negados e romperam com papéis de gênero pré-estabelecidos socialmente. A resistência de uma, o pioneirismo de outra e a coragem de lutar são características dessas três mulheres do Direito que abriram caminhos para que outras viessem hoje a ocupar.

Palavras-Chaves: Mulheres, Relações de Gênero, Relações de Poder, Paraíba, Direito.

ABSTRACT

This paper presents the life of three women that grows in magistrate of Paraíba. The emphasis that was given to their trajectories in this work moves through the space of their professional lives. At 1950s, specifically starting in the year 1956 until the year 1972, period transition to democracy into a military dictatorship, bond that united these three characters, who although they live very close geographically their experiences, their lives are in dialog in history of Brazil. Thus, these three characters raises issues about gender relations and power relations, which intersect, thinking about how these relationships are given to those women who dared to take place in the working world before denied and broke with gender roles. The strength of the pioneering and the courage to fight are characteristics of these three women of law that opened paths for others today come to occupy.

Key Words: Women, Gender Relations, Power Relations, Paraíba, law.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Primeira página do Diário/Caderno de Helena Alves.....	49
Figura 02 – Recorte do Jornal A União de 1957, acervo pessoal de Helena Alves.....	64
Figura 03 – Foto da campanha de Ofélia Gondim para Deputa Estadual, acervo pessoal da mesma.....	78
Figura 04 – Foto de Ophélia Amorim publicada pela Revista Fatos e Fotos, encontrada no IPM de 1969, Vol. III, produzido pela Promotoria Militar da 7º Região. (Disponibilizado pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)	89
Figura 05 – Foto de Ophélia Amorim publicada pela Revista Fatos e Fotos, encontrada no IPM de 1969, Vol. III, produzido pela Promotoria Militar da 7º Região. (Disponibilizado pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)	90
Figura 06 – Imagem de um telegrama, encontrado no IPM de 1969, Vol. III, produzido pela Promotoria Militar da 7º Região. (Disponibilizado pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)	101
Figura 07 – Imagem do Ofício nº47 que declara a prisão preventiva de Ophélia Amorim, encontrado no IPM de 1969, produzido pela Promotoria Militar da 7º Região. (Disponibilizado pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)	106
Figura 08 – Imagem do Prontuário de Ophélia Amorim, página 1, produzido pela Agência Nacional de Informação (Disponibilizado pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)	113
Figura 09 – Imagem do Prontuário de Ophélia Amorim, página 2, produzido pela Agência Nacional de Informação (Disponibilizado pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
 CAPITULO 1– UMA EVA ENVERGOU A TOGA: A EXPERIÊNCIA DE HELENA ALVES DE SOUZA NA MAGISTRATURA PARAÍBANA.....	30
1.1– “MULHER NÃO ERA PRA SER JUÍZA, MULHER ERA PARA CUIDAR DO FOGÃO NÃO É?!”	35
1.2- RECORTANDO ESTÓRIAS PARA FAZER HISTÓRIA: MATERIAS DE JORNAIS E O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE, A MAGISTRATURA NÃO É COISA DE MULHER?	50
 CAPITULO 2 – OS FEMINISMOS E O PROTAGONISMO FEMININO, CAMPARTILHANDO AS DIFERENÇAS: A EXPERIÊNCIA DE OFÉLIA GONDIM.....	66
2.1- UMA MULHER: VEREADORA, ADVOGADA, PROFESSORA E PRESIDENTE DA OAB-PB.....	66
 CAPITULO 3 – QUEM TEM MEDO DA COMUNISTA? OPHÉLIA MARIA AMORIM, ADVOGADA DAS LIGAS CAMPONESAS.....	85
3.1 – A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA, AS LIGAS CAMPONESAS E A “AÇÃO POPULAR”	95
3.2 – UM CORONEL: “O SEU PROBLEMA É FALTA DE CASAMENTO”, OS LUGARES IMPOSTOS ÀS MULHERES E AS HABILIDADES DE RESISTÊNCIA	107
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAL BIBLIOGRAFICO.....	119

INTRODUÇÃO

A história não recupera o real no passado, mas constrói um discurso sobre ele, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade do historiador que recorta e narra o passado, deixando explícito que o domínio que os historiadores têm é sempre parcial. (MATOS,1998: p.67)

Ao entrar no Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, meu objetivo era desenvolver outra pesquisa. Nos primeiros meses de estudos, comecei a perceber que ela não fazia mais sentido como antes. Eu tinha como objeto a classe trabalhadora feminina da Companhia de Tecidos Paulista, situada em Rio Tinto, PB. Usava como fonte processos arquivados na Justiça do Trabalho no intuito de perceber de que maneira o direito era utilizado por essas mulheres como estratégia para ganhos sobre o trabalho, e ao mesmo tempo como elas resistiam ao patriarcado que tentava lhes controlar.

Mesmo com tudo que tinha, resolvi que não queria continuar aquela pesquisa. E foi então que me veio a ideia de voltar aos jornais da exposição que ocorreu no Tribunal Regional Eleitoral em João Pessoa, PB, em 2013. Sobre a primeira mulher magistrada da Paraíba. A princípio pensei em fazer um artigo para um evento acadêmico e, depois disso, comecei a pensar em desenvolver meu projeto de mestrado, porque não?!

Mas antes de continuar lhes apresentando minhas personagens, preciso ainda que compreendam como a minha experiência de vida influenciou nessa pesquisa.

Em meados do ano de 2013, eu trabalhava como estagiária no SEBRAE. Era aluna do curso de Direito e precisava de horas extras para apresentar à coordenação no final do curso. Foi então que em uma tarde qualquer, na qual pesquisava assuntos referentes ao estágio, no computador, abri a página do Tribunal de Justiça da Paraíba e vi que lá estava em destaque, na parte de notícias, uma homenagem à primeira mulher que assumiu na Paraíba o cargo da magistratura. Era mais ou menos o mês de maio do referido ano.

Pouco tempo depois soube por um amigo, que lá trabalha, que ela também havia sido homenageada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, localizado em João Pessoa, lugar onde fizeram mais uma homenagem a mulher que havia sido também primeira Juíza Eleitoral, tendo em vista que, para quem não conhece as estruturas da magistratura, o

cargo de Juíza (o) Estadual delega aos seus ocupantes a obrigação de julgar no que lhes compete ações de natureza eleitoral e atuar nos períodos agitados das eleições. Foi exposto no TRE uma série de recortes de jornais, nos quais encontravam-se matérias da década de 1950, especificamente dos anos de 1956 e 1957 sobre a candidatura e depois nomeação de Helena Alves de Souza como primeira “mulher magistrado.”. Era a “Eva” que “envergou a toga”, segundo os jornais da época.

Todas essas informações me despertaram, em primeiro lugar, um sentimento de admiração e, logo em seguida, de curiosidade. Havia perdido as duas oportunidades de ouvir o relato de experiência da boca da própria Helena, sobre sua atuação enquanto Juíza. Então, o mesmo amigo fotografou a exposição e me enviou, na qual continha os jornais da época da candidatura de Helena Alves e assim os li em casa.

Após a leitura dos jornais, fiquei ainda mais curiosa, e fui pessoalmente ver a exposição. Porém acabei deixando de lado essas informações para me dedicar ao que na época era meu projeto de mestrado, o qual submeti a seleção do PPGH na UFPB.

Quando decidi mudar de projeto, fui ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e consegui o contato de Helena Alves com algumas pessoas que lá trabalham e marquei uma entrevista. Minha sensação ao chegar em sua casa dela, era de euforia e ansiedade, porém sai de lá tão surpresa com tudo que me foi dito que sequer sabia mais no que pensar. Então disse a mim mesma: “Que mulher intrigante é Helena!”.

Essa era a primeira personagem desse trabalho, depois da entrevista eu fiquei tão encantada com a experiência de Helena Alves e com o que ela havia me contado que também me interessei pela amiga dela, Ofélia Gondim. Helena havia me falado muito dessa sua amiga e me sugeriu pesquisar sobre ela também, foi assim que consegui o contato de Ofélia Gondim e fui conhecer mais de sua experiência.

Na casa de Ofélia Gondim, fui muito bem recebida, uma mulher ativa, independente e forte estava a minha frente contando suas histórias com um sorriso largo e imensa satisfação. E ela se tornou a segunda personagem a ser exposta aqui.

Quando acabei as entrevistas e transcrevi, comecei a pensar no livro da minha orientadora Susel Oliveira da Rosa², no qual ela trabalha com a história de vida, de três

² ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. (Coleção entregêneros). Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Flávia Schilling. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

mulheres, que resistiram no período de ditadura e que também me serviu de inspiração. Foi então, que eu comecei a achar que três, seria o número ideal para compor o meu trabalho também. Então comecei a conversar com o meu primeiro orientador do Programa de Pós-Graduação, o Professor Paulo Giovane, que preside a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, e o mesmo trabalha com o período de ditadura no Brasil, como tema de pesquisa. E ele me sugeriu pesquisar a vida de Ophélia Amorim, fiquei encantada com tudo o que ele me contou sobre ela. E graças a ele tive acesso aos depoimentos que ela havia proferido para a Comissão da Verdade Paraíba. Outro colega de sala do Mestrado, Bento Neto, também me ajudou nesse processo de coletas de fontes. Ele foi pesquisador de um projeto na UFPB, no qual os alunos digitalizaram os Inquéritos Polícias Militares da época do Golpe civil militar, e foi então que ele me passou o Inquérito no qual continha os depoimentos, documentos e processo de Ophélia Amorim. Já na última fase de escrita da dissertação, o Prof. Paulo Giovane, me passou outro documento que foi de extrema importância para concluir o capítulo sobre Ophélia Amorim, como vocês verão.

Mas, ainda no início da pesquisa, cogitei ir a Hortolândia, cidade onde vive Ophélia Amorim, entrevista-la, pois eu tenho bastante curiosidade em saber como foi a participação dela no movimento feminista na década de 1970 em São Paulo, mas infelizmente o pouco tempo do mestrado acabou não me permitindo fazer essa viagem, fora que tive algumas dificuldades para conseguir o contato dela e acabei fazendo o capítulo com as informações das fontes que tinha em mãos, o que não significa, que não me debruçarei em outra oportunidade nessa história de vida, pois para mim, já se tornou um projeto futuro.

A ordem dos capítulos não foi escolhida de maneira cronológica, não destaquei as experiências das mulheres que pesquisei com base em uma linha reta do tempo, mas eu tentei fazer pontes entre elas e assim Helena Alves, a primeira Juíza da Paraíba, se tornou o primeiro capítulo, destaco principalmente, o período dos anos 1950, mais especificamente 1956, 1957 e ainda visito o final dos anos de 1960, devido a um fato marcante que ocorreu na vida da personagem. Ofélia Gondim, foi amiga da primeira personagem a vida inteira e ainda é. Apesar de não explorar tanto essa amizade, mas a ligação que a vida das duas tem, me possibilita coloca-las juntas. O período de destaque dessa personagem é a década de 1970, pois é nesse momento em que ela vai exercer a

função legislativa em João Pessoa, embora esse não seja seu único destaque de experiência de vida profissional.

Ophélia Amorim é a última a ser apresentada nessa dissertação. Optei por destacar o período de sua vida que os documentos do Inquérito Polícia Militar me proporcionaram, este que foi o ano do Golpe Civil Militar, o ano de 1964 e seguintes. A volta a esse período é interessante, pois as duas personagens anteriores trazem uma preparação de contexto social para que se compreenda no último capítulo com mais aprofundamento os anos da ditadura. São experiências diferentes, que se cruzam e são marcadas por esse período que acaba sendo o recorte temporal de destaque desse trabalho

A escolha dessas três personagens vai além de seus pioneiros e destacados papéis em carreiras do mundo jurídico. A intenção aqui é compreender como as relações de gênero ocorreram na Paraíba, dentro da seara jurídica, através dessas personagens, como também compreender as representações que lhes foram atribuídas por jornais e nas entrevistas que eu fiz e que outros fizeram, através da reflexão sobre suas experiências.

A epígrafe que destaquei para iniciar esse texto não foi à toa, pois ela aponta bem como as subjetividades da historiadora (o) são importantes para construção do trabalho histórico. Não se trata de uma simples escolha ou de um objeto desligado de qualquer subjetividade, as subjetividades existem e se apresentam na intenção da escolha da pesquisadora (o), como também na experiência de uma pessoa que como todas as outras possui suas subjetividades, essas que me levaram a escolher o objeto com o qual trabalho. Por isso a minha opção por trabalhar com essas mulheres, não seria possível, claro, dada a devida proporção, se minha subjetividade enquanto historiadora não estivesse presente, além é claro da minha segunda formação como jurista e por causa dela meu interesse e perspectiva destacada sobre a vida das personagens é feita por um olhar que vai além da minha formação como historiadora. Por esse motivo como ensina Maria Izilda na epígrafe destacada, a história é um olhar, um recorte, uma visão, sempre parcial.

Essas mulheres do Direito, como eu as classifico devido as suas formações e atuações. Pois bem, essas três mulheres que eu conto aqui suas histórias, a partir de suas vidas profissionais, me despertaram para a seguinte questão: Como essas mulheres se construíram a partir das experiências vivenciadas em espaços de poder? E essa é a questão que me norteia nessa escrita.

Partindo dessa premissa, começo então a lhes apresentar as minhas escolhas de fontes e a metodologia que eu empreguei nesse trabalho, pois ela faz parte dos pressupostos teóricos que as fontes escolhidas me trouxeram. Explorei cinco tipos de fontes: os jornais, *A União e O Norte*, ambos disponibilizados por Helena Alves, que os guardava colados nas páginas de seu Diário, esse que também passou a ser analisado como fonte e outros jornais encontrados em arquivos, como a Fundação Casa de José Américo. O documentário produzido pelo NIPAN (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre Mulher e a Relações de Sexo e Gênero da UFPB), o qual uniu dois departamentos o de Educação e o de Jornalismo da UFPB para confecção de um documentário. O Inquérito Policial Militar, o qual consegui todo digitalizado. E as entrevistas realizadas por mim, com duas das três mulheres, além dos depoimentos dados a Comissão da Verdade PB. Fontes bem diversas e que exigiram cada uma sua metodologia específica.

O jornal, por muito tempo, foi considerado uma fonte de verdade que servia apenas, para complementação de informações sobre o passado. Após os anos de 1970 é que esse objeto muda de perspectiva nas reflexões dos historiadores, pois nesse período estava também acontecendo no mundo debates sobre as mudanças de paradigmas na história, ou seja, sua quebra com a forma positivista de pensar a pesquisa histórica, trazendo uma abrangência de temas e fontes.³ Ao romper com uma história que busca por uma verdade absoluta, a nova história cultural inspira, a tentar buscar nas entrelinhas ou ir além do que é apresentado. E é nessa perspectiva que pretendo explorar os recortes de jornais que me foram disponibilizados pela personagem do capítulo I. Observando como esses foram selecionados e se constroem a partir da maneira como ela (Helena Alves) os conservou. Porém eles não estão restritos a personagem do Capítulo I, mas no Capítulo II, também destaco essa fonte.

Passemos a metodologia de análise do Diário, que é utilizado por Helena como caderno de recortes. O século XIX segundo Maria Teresa Cunha⁴, foi um momento onde o incentivo a escrita de diários se tornou bastante forte. No século XX esses diários ganharam impulso também, mas em meados desse século eles vão deixando de se tornar

³Ver: LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes históricas. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). São Paulo: Contexto, 2005.

⁴CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a História. In: O historiador e suas fontes. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (org.) 1º ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

uma prática crescente. As mulheres foram as grandes responsáveis por sua confecção, eles poderiam vir como diários de família, cadernos de escola, ou cadernos de capas douradas e bonitas com o nome “Diário”, este era um presente que se dava as moças, geralmente solteiras. Como aponta Cunha:

A historiadora francesa Michelle Perrot, cujos estudos evidenciam que, no século XIX, foram as mulheres as principais produtoras desses arquivos ditos familiares, onde se exprimiam com certa regularidade temporal e nos quais “preservavam os anais do lar, os *livres de raison*, as correspondências familiares que deram origem ao diário íntimo cujo emprego é recomendado às jovens solteiras pelos confessores e, mais tarde, pelos pedagogos, como uma forma de controle sobre si”.⁵

No capítulo em que trato dessa fonte, eu percebi que a personagem nunca escreveu nenhuma linha em seu diário, apenas colou as fotos dos jornais, os quais selecionou, que traziam matérias sobre sua candidatura ao cargo de magistrada ou que falasse algo sobre sua atuação profissional como advogada. Este diário, então funcionou como o caderno de colagem dessas matérias. O detalhe interessante é que ele lhe foi dado pelo seu pretendente da época, que mais tarde veio a se tornar marido. E as únicas linhas escritas nele são da dedicatória que ele fez para Helena Alves.

Portanto o uso dessa fonte no meu trabalho trouxe-me a difícil missão de tratar ao mesmo tempo de duas fontes cheias de subjetividade, no sentido de trazerem muitas intenções, as matérias escritas e os recortes que mereceram ser guardados.

Outra fonte que também uso nesse trabalho é um documentário⁶. Que me foi sugerido pela Prof. Glória Rabay, no qual ela teve participação na construção. Ele pode ser encontrado no *Youtube* e lá. O uso desse tipo de fonte é de extrema importância para história, pois como aponta Marc Ferro:

O historiador escolheu esse ou aquele conjunto de fontes, adotou esse ou aquele método de acordo com a natureza, de sua missão, de sua

⁵ CUNHA, p.256 *apud* PERROT, Michelle, “Práticas da memória feminina”, em Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.18, 1989, p.12. Ver: CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a História. In: O historiador e suas fontes. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (org.) 1º ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

⁶ Mulheres no curso de direito: ontem e hoje. Direção: Iayna Rabay. Produção Uhoo Filmes. João Pessoa– PB, 2015. 17 min. Son, Color, Formato: DVD.

época, trocando-os como um combatente troca de arma ou de tática, quando aqueles que utilizava perdem sua eficácia...⁷

O cinema que antes fora tão rejeitado por historiadores e outros intelectuais no século XIX, na década de 1970 passa a ser parte dos estudos da história como fonte, pois as reflexões para a história se tornaram outras. Como nos explica Ferro, a história é contemporânea, pois ela reflete os valores e relações de poder de sua época. A hierarquia das fontes na história e de temas aponta de certa maneira o que a sua época impõe. No final do século XIX, quando surge o cinema, ele foi completamente ignorado. O cinema era tido como atividade popular, para fazer rir aos tolos. Sua conjuntura sequer era entendida; o Direito, por exemplo, demorou a normatizá-lo, pois não sabia quem de fato era seu construtor, a máquina, o roteirista ou produtor?

O contexto do século XIX exigia da história verdades e imparcialidade tanto no seu fazer quanto em suas fontes, portanto como o cinema seria capaz de ser concebido como objeto desse fazer naquele momento? A história era dos grandes homens, não de minorias ou marginalizados. Era escrita com base nos sagrados documentos, guardados a sete chaves em palácios de ouro. Somente a quebra de tais paradigmas seria capaz de fazer com que os (as) historiadores (as) repensassem seus antigos conceitos quanto ao cinema que naquele momento já havia crescido e se reproduzido muito. Por isso a produção cinematográfica demorou tanto a ser reconhecida, mas após seu reconhecimento, o leque de fontes da história aumentou e por esse motivo o uso desse documentário foi importante para construção desse trabalho, principalmente no que diz respeito a pensar, a inserção feminina no campo do Direito na Paraíba.

Já o trabalho com a História Oral foi fundamental aqui, pois além de um método, como já foi muito discutido por seus teóricos, a História Oral é uma teoria da história que proporciona ao historiador(a) que a escolher, uma forma de desenvolver sua pesquisa para além de uma simples história do presente, mas que permite uma multiplicidade de enlaces teóricos, como analisar as entrevistas com viés em experiência e memória para a história, além de trazer a reflexão sobre o trabalho do historiador para a sociedade, como aquele que traz à tona a construção de discursos através de uma memória que se mistura ao presente do entrevistado ou depoente e aos objetivos do historiador(a).

⁷ FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: Cinema e História. 2.ed. ver. Ed ampl., São Paulo: Paz e Terra, 2010. p.27.

Segundo Philippe Joutard, a história oral é bastante pertinente aos estudos de gênero pois:

O crescente interesse pela história das mulheres – do qual aliás é testemunha este congresso internacional – desempenhou importante papel, quer se trate da vida cotidiana, do trabalho operário ou doméstico, da militância ou, mais profundamente, de sua identidade ou de sua vida afetiva. Desse ponto de vista, não resta dúvida que a história oral teve um papel pioneiro desde os anos 70 – bem antes de a história geral ter-se debruçado sobre o tema – com o ensaio de Sherma Gluck intitulado *What's so special about women: women's oral history* (1977) e o primeiro simpósio de história das mulheres (1983) (Dunaway). Na Itália, o avanço da história oral também está estreitamente ligado à “ótica de gênero” (Clemente).⁸

Por isso o método escolhido não passa longe dos estudos de gênero, os quais foram usados nesse trabalho e até os influenciaram em certo momento na sua constituição, como foi exposto no recorte citado. O que não significa que o historiador(a) irá usá-lo para responder ou confirmar suas indagações, mas sim para fazer dele seu objeto de reflexão histórica e representação do passado, como também aproximar o sujeito do seu objeto, fazendo um diálogo entre passado e presente. Assim, no depoimento se observa como o sujeito constrói sua memória para contar aos seus ouvintes. Vamos então para a última fonte e metodologia.

A ditadura militar, foi um período pelo qual toda a América Latina passou, quase que ao mesmo tempo. Os governos ditatoriais tomaram o poder e não foi só a falta de direitos mais básicos que foram retirados da população, mas o direito à memória, aos documentos, a saber de fato o que estava acontecendo. Com a anistia em 1979, os documentos desse período de abusos e restrições foram e ainda estão sendo abertos para a consulta e trabalho da (o) historiadora (o). Caroline Silveira Bauer e René E. Gertz trazem algumas considerações sobre o uso dessa fonte e sua importância, essas que são:

Esses documentos afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados (Estado, agentes da repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque, no caso das ditaduras militares, seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recente dessas sociedades. Isso traz à tona a discussão sobre privacidade e preservação da intimidade das pessoas. Além disso, esses arquivos

⁸JOUTARD, Philippe. História Oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: Usos e abusos da história oral. Coordenadoras: Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.53.

possuem, somado ao valor histórico e judicial, grande valor para a definição da memória histórica e para a constituição da identidade.

Dessa forma, esses arquivos possuem uma especificidade intrínseca, chamada por alguns pesquisadores de “efeito bumerangue”: os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações a seus direitos. Tais arquivos, absolutamente necessários para o exercício das atividades repressivas, se convertem, no novo regime, em instrumento social insubstituível para conformar novas relações sociais.”⁹

Mais adiante os autores aconselham que o uso dessa fonte deve ser feito com muito cuidado e ética, pois tendo em vista que é uma fonte na qual os personagens ainda estão vivos e foram produzidas em um período no qual a repressão imperava e algumas ações eram vistas até como crimes, é preciso contextualizar bem e problematizar, sem cair na armadilha de fazer juízos de valor.

Terminada essa breve discussão sobre as fontes e metodologias, gostaria de destacar, dentro de uma discussão mais teórica que a história por muito tempo teve um só sexo, mesmo quando esse falava do outro. Dar voz ao gênero feminino não era questão apenas de alguém escrever sobre as mulheres, mas das mulheres se escreverem. E em alguns momentos elas não tiveram essa oportunidade e a subjetividade do outro foi o que prevaleceu. Por isso acho bastante pertinente a resposta que a poeta Alice Ruiz certa vez deu ao seu amigo Caetano Veloso, quando “ele afirmou, em uma entrevista para a Revista Nova que a mulher seria inferior física e mentalmente. Alice devolveu as considerações no artigo ‘Carta Aberta a Caetano’¹⁰.

A história foi feita pelos homens. E escrita por eles. Aliás, tudo foi escrito, analisado, estudado pelos homens. Inclusive as mulheres. Quer dizer, tudo que se fala e sabe sobre mulher foi dito pelos homens. Pelo menos, até uns poucos anos atrás. Faz muito pouco tempo que as mulheres escrevem. Talvez por isso nenhuma se debruçou tanto sobre a alma feminina quanto Machado de Assis, Flaubert, Balzac, Tolstói, entre centenas na literatura. Ou como você e Chico entre outros na nossa música. Somos Capitu, Gabriela, Carolina, Tigresa. Somos o que vocês disseram que somos. Em outras palavras, até o conceito de mulher é masculino, ou era, até recentemente. Os critérios são a visão do homem.

⁹ BAUER, Caroline Silveira. GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: O historiador e suas fontes. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (org.) 1º ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p.178.

¹⁰MURGEL, 2006 *apud* RUIZ, 1981. Ver o artigo publicado na Labrys: MURGEL: Ana Carolina Arruda de Toledo. “Esse um que só o dois inaugura”: Alice Ruiz e os anos 1970. *Labrys*, Brasília: jan. /jun. de 2006. p.2.

Mas isso você colocou às mil maravilhas na entrevista quando disse: “nosso dever é criar novos critérios, esquecer os critérios, complexizá-los.”. E isso não é mais um serviço para o super-homem. As mulheres, e, principalmente elas, precisam colaborar com a sua visão das coisas para acelerar esse processo de fundar uma nova ótica, especialmente sobre a própria mulher. Hay que equilibrar. O chato é que a mulher quando começa a se pôr pra fora procurando descobrir e colocar a própria voz, sempre tem alguém que diz que ela está virando homem.¹¹

Concordo plenamente com as palavras da poeta brasileira Alice Ruiz. E é por reivindicar esse lugar de poder na escrita e representação feminina para a história que eu me propus a historicizar a experiência das minhas três personagens. Por muito tempo nos foi negado o direito a história e quando isso foi rompido, ela, a história, não era nossa, era feita por outros, mas não nossa! As relações sociais de gênero impuseram e ainda impõe de certa forma lugares para homens e mulheres, lugares esses que são apenas construções e não verdades e que a resistência a esses lugares fez com que vozes como a de Alice Ruiz fossem ouvidas e problematizadas para construção da história. Pois o lugar dos gêneros não reside em determinações fechadas, somos mais complexos que essas verdades que nos impõem.

Alice Ruiz usou suas poesias para criticar os lugares e papéis impostos as mulheres, o que lhe fez ser uma poeta feminista. Ela deu voz e representação as mulheres através de sua subjetividade e isso foi uma maneira também de resistir as imposições e desigualdades que cercavam o gênero feminino.

O fato ocorrido entre ela e Caetano ilustra bem, uma outra discussão que eu levantei ao longo de todo esse texto. “Pessoas de um mesmo lado”, (da esquerda), da quebra de paradigmas, mantinham tradições que o outro lado (a ditadura) também preservava, ambos os lados preservavam o patriarcado e não deram as relações de gênero e sexualidade sua devida importância. Por isso é tão importante a luta das mulheres para a escrita da história e para a abertura de lugares no mundo, seja, profissional ou político.

No livro já citado da historiadora Susel O. da Rosa, foi tecido através dos fios da história, uma narrativa sensível e cheia de sentimentos. Intitulado como: “Mulheres, ditaduras e memórias, “Não precise ser triste para ser militante”¹², ela traz as memórias

¹¹MURGEL, 2006 *apud* RUIZ, 1981.

¹² ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante.” (Coleção entregêneros). Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

de três mulheres que viveram o horror da ditadura militar no Brasil e no Uruguai, cada uma a sua maneira. Uma com marcas mais profundas no corpo, outra que viveu e compartilhou ideias e sentimentos feministas em outro país. E a terceira que incansavelmente resistiu e resiste. Assim foram e são: Nilce Cardoso, Danda Prado e Flávia Schilling, três mulheres que para além da coragem como adjetivo tiveram a “coragem de verdade”.¹³ E como eu já disse foi uma das minhas inspirações para composição desse trabalho.

Esse livro me trouxe a possibilidade de perceber o lugar da mulher na esquerda brasileira, o qual era mantido sob o julgo do patriarcado. A esquerda esquecia o feminismo, esquecia as mulheres, em nome do que eles chamavam de “maior”. Agindo como seus inimigos, colocavam a mulher no lugar social de subordinação e mera auxiliar. A exemplo de uma das mulheres que a historiadora Susel, expõe: Danda Prado ao criar o *Grupo Latino Americano das Mulheres em Paris*, este que debatia questões de gênero e experiências femininas no exílio, teve como resultado uma corrente gigante de difusão dessas reflexões, através do jornal *Nosotras*. Mas essa empreitada também teve por consequência alguns desconfortos e encontros com os homens da esquerda, que chegaram a proibir suas companheiras de irem as reuniões organizadas por Danda Prado.

Com base nesses e em outros trabalhos, foi que essa pesquisa nasceu e se fundamentou, para construção de uma reflexão através da experiência de mulheres como as que aqui escolhi apresentar.

Portanto, caros leitores e leitoras, nestas teclas, ao lhes escrever, tive uma árdua tarefa que me exigiu sensibilidade e experiência para tratar dessas questões junto com as teorias que escolhi para me darem suporte.

A história das mulheres tem sua difusão na década de 1960, junto com o movimento feminista, que muitas vezes era quem produzia tais trabalhos a respeito das ações femininas no passado. Essa produção historiográfica buscava denunciar a marginalidade e a exclusão, a qual os historiadores (as) do passado relegavam às mulheres. Inserir as mulheres nas páginas da história foi um dos meus principais objetivos nessa dissertação.

¹³ Ver livro: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: O uso dos prazeres*. Tradução, Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

Na década de 1970, existiam duas correntes historiográficas dominantes, os marxistas e a história dos Annales. Os marxistas percebiam a temática das mulheres como algo secundário, pois o que importava era discutir e problematizar a sociedade de classes com o intuito de que um dia a mesma se desfizesse. Os Annales apesar de não terem incorporado logo a história das mulheres aos seus trabalhos, mesmo assim contribuíram para que ela ganhasse impulso, pois seus trabalhos preocupados com as “tramas do cotidiano” e os sujeitos concretos, indo de encontro ao oposto da época que era “racionalidade universal”, acabaram trazendo para à história das mulheres meios que possibilitaram sua concretização.¹⁴

As mulheres passaram a ser inseridas na história e, mais que isso, como afirma Burke (2005) sobre o uso da ideia de “suplemento” de Jaques Derrida, a qual foi utilizada por Joan Scott: “as mulheres tanto foram acrescentadas a história”, como “ocasionaram sua reescrita”.¹⁵ A reescrita da história por uma ótica feminina, que por tanto tempo foi excluída, possui diversas obras, porém eu gostaria de destacar como exemplo, uma em especial que me inspirou nessa pesquisa. Trata-se do livro de Natalie Zemon Davis, intitulado: *Nas Margens, três mulheres do século XVII*. Essa obra traz a história de três mulheres do século XVII, as quais, apesar das diferenças e de nunca terem convivido juntas, tinham em comum algumas características, como viver no mesmo século, no mesmo país, terem perdido entes queridos na praga desse século, a peste negra, serem artesãs, terem exercido a administração de bens e da vida doméstica em diferentes situações com autonomia e sucesso, além da religião, ser algo muito presente em suas vidas, tratando-se de uma judia negociante de Hamburg, Glikl bas Judah Leib, a outra

¹⁴ A escola dos Annales surgiu na França, no contexto da crise mundial econômica de 1929. Os historiadores fundadores foram Marc Bloch e Lucien Febvre, historiadores, professores da Universidade de Estrasburgo. A abordagem inovadora desses historiadores consistia em trazer uma discussão interdisciplinar para história, com a influência da geografia, passou a se ter uma história regional e local, assim como os primeiros passos para uma história do presente. As abordagens pautadas em uma história econômica também foram novidade, além, é claro, das influências da revista da “*Anné Sociologique*”. Explicar a história através do conceito da “longa duração” começou a ser desenvolvido ainda na primeira geração dos Annales, mas só foi concluído com maior vigor na segunda geração pelo seu líder Fernand Braudel, através de seu famoso livro, “O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II”, publicado em 1946. A história das mentalidades também se fazia presente nessa geração e a abertura de temas para história só se expandiu, cada vez mais até que na terceira geração dos Annales houve uma ruptura dos paradigmas da história. Essa geração ficou conhecida como a da “Nova história”, teve muitos líderes e os mais destacados foram, Jacques Le Goff, George Duby, Pierre Nora, entre outros, que trouxeram para a história, a possibilidade de pensar todas as atividades humanas como tema para se explorar e problematizar no campo da história, fragmentando-a. E é nessa última geração que a história das mulheres se consolida e se expande pelo mundo acadêmico com a missão de trazer para as páginas esquecidas da história, as mulheres e suas lutas.

¹⁵ Grifos do autor na página 70. Ver: BURKE, Peter. O que é história Cultural? Tradução: Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. p. 70.

uma viúva que se tornou freira católica da ordem das Ursulinas partindo em missão para o Canadá, Marie de l'Incarnation e a última uma protestante, pintora, entomologista de Frankfurt que vai para América do Sul realizar pesquisas, Maria Sibylla Merian.

Essas três mulheres viviam na margem social de sua época, pois não ocupavam nenhum cargo ou classe social alta, eram plebeias e ainda mulheres que, como Davis afirma: “não fizeram da promoção feminina seu principal objetivo. Contudo, suas histórias revelam outras possibilidades de vida no século XVII, já que elas batalharam sua nova maneira de viver às margens.”¹⁶

Como já destaquei elas tinham também em comum a religião e o matrimônio. Digo em comum a religião não porque fossem da mesma, mas falo com relação à devoção, pois como já lhes apresentei elas pertenciam a segmentos diferentes. Essas três personagens trouxeram uma reflexão importante sobre o contexto histórico da época: religião, casamento, profissão, iniciativa feminina na administração dos bens e do lar e, como a autora destaca, outras formas de viver na condição que lhes eram postas.

Esse trabalho me inspira em particular porque tanto nele como no meu, enxergo mulheres que deram sentido a suas práticas e experiências de maneira diferente na época em que viveram, quebrando assim com a ideia de vitimização por excelência do sexo feminino na história, pois denunciar as opressões vividas pelas mulheres que é importante, mas, como sabemos, as mulheres são plurais e suas experiências de vida merecem ser estudadas de maneira peculiar. Soihet (1997) aponta um caminho para trabalhar tal problemática. Ela diz:

Até a década de 1970, muito se discutiu acerca da passividade das mulheres, frente a sua opressão, ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Tal visão empobrecedora obscurece seu protagonismo como sujeitos políticos ativos e participantes na mudança social e em sua própria mudança, assim como suas alianças e, inclusive, participação na manutenção da ordem patriarcal.¹⁷

É dentro dessa perspectiva que construo minha dissertação, as mulheres que problematizo foram protagonistas, desenvolveram papéis ativos politicamente, mas em

¹⁶DAVIS, Natalie Zemon. Nas Margens, três mulheres do século XVII. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 195.

¹⁷SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um debate. In: Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Organizado por Neuma Aguiar. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 100.

alguns momentos também contribuíram para que a ordem patriarcal se mantivesse, ou em favor da preservação de seu cargo, seu lugar social e também como estratégia de luta. E assim por diante. Os estudos da história das mulheres, como também sobre os feminismos, são de grande importância para a construção desse trabalho, mas lhes adianto que não trato apenas disso, pois o gênero se faz meu aliado teórico principal. Para compreender melhor como utilizar tais discussões primeiro é necessário esclarecer que um não está totalmente desligado do outro como querem muitas (os) teóricos e teóricas. Segundo Soihet, a estudiosa do assunto Gianna Pomata aponta que: “embora, em sua opinião, não se deva misturar história das mulheres e história de gênero, reconhece que as duas são ligadas e indispensáveis uma à outra”¹⁸.

Meu trabalho passa pelas duas correntes, tendo em vista que trato da experiência de mulheres que estão conectadas por características em comum e até mesmo pelas diferenças, mas também através das fontes é possível perceber o gênero como categoria de análise das relações masculinas e femininas, assim como as relações de poder envoltas das mesmas. O gênero, segundo Soihet: “sublinha o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente separados”¹⁹.

A estudiosa Joan Scott, na obra: “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, traduzido no Brasil em 1990, apresenta a categoria gênero como tendo duas definições:

[...]o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.²⁰

Isto portanto, traz uma reflexão de poder para essas relações, dentro, claro, de uma perspectiva foucaultiana, autor esse que é parte importante teórica dessa dissertação com conceitos que explorarei ao longo de todo o texto, como dispositivo sexual, tecnologias do poder, discurso, biopoder, resistência, sociedade disciplinar, entre outros. Portanto, tal categoria não foi escolhida à toa, ela traz para esse trabalho uma contribuição importante

¹⁸Idem: p.111.

¹⁹ Idem: p.101.

²⁰ Ver: PEDRO, p.86 *apud* SCOTT, 1990. p.14. PEDRO, JOANA MARIA. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, N.1, p.77-98, 2005.

para análise de gênero na perspectiva das relações de poder e resistência nas relações de gênero.

A história cultural, da década de 1970, promove a quebra do paradigma da história pelos grupos vigentes na época marxistas e escola dos Annales, os quais divergiam muito sobre seus aspectos teóricos temáticos e metodológicos, acabaram fazendo com que a construção dessa história cultural e logo depois da nova história cultural, a qual sofre bastante influência da *nouvelle histoire française*, como também da antropologia que contribui de maneira maciça para os estudos culturais, conseguisse nascer através desses embates e discordâncias.

Thompson também teve papel importante nessa virada, sua obra mais conhecida e difundida, “A formação da Classe Operaria Inglesa”, inaugura na história social, estudos sobre a cultura “dos de baixo”, como chamava o autor. Estes e outros trabalhos abriram tanto por parte dos pós-estruturalistas, como da história social, espaço para que os estudos culturais seguissem um caminho próprio.

Foucault, assim como outros autores da época, seguiu nesse momento com uma proposta “alternativa” de fazer história, embora o mesmo tivesse sua formação na filosofia e, por este motivo, também foi muito questionado entre os historiadores que não o reconheciam enquanto capaz de fazer história por não ter a formação na área, critica essa, fruto de um corporativismo que até hoje se vê em alguns lugares. Porém, o método de Foucault segundo Patricia O’Brien (2001), “permite-nos perceber de que modo funcionam as sociedades. Estudar o poder através do discurso também nos permite perceber o momento em que são introduzidas novas tecnologias de poder”²¹.

O poder em Foucault nos serve como forma de perceber sua característica microfísica, assim como dentro das tecnologias de poder podemos problematizar a verdade que ele cria através do discurso, como sua forma de legitimação, pois a produção de verdade é uma função do poder, como nos afirma O’Brien. E tais estudos no campo de análise do gênero são necessários para que possamos perceber como as relações entre o masculino e feminino são criadas e significadas em determinadas épocas. A história para Foucault era fundamental, pois ela traz a possibilidade de perceber as historicidades

²¹O’BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In: A nova história cultural. HUNT, Lynn (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.50

que permeiam os sujeitos, assim como impulsiona seu método genealógico, não buscando uma origem, mas um início para as relações que nos são representadas pelo passado.

O gênero, como categoria analítica das relações sociais entre os binários, masculino/feminino, assim como sua inserção nos estudos de poder com base em Foucault me trouxeram a possibilidade de perceber, através das tecnologias de poder, a docilização dos corpos e as instituições que os controlam e mantêm presos à lógica do biopoder, essa que faz com que a dominação social se estabeleça por meio da vida, controlando-a, legitimando-a em discursos de verdade que buscam impor maneiras de comportamento e papéis definidos na sociedade através do sexo, assim como a resistência a isso. Esses e outros pontos se fazem presentes nessa dissertação diluídos em todos os capítulos.

Portanto, no capítulo I eu procurei destacar a trajetória de Helena Alves, dando ênfase à sua experiência na carreira da magistratura, com a finalidade de perceber através das fontes selecionadas como esta personagem é representada e se representa em sua fala do presente na entrevista que eu fiz e na entrevista realizada pelo departamento de Educação e Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba, além de fragmentos de outras entrevistas que ela deu para a historiadora Keyla Queiroz.

Este capítulo se divide em dois subtítulos; no primeiro, apresento Helena Alves, sua trajetória familiar, seus desejos e sonhos, destacando uma discussão sobre a caminhada dessa mulher até à magistratura, suas dificuldades, os papéis sociais impostos na época, e as relações de poder que os enlaçavam, além de observarmos como ela arquivou a passagem de sua candidatura ao cargo de magistrada através de recortes de jornais em um diário. No segundo subtítulo levanto problemáticas fazendo uso de jornais, entrevistas e documentos do Tribunal de Justiça da Paraíba. Como também discuto aspectos do período de ditadura e as consequências desse período na vida da personagem. Assim, este primeiro capítulo traz muitas discussões acerca dos papéis de gênero e das relações entre mulheres e homens no campo do Direito, no que diz respeito ao cargo da magistratura.

O segundo capítulo traz a trajetória de Ofélia Gondim, amiga de Helena Alves desde a adolescência. Ambas estudaram na mesma escola e foram alunas da primeira turma do curso de Direito na Paraíba. Embora tenham seguindo caminhos diferentes, ambas atuaram no campo do Direito como pioneiras na Paraíba. Ofélia Gondim foi a

primeira mulher a ser Vereadora em João Pessoa, e uma das primeiras professoras da Faculdade de Direito da Paraíba, como também a primeira a presidir a OAB Paraíba, uma mulher com uma atuação de abertura para outras mulheres, inegavelmente. Neste capítulo, pretendo abordar parte da sua trajetória de vida, principalmente no que diz respeito a sua experiência na política pelo partido “Arena”, (Aliança Nacional Renovadora), na época da Ditadura Civil Militar. Ofélia Gondim foi pioneira e protagonista na entrada de lugares sociais ainda não alcançados pelas mulheres naquela época, portanto sua trajetória é muito importante nesse trabalho, pois ela ajuda a pensar a ideia de protagonismo feminino e como essas ações devem ser vistas de maneira crítica e mais profunda.

No último capítulo, trago-lhes a trajetória de outra mulher do Direito. A advogada Ophélia Amorim, moça que pertencia à elite da cidade de Campina Grande PB e que cursou direito em um período diferente das personagens anteriores. Sua atuação como advogada no período da Ditadura Civil Militar no mínimo é de se chamar atenção. Ao contrário de sua xará, ela estava engajada em uma esquerda política, como também em alguns grupos da Igreja Católica, que eram uma parte fragmentada dessa instituição, a qual lutavam por ideias mais sociais, ao contrário de outra parte da mesma Igreja que se declarou no período da Ditadura como apoiadora desse governo. A abordagem que darei a esse capítulo passa por todos esses fatos, para os quais uso como fonte arquivos do Inquérito Policial Militar da Paraíba e Depoimentos cedidos à Comissão da verdade da Paraíba. A problemática principal a ser lançada nesse capítulo seria buscar perceber as formas de luta e identidade que se produziu para com a personagem e ainda discutir as formas de resistência que ela produziu acerca da sua postura política e sua condição de gênero.

A história de vida dessas três mulheres que tanto tem em comum, mas também que em muito são diferentes, me levaram a refletir sobre seus lugares sociais, suas lutas, resistências e protagonismos e como elas influenciaram na abertura de novos lugares para as mulheres na Paraíba, mais especificamente em João Pessoa e Campina Grande nos anos cinquenta até o início da década de setenta. Essas três mulheres que tem em comum o Direito e as transgressões quanto a sua condição de gênero na sociedade, chegaram a lugares que o gênero feminino ainda não tinha galgado na Paraíba e que mesmo sem uma forte intenção de promover a igualdade entre os gêneros, e às vezes com essa clara

intenção, essas personagens viveram e praticaram suas ideias no litoral e no brejo paraibano.

O período que uniu essas três mulheres, foram os anos da ditadura militar, mesmo que as experiências delas tenham sido completamente diferentes e elas não tenham vivido propriamente juntas esse período, mas sem dúvida ele foi um marco na vida de todas. E essas experiências me ajudam a ver por óticas completamente diferentes como a luta por lugares para as mulheres ocorreu nesse momento, com quedas, elevações, perdas, ganhos, lutas e resistências, esses substantivos abstratos resumem um pouco do que vem por aí, caros leitores (as).

Por esse motivo, analisar tais histórias é papel fundamental daqueles que se preocupam em fazer uma história das mulheres e do gênero, com cuidado e crítica.

CAPITULO I

UMA EVA ENVERGOU A TOGA: A EXPERIÊNCIA DE HELENA ALVES DE SOUZA NA MAGISTRATURA PARAÍBANA.

As narrativas de si e as autobiografias são feitas por indivíduos sobre suas experiências de vida, essa que geralmente é produzida na intenção de se perpetuar para a posteridade e é uma pratica bastante difundida na história da humanidade. Narrar-se para outros, escrevendo ou falando sobre sua vivência, é considerado pela História Cultural, desde sua quebra de paradigma na década de 1970, com a injeção de variados temas de pesquisa, como uma fonte passível a problematizações do passado ou do presente-passado.

Ao narrar sua “história” no presente, o sujeito faz uma representação para o pesquisador do seu passado. Em outros momentos da história, esta fonte seria considerada indiscutível, uma verdade absoluta, caso não fossem notadas as intenções que levam alguém a produzir um discurso de si, mesmo que sem perceber.

Pierre Bourdieu, em seu conhecido artigo “A ilusão Biográfica” (1986), traz um alerta sobre tal fato:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória que os investigados têm pelo empreendimento biográfico.)²²

É possível perceber que a produção de uma narrativa de si traz consigo a intenção do narrador de reproduzir ou representar suas próprias intenções quanto às suas experiências passadas no presente. Partindo dessa premissa, Bourdieu aponta:

[...] através, enfim, da representação mais ou menos consciente que o investigado fará da situação de investigação, em função de sua experiência direta ou mediata de situações equivalentes (entrevista de escritor célebre ou de político, situação de exame etc.), e que orientará

²² BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: Usos e Abusos da História Oral. Organizadores: Marieta de Moraes e Janaina Amado. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.184.

todo o seu esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si.²³

Trago-lhes essas discussões para que seja exequível ter em mente o lugar a partir do qual está sendo produzido a narrativa que uso como fonte para a realização dessa pesquisa. Helena Alves de Souza, minha entrevistada, traz consigo, através de suas palavras, toda uma carga de intenções e uma prática de contar-se. Fazendo uso de sua experiência, como mulher pública, quando a peço-lhe para contar-me sobre sua vida ela constrói um discurso sintético sobre suas experiências das mais tenras, numa fala que parece ensaiada da história de sua vida. Passo então ao primeiro fragmento da entrevista que me foi concedida:

Eu nasci em Guarabira, mas só fiz nascer, por que saí muito nova de lá, meu pai trabalhava lá numa casa de comércio, quando nasci eu já tinha mais duas irmãs, uma nascida em Pirpirituba outra em Caiçara, todos naquela região. Quando eu estava com cinco anos de idade, meu pai se mudou com todos nós pra cá (João Pessoa), justamente para proporcionar que a gente estudasse. Nós somos pessoas de origem pobre, então ele resolveu se mudar para João Pessoa para que a gente pudesse estudar, nós éramos cinco filhos, minha mãe teve nove, mas se criaram cinco. Eu nasci em 1923 e quando foi em 1928 nós viemos para João Pessoa e nos estabelecemos aqui.

Eu fiz o primário no Colégio das Neves, o Colégio das Neves mantinha um colégio para meninas pobres, então era até chamado de São Vicente. Eu junto com minhas duas irmãs, estudamos e fizemos o primário lá. Depois eu fiz o curso ginásial e o clássico no Liceu e fiquei então aguardando, eu queria fazer Direito, foi uma ideia que me veio, por que eu sempre quis lutar pelo que era certo, então eu tinha esta ideia de menina, não sei se era por que eu era menina pobre e me sentia um pobre injustiçado, então eu decidi que queria fazer Direito. Mas acontece que aqui não tinha o curso de Direito e nem eu, nem meus pais tínhamos condições de me manter, tinha o curso em Recife – Pernambuco. Eu aguardei mais de cinco anos até que foi criado o curso de Direito aqui, isso já em 1951. Fiz o vestibular e fui aprovada, aliás, fui aprovada bem, em oitavo lugar. Fiz o curso de Direito, terminei em 1955, tanto que eu sou da primeira turma da Universidade da Paraíba. Sou meio enxerida, sou sempre primeira, eu sou da primeira turma da Universidade da Paraíba com muita honra e muito prazer.²⁴

Neste fragmento, observa-se tudo que foi discutido quanto à linearidade do narrador em compor seu depoimento. A seleção dos fatos, feita por Helena, nos mostra sua habilidade em sintetizar sua experiência de vida para outras pessoas, tendo em vista um lugar social que lhe impõe objetividade e descrição, a carreira jurídica. Essa breve

²³BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: Usos e Abusos da História Oral. Organizadores: Marieta de Moraes e Janaina Amado. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.189

²⁴ Entrevista concedida no dia 2 de julho de 2014, na casa de Helena Alves de Souza, por Sabrina R. Bezerra.

descrição de sua infância até a escolha do curso de Direito aponta uma certa autonomia de Helena quanto às suas decisões, ao mesmo tempo em que ela destaca sua situação financeira antes de se tornar Juíza como ponto de incentivo na sua trajetória.

Helena Alves tenta expor sua experiência de vida, diluindo suas lembranças na direção que lhe fizeram encontrar o Direito. É interessante observar duas coisas que ela aponta, o fato de ter sido pobre e isso ter sido o seu principal motivador para o caminho da Justiça, como já destaquei, mas o outro é bem mais profundo, pois ela se orgulha do seu potencial, de ter superado as dificuldades que enfrentou e as limitações da sua condição social, ter alcançado boas colocações desde o vestibular. E isso não é uma mera lembrança de alívio em ter vencido, mas muitas vezes me deixou a ideia de uma sede de poder que ela sempre teve e alcançou na vida, mostrando uma satisfação e orgulho em suas palavras ao contar como conseguiu entrar nesses espaços de poder.

A protagonista desse capítulo poderia ter sido apenas mais uma moça que o tempo silenciaria e a história jamais citaria. Cumpriria, como tantas de nós, seu “papel” na sociedade: envelheceria, morreria e deixaria apenas uma lápide com seu nome e a data de sua existência, seus parentes mais próximos lhe lembrariam por alguns anos, mas quando acabassem estes anos morreriam e levariam sua lembrança embora, destinando-a ao esquecimento. Mas ela trilhou um caminho diferente, teve sede de poder e se constituiu nessas relações de poder através do cargo que alcançou.

A história dessa mulher, que hoje conta com noventa e um anos de idade poderia não estar sendo contada aqui. E por que ela é importante para que eu me debruce a escrever sobre suas experiências?

Embora a personagem não tenha narrado, para esta pesquisa, uma autobiografia ou biografia, mas sim contribuído para a produção de uma fonte oral primária, é notório que tal narrativa passa também pela subjetividade da entrevistadora. No caso, eu. Uma entrevista produzida com base nos preceitos da História Oral que se conduz no cruzamento de duas ou mais intenções para a produção de uma fonte que será usada de maneira intencional, passando por um recorte e teoria; sendo assim, a construção da fonte oral passa por subjetividades que constituem representações. Philippe Joutard, afirma

que: “Pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico”²⁵.

Tendo isso por base, o uso de uma fonte produzida através da história oral como fonte primária, como foi dito, acaba passando pela subjetividade de quem a intencionou, no sentido de escolher o que e como vai problematizar as falas produzidas. Portanto, perceber tal faceta, como disse Joutard, é uma forma crítica de se enxergar o próprio trabalho. Lucidez para saber onde se vai, por qual caminho e onde se quer chegar.

Essa não é única fonte usada aqui, há também uma entrevista que foi produzida por um grupo de estudiosas (os) do Departamento de Educação e Comunicação da UFPB que intencionaram produzir um documentário que ainda está em fase de construção, mas como tive acesso a transcrição e usarei aqui alguns fragmentos. Estas discussões são importantes para que se perceba que o ofício da (o) historiadora (o) não foge a uma autorreflexão de si e de seu objeto no momento da escrita. Portanto, pensar a história é pensar a si mesmo e suas intenções ao representar o passado, pois verdades e imparcialidade não fazem parte da historiografia, mas também não significa que não haja regras para a inserção da subjetividade da historiadora ou historiador que se propõem a pensar o tempo.

Como também nesse capítulo trabalho com um diário, no qual consiste recortes de jornais que também é outra fonte, não vou me aprofundar aqui na discussão metodológica das fontes, pois creio que essa tarefa já ficou realizada com as fontes que trabalharei em toda a dissertação na introdução. Mas mesmo assim quando achar necessário levantarei alguns pontos como fiz agora com as fontes anteriores.

Após ter-lhes exposto algumas das discussões teóricas-metodológicas que compõem essa pesquisa, e mesmo já lhes tendo exposto uma breve fala da nossa personagem, mesmo assim para que esse trabalho tenha a compreensão dos leitores, preciso lhes mostrar ainda por que esta experiência de vida deve habitar as linhas da história.

O simples fato desta senhora, que não cessou de ter experiências, ao me contar sobre sua conquista de carreira como primeira mulher a ocupar o cargo da magistratura

²⁵ JOUTARD, Philippe. História Oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: Usos e abusos da história oral. Coordenadoras: Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.p. 57.

paraibana já faz dela um ser histórico e lembrado. Mas, isso não é o essencial aqui. Os estudos de gênero trouxeram por muito tempo discussões universais sobre as relações entre os sexos como nos aponta Berenice Bento (2006). A submissão não tem uma origem natural e os binarismos homem/mulher não explicam as relações de gênero. Não se pode falar de indivíduos como seres comuns divididos por uma genitália, isso não os constituem como se todos vivenciassem suas experiências da mesma maneira em todos os lugares e contextos.

Minha investigada imprime, na maioria de suas falas, um discurso de pobreza, o qual nos leva a imaginá-la com base nas nossas próprias experiências de vida sobre o que vivemos ou sabemos sobre ser pobre. Deixe-me ser mais objetiva: Helena Alves era uma mulher branca, que teve acesso a escolas onde os filhos da elite estudavam, era filha de um barbeiro e de uma costureira e dona-de-casa que tiveram cinco filhos, sendo ela uma das filhas mais novas. Essas características lhe tornam um tipo de indivíduo peculiar em sua existência, pertencente a um grupo pequeno de pessoas que alcançaram tais oportunidades em quase meados do século XX, na capital de um Estado pequeno e sem muita riqueza. Uma mulher negra e filha de lavradores do interior teria uma dificuldade bem maior de alcançar tal lugar e enfrentaria outras dificuldades, por exemplo. Não estou aqui fazendo juízos de valor, mas essa reflexão é importante para percebermos que os estudos de gênero precisam ser pensados, fazendo uso de tais cuidados, pois ao se estudar pessoas e sociedades específicas é necessário não criar uma falsa ilusão de universalização de experiências entre, nesse caso as mulheres, só pelo fato delas serem mulheres.

Eis o uso do gênero como categoria analítica e, portanto, metodológica, como sugere Scott (1990). Bento, então, expõe que:

A tarefa desse instrumento analítico seria fazer perguntas que apontassem os processos históricos que se articulam para formar determinadas configurações das relações entre os gêneros, retirando a aparente atemporalidade que estrutura a relação binária e hierárquica como fatos naturais.²⁶

²⁶BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transsexualidade. Bag'oeas, Natal; n. 04, p. 95-112, 2009. P.75.

Assim, a autora levanta esse debate, no qual ela inclui esse pensamento como “relacional” nas teorias de gênero, nos alertando para o cuidado de não pensar o gênero através da ótica do binarismo que universaliza as relações sociais nesse campo de estudo.

Mesmo assim, compreendo que o uso do gênero como categoria analítica trazida por Scott é de grande importância, pois longe de querer saber a origem da submissão ou usar de binarismos para compreender as relações entre homens e mulheres, minha pesquisa de insere em um lugar que visa a perceber as relações de gênero como sendo históricas e não naturais, construídas e passíveis a desconstrução.

Helena me levou, com sua experiência, a pensar o lugar que lhe era oferecido enquanto mulher, naquele contexto histórico em João Pessoa, principalmente a partir de sua entrada no judiciário. As outras mulheres dessa pesquisa, as quais discuto nessa dissertação nos capítulos seguintes me trazem como problemática, a forma como ocorreu as suas inserções nas carreiras jurídicas também e esse é ponto em comum entre as três, pois tudo ocorreu em épocas próximas.

Partindo de questões como essa, é que me proponho a pensar a trajetória de Helena Alves como sujeito importante para a produção de uma história do gênero no campo do direito em João Pessoa nas décadas de 1950 até momento do seu retorno ao Judiciário que ocorre na década de 1980, neste primeiro capítulo.

Portanto vamos conhecer melhor Helena Alves e suas experiências como uma mulher do Direito.

1.1. “Mulher não era pra ser Juíza, mulher era pra cuidar do fogão, não é?!”

Tendo por base o depoimento de Helena Alves quanto ao seu recorte de vivência até a escolha do Direito como área de estudos, vamos observar mais de perto as influências do seu contexto familiar.

Os espaços de sociabilidades entre mulheres e homens na década de cinquenta sofriam fortes influências de uma sociedade burguesa industrial, lapidada pela moral e dominação do corpo feminino nos espaços públicos, profissões e vestimentas. Como já foi dito, o pai de Helena Alves tinha como ofício o de barbeiro. Um homem de pouca

instrução escolar, mas que incentivava os filhos a estudar. A mãe dela, além de cuidar dos afazeres domésticos, costurava as roupas dos familiares e algumas vezes fazia trabalhos para terceiros que lhe encomendassem. Na passagem narrativa em que Helena Alves expõe as regras de seu pai para as vestimentas e comportamentos de suas filhas, faz com que seja possível perceber os instrumentos de poder para com o gênero feminino que compunham o cotidiano de sua família.

[...] meu pai era muito, o que hoje chamaríamos de careta, ele não deixava a gente usar mangas cavadas, quando a gente ficava mocinha, ele nos mandava usar meias compridas para não ficar com as pernas de fora, coisas da época. A gente não bebia, não fumava, os homens o faziam, mas as mulheres, de maneira alguma. Fomos criadas assim, com muito rigor, ele era muito exigente.²⁷

O rigor do pai de Helena Alves caracteriza ainda mais os preceitos morais da época de controle do corpo e do comportamento feminino e isso era algo que não importava a classe, todas as mulheres acabavam sujeitas a esse controle masculino.

No celebre texto da estudiosa Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, traduzido no Brasil em 1990, a autora destaca a categoria de gênero como tendo uma dupla definição, o gênero como sendo constituído nas relações sociais e o gênero como modo de significar as relações de poder.

Dentro dessa perspectiva, é possível perceber que a categoria de análise do gênero apresenta a possibilidade de uma reflexão e problematização com base nas relações de poder, estas influenciadas nesse estudo pelo filósofo francês Michel Foucault. Na descrição de Helena Alves sobre a rigidez de seu pai, observamos os pontos que Scott destaca: a diferenciação dos gêneros através do comportamento e da disciplinarização do corpo, costumes, aparência. A partir das vestimentas controladas e dos hábitos dominados, temos então o que Foucault chama de “dispositivo sexual”, porém nessa dinâmica de poder não há apenas o controle, há também resistência. Veremos isso mais adiante.

O pai de Helena Alves, ao reproduzir tais ensinamentos ou imposições às suas filhas acaba por demarcar uma diferença entre os gêneros no seu seio familiar. As mulheres devem ter as “virtudes” reguladas e vigiadas, enquanto aos homens há a

²⁷Entrevista concedida no dia 2 de julho de 2014 para a pesquisadora Sabrina R. Bezerra.

permissividade dos vícios e da exposição pública. A dominação feminina, ocorreu na maioria das sociedades e ainda ocorre, o que muda são os mecanismos que se constroem para isso.

A conversa continua e Helena Alves rememora sua experiência já como Juíza, na segunda Comarca que dirigiu, Cabedelo (Município litorâneo próximo a João Pessoa). A peculiaridade a ser observada aqui é a forma com que Helena Alves reproduz as regulações que lhes foram submetidas. Ao adentrar um espaço que produz um saber-poder, este que ainda é de características masculinas para a época, Helena faz uso de posições masculinas paternas para se fazer respeitada enquanto mulher, e diz:

Aí eu me impus, eu era mulher e era a primeira, e me impus, criei uma fama de ser forte, por que eu acho o seguinte: ninguém pode dirigir sem ter um pulso forte, não precisa ser ditador, mas o pulso forte que falo é a disciplina, eu fui criada com muita disciplina, meu pai era aquele homem antigo, que era quem mandava em casa; éramos: ele com minha mãe e cinco filhos e uma irmã adotiva que nós criamos. Quem manda e dominava tudo era ele e eu fui acostumada assim, aprendendo a obedecer, e eu acho que quem não sabe obedecer, não sabe dirigir.²⁸

A fala de Helena deixa perceptível sob uma ótica teórica, claro, os “agenciamentos concretos do corpo”, os quais já nos fora alertado por Foucault em: *História da Sexualidade I, a vontade de saber 1988*, pois tal experiência forma um mecanismo que se desencadeia na “tecnologia do poder”, esta que traz consigo, “o dispositivo de sexualidade” como mola número um, que assegura a promoção dos agenciamentos: anatômico e biológico como irei expor a seguir.

Para compreender melhor “esses agenciamentos concretos”, é preciso verificar em que consistem. Foucault aponta que “o poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais”²⁹. A primeira pautou-se no domínio sobre o corpo, ou uso dele como máquina, produzindo seu “adestramento”, controle, docilização e “ampliação de suas aptidões”, de maneira convincente, levando-o a disciplinarização social e econômica eficaz de poder sobre os corpos. O indivíduo, assim, se convence e acata tais disposições para alcançar o prometido ou o esperado em sua vivência, porém vale destacar que as formas de burla ou resistência também fazem parte desse dispositivo.

²⁸Entrevista concedida no dia 2 de julho de 2014 para a pesquisadora Sabrina R. Bezerra.

²⁹FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I, a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhom Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988. p.131.

A segunda implica em controles reguladores da vida, da saúde, da natalidade, da longevidade, ou seja, traz um tipo de controle que se desenvolveu em meados do século XVII, mais tarde que a primeira, e que carrega consigo o que o autor chama de “uma biopolítica da população”. Ou seja, enquanto a primeira é anatômica, modelando os corpos a segunda é biológica regulando a vida.

Com isso essas duas formas concretas de agenciamentos são o que constituem o seu principal e mais importante dispositivo, este que é o da sexualidade. A vida então torna-se alvo de luta e disputas na política, mais até que o Direito, que acaba sendo utilizado como meio de formular discursos que buscam através de “direitos” controlar e disciplinar os corpos. Porém é preciso cavar mais fundo para compreensão desse dispositivo e compreender “uma teoria geral do sexo” como explica o autor:

[...] é o dispositivo de sexualidade que, em suas diferentes estratégias, instaura essa idéia “do sexo”; e o faz aparecer, sob as quatro grandes formas – da histeria, do onanismo, do fetichismo e do coito interrompido – como sendo submetido ao jogo do todo e da parte, do princípio e da falta, da ausência e da presença, do excesso e da deficiência, da função e do instinto, da finalidade e do sentido, do real e do prazer.³⁰

Com base nisso é que o filósofo no leva a reflexão do sexo. Essa parte tão pequena que vai definir a nós mesmos, a nossa identidade, antes mesmo de nascermos. As características típicas de uma mulher ou de um homem, ou mesmo a forma de se relacionar, sua sexualidade, tudo isso passa pelo dispositivo sexual e seus procedimentos de controle e disciplina, os quais as instituições reproduzem para tornarem efetivo o controle sobre os corpos e a vida dos seres na sociedade.

Nesse caso, esse dispositivo serve de base para análise do controle corporal e biológico feminino, como é o caso da nossa personagem investigada. Destaco-lhes então, que o fato de Helena Alves assumir um cargo ocupado majoritariamente por sujeitos masculinos, no qual ela é a primeira mulher a adentrar, já se trata de uma forma de resistência aos mecanismos de poder que lhe envolvem. Mesmo fazendo uso das pregações disciplinares, sociais e no seu caso ainda, paternas, acaba sendo uma estratégia para se manter em um cargo de poder e que, sendo este um cargo jurídico, o qual traz o dever de vigilância do cumprimento da lei, há nele, portanto, uma carga maior de controle

³⁰ Idem; p144.

e vigilância. Não se tratando de uma masculinização para adentrar em um determinado espaço, mas de uma estratégia para romper barreiras de diferenciação dos sexos.

Nossa protagonista estava inserida em um mundo masculino, ocupando uma profissão tida como masculina, tendo como principal referência seu próprio pai, ou seja, dentro de tal conjuntura masculina, Helena Alves se mantém obediente, mas ao mesmo tempo transgressora de seu lugar feminino, pois o simples fato de cruzar a fronteira entre o masculino e feminino na sociedade daquele momento, por meio de uma profissão, faz ela ativa em um lugar público. O que na sua época, principalmente para as mulheres era delegado apenas o espaço privado, o secundário, o passivo, o lugar de fragilidade que precisava de controle absoluto. A saber,

[...] o curso de Direito, terminei em 1955, então eu resolvi que iria fazer o concurso, queria ser juíza. Foi uma luta, porque não tinha nenhuma mulher, nem em Pernambuco não tinha mulher como juíza, eu enfrentei. Fui assunto de jornal, os jornais publicaram, fui comentário de todos, principalmente porque eu era uma moça pobre, e pobre, já viu! Todo mundo gosta de relegar um pouco. Terminei em 1955 e quando foi em 1956 já me inscrevi para fazer o concurso para juíza de Direito, fui reprovada, todos os homens foram aprovados e eu reprovada, mas eu não desisti. No ano seguinte, eu insisti, fiz e fui aprovada em 1957.

Nessa passagem, enxerga-se um certo corporativismo masculino quanto ao cargo almejado. O simples fato de apenas Helena ter ficado de fora do concurso nos aponta que a presença feminina não era bem-vinda para ocupar tal cargo, e essa conclusão não se trata de especulação ou de um julgamento do passado, mas de representação do narrado. Além, é claro, de que no tópico adiante, quando investigaremos os jornais da época, perceberemos como era vista a entrada feminina na magistratura para os homens das letras. Em outra entrevista concedida a um grupo de pesquisa da UFPB, do Departamento de Comunicação Social, tendo como uma das coordenadoras a professora Doutora Gloria Rabay, que intentou com tais entrevistas produzir um documentário que ainda está em fase de edição, Helena disse:

Isso foi uma coisa sério, eu ingressei na magistratura em 1957, por que eu terminei o curso em 1955, porque nós somos da primeira turma, eu e Ofélia. Em 1956 logo eu fiz o concurso para juiz e me reprovaram, eu digo que me reprovaram porque fizeram vários rapazes, só tinha de mulher eu, e fui a única reprovada.³¹

³¹Entrevista concedida para um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, do departamento de Comunicação Social, a qual serviu para produção de um documentário. Ver: Mulheres no curso de direito:

Ofélia Gondim³², é a amiga de Helena, citada por ela muitas vezes ao decorrer não só desta entrevista, mas também da que eu conduzi. Esta, portanto, que será nossa próxima personagem a ser discutida. Quanto a afirmativa de Helena sobre sua reprovação é algo que se repete nas falas dos jornais: uma mulher entrar na magistratura era inconcebível para boa parte dos escritores dos jornais e seus entrevistados, homens do Direito.

Tania Navarro Swain, no artigo “A História é Sexuada”, traz a noção de “sexo social” que, segundo ela, era utilizado pelas feministas francesas dos anos de 1980, como Nicole Claude Mathieu, Collet Guillaumin, Christine Delphy e Monique Wittig. A escolha por tal noção seria o fato desta portar o caráter histórico sobre as relações humanas, pois, “o ser humano é histórico. E as relações societárias igualmente”³³. Com base nisso, a problemática do gênero construída no conhecimento histórico nos traz a perspectiva de problematizar as relações que se estabeleciam em tempos de outrora como construções do passado, de uma cultura ou sociedade. Mas, também é possível pensar a história no presente e perceber que o processo histórico compõe os papéis e lugares que os gêneros ocupam na sua diversidade e diferença.

[...] uma comunidade discursiva se estabelece para fundar o “nós” e os outros, os diferentes. Nós, aqueles que tem importância, um lugar de fala, um status de sujeito político, de cidadania, de autoridade. Nas sociedades patriarcais, o nós é o masculino³⁴.

Outrem, pelo qual a desordem e o caos se instalam deve desta forma, ser apropriado, controlado, subjugado, dominado, utilizado, aniquilado e sobretudo apagado da memória.³⁵

ontem e hoje. Direção: Iayna Rabay. Produção Uhoo Filmes. João Pessoa – PB, 2015. 17 min. Son, Color, Formato: DVD.

³² Ofélia Gondim é amiga de Helena Alves desde a época da escola, cursou Direito com ela na primeira turma em João Pessoa e foi advogada, Vereadora e professora do Curso de Direito em João Pessoa.

³³ SWAIN, Tânia Navarro. A história é sexuada. In: Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte. Organização: Margareth Rago e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 51.

³⁴ SWAIN, Tânia Navarro. A história é sexuada. In: Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte. Organização: Margareth Rago e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 51.

³⁵ SWAIN, Tânia Navarro. A história é sexuada. In: Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte. Organização: Margareth Rago e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 52.

A escrita histórica, na construção da diferença social entre os gêneros, por muito tempo silenciou as mulheres, dando voz apenas ao masculino, mas deve-se observar que esse masculino também estava dentro de uma categoria social, étnica, política e de classe que merecia destaque na história positivista. As mulheres, quando passaram a ocupar as linhas da história, segundo Swain passaram a ser “desacreditadas em seu lugar de poder”³⁶, pois os discursos médicos começaram a naturalizar a mulher como um ser meramente sexual, mãe, defeituoso, limitado, remetendo-as a categoria de “sexo frágil” como fica exemplificado quando Helena Alves nos relata o que os jornais da época achavam a respeito da sua candidatura:

Eles achavam que mulher não era pra isso, mulher era pra ser dona de casa, talvez no máximo professora. Mulher é tão inteligente, tem tanta capacidade, como qualquer homem, não existe isso, mas essa inferioridade que você sabe que ainda hoje há restrições contra a mulher. Você veja, nos empregos públicos, os homens ganham mais que as mulheres, usando da mesma profissão, trabalhando na mesma coisa e ganhando mais, o preconceito não se extinguiu por completo, mas melhorou. Melhorou muito na justiça, hoje nós temos uma presidenta no tribunal, num queria nem que mulher entrasse, calcule a luta e hoje nós temos uma presidenta...³⁷

A construção social do papel feminino no mundo do trabalho foi sempre posta com base em características que faziam referências ao lar, ao cuidado, ao amor, principalmente nesse momento que Helena Alves vivia que era a década de 1950. E ela transpor tal determinação constitui uma resistência de sua parte enquanto gênero que deveria se submeter ao outro, o masculino, o dominante. Ela ocupou o lugar antes ocupado apenas pelo masculino na magistratura, esse espaço de poder que lhe levou a travar muitas lutas para se manter. Helena Alves aponta o que os jornais imprimiam, uma opinião pautada em um discurso de dominação, mas ao mesmo tempo em que ela revisita essas lembranças ela aponta o quanto conseguimos mudar essa situação até os dias atuais quando destaca com um ar de orgulho a chegada de uma mulher na Presidência do Tribunal de Justiça, foram muitas lutas para isso e ela ainda aponta que precisamos lutar mais.

Importante ainda destacarmos que o fato de trabalharmos com dois tipos de fontes, produzidas em meados dos anos cinquenta, como os jornais e as entrevistas produzidas

³⁶ Idem; p.58.

³⁷ Entrevista realizada no dia 02 de julho de 2014, pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra, na casa da entrevista.

por mim e por outrem, fazem com que seja feito o exercício de pensar o gênero como categoria política que deve se debruçar a refletir sobre o passado para mudar o presente. Como Helena destacou nesse fragmento, as mulheres já alcançaram conquistas, mas os caminhos da diferença hierárquica não desapareceram.

Margareth Rago (1998) nos aponta que:

A desconstrução dos mitos fundadores, acredito, passa pela leitura do gênero de sua própria produção, ao lado de outras dimensões, é claro. Mas, fundamentalmente, é importante que possamos perceber a construção das diferenças sexuais histórica e culturalmente determinadas, desnaturalizando, portanto, as representações cristalizadas no imaginário social. E isto não só na leitura do passado, mas na própria construção de formas mais libertárias de convivência no presente.³⁸

Isso nos leva a refletir sobre o quão importante é analisar experiências de vida como esta, pois por muito tempo as mulheres foram apagadas das linhas da história em nome da sobrevivência de um patriarcado que deveria ser inquestionável. A trilha da hierarquia sexual deve ser perseguida e não apenas seguida; as armadilhas do poder devem ser desnudadas e debatidas. O sexo é mais que biológico ou saber anatômico científico, é cultural e histórico.

Swain, no artigo “A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI”, traz à cena relatos de colonizadores sobre suas impressões quanto às práticas “sociais” de determinadas tribos indígenas no Brasil e na América espanhola. Com base nisso, podemos perceber que a dominação masculina, tão reforçada como natural e universal, não passa de afirmativas que, para se manter, silenciaram outras vozes da história. Cada sociedade imprime valores e práticas diferentes de acordo com seu tempo e lugar. Portanto, não se deve compartilhar de uma visão binária, hierárquica e natural de dominação, mas observar a partir de uma ótica micro para então perceber como as relações de gênero ocorreram. Algumas tribos indígenas tinham a mulher como peça fundamental na organização social, além de os indivíduos terem liberdade sexual, comparando com o que era tido como moral e correto para os portugueses que

³⁸RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas SP;(11), pp. 89-98, 1998. p.93 e 94.

representaram tal fato e ainda possuíam a escolha de gênero, de ser homem ou mulher em sua comunidade.

Essas reflexões nos levam a pensar o quanto os discursos sociais estão presos a uma teia de poder que busca uma verdade absoluta através dos discursos e dos mecanismos do dispositivo sexual, e como o direito à vida era agora regulado pelo sexo.

Mas o poder não é um instrumento absoluto que domina e subordina, há formas de resistência a ele. Helena Alves então expõe:

Todos que fossem contra a mulher participar de qualquer coisa eu era contra. Porque sempre achei que porque tinha nascido mulher não era diferente dos outros eu poderia participar das coisas. Eu sei que esse Jurandir Miranda era desembargador, e teve aquele Clóvis Bezerra que também falou contra, eu tenho uns jornais aí que falaram contra mulher ser juíza. Não sei como é que um intelectual, uma pessoa que estuda diz uma bobagem dessas, não é? O que é que tem o sexo com a inteligência da pessoa? Não tem nada, nada. Ao contrário, tem tanto homem burro. (Risos)³⁹.

Helena nessa fala, aponta para resistência que sempre proferiu aos preconceitos que seu gênero sofria. As limitações e exclusões por classe ou gênero nunca lhe assustaram e ela transgrediu tais dificuldades. Ao questionar a inteligência de uma pessoa e o seu sexo, ela desconstrói a ideia biológica da inferioridade construída para determinar o gênero dominante, pois mais que uma discussão científica ela marca um lugar de poder e institui uma cultura, que os sujeitos não aceitaram e por isso lutas contrárias a isso como a de Helena Alves ocorreram.

O sexo e a inteligência, por muito tempo, foram definidos com base em leis ditas naturais pela ciência. A produção de uma verdade, de um saber, sobre os sujeitos fez com que as diferenças sexuais definissem comportamentos e territórios. O sexo é histórico, como os autores que venho expondo aqui confirmam. Mas, perceber as historicidades que perpassam os sujeitos constitui uma tarefa interessante e difícil para a história.

Pois eu sofri muito, foi aí quando eu sofri preconceito. Mulher, pobre, eu falo sempre em pobre, porque pobre já viu, nesse Brasil, em um país capitalista, cheio de miséria. Eu não era tão mais pobre do que as outras não, tão mais pobre do que Ofélia, do que Lurdinha Souto, que era nossa amiga, que éramos nós três inseparáveis, mas o pai delas era funcionário público, meu pai era um barbeiro, a diferença era essa. Então não

³⁹Entrevista realizada no dia 2 de julho de 2014 na casa da entrevistada, por Sabrina Rafael Bezerra.

admitiam que uma moça pobre filha de um barbeiro, pudesse ser juíza. Mulher não era pra ser juíza, mulher era pra cuidar do fogão, não é?!⁴⁰

Se uma mulher de classe social mais alta não poderia alcançar uma carreira naquele momento, uma mulher pobre, como se afirmava Helena Alves é que não poderia mesmo, há não ser no caso de trabalhar em alguma profissão tida como feminina apenas para ajudar seu marido nas despesas. Lugar de mulher como diz ela, era no fogão, com os filhos, no lar. Essa foi a pregação que a década em que Helena Alves vivia impôs para as mulheres. Ela certamente foi criada para assumir todos esses papéis e não invadir o espaço dos homens.

Pensar as relações de gênero, tendo por base tais depoimentos, levam-me a refletir também sobre um texto produzido por Rago para os anais da ANPUH⁴¹(2006). Neste, a autora analisa a perspectiva de Foucault para o uso que ele faz da História:

[...] o passado comporia também o presente naquilo que permanece, naquelas formas e modos de ser e pensar que, por mais envelhecidos e anacrônicos que pareçam, insistem em ficar, cristalizando-se, contaminando a própria vida e barrando as forças do novo.⁴²

A história foi utilizada por Foucault como instrumento que demonstra o quanto estamos presos a ideias normativas, construídas. A verdade se estabelece de acordo com sua época. Porém, algumas permanecem e se instalam por mais tempo e em diversas sociedades. O uso da história como ferramenta genealógica mostra o quanto esses valores e verdades não passam de invenções sociais de controle dos indivíduos, pois ao realizar o estudo do passado é possível encontrar novos modos de viver, outras experiências. Na fala de Helena, aponta o quanto a classe e os papéis definidos pelo sexo ainda são uma permanência na sua época, e digo permanência porque esses discursos de dominação ultrapassaram séculos, isto é, o momento que nossa personagem viveu tais experiências foi a década de 50 do século XX, mas notem que tais permanências ainda ecoam na sua fala em pleno século XXI.

⁴⁰ Documentário realizado pelo NIPAM (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulheres e Relações de Sexo e Gênero - UFPB) como parte da pesquisa apoiada pelo CNPQ "Relações de gênero na universidade. Carreiras docentes e perspectivas profissionais discentes."

⁴¹Ver: Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – RAGO, Margareth. O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 24 a 28 de julho de 2006. CD-ROM.

⁴²Idem p.

Após alguns anos de exercício da profissão, Helena Alves foi cassada através do Ato Institucional Número 5, (AI-5) de 1968, o qual foi lançado em resposta a manifestações civis que estavam ganhando força no cenário nacional, inicialmente os estudantes, depois a classe média, os trabalhadores, sindicatos e por último alguns grupos da Igreja Católica que se uniram aos civis depois das violentas represálias do Estado. A gota d'água para a publicação do AI-5 foi o fato de deputados dos partidos, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (Arena) terem se unido para denunciar a violência do Estado para os civis, e a partir da fala do Deputado do MDB, Márcio Moreira Alves que incitou as mulheres a não namorarem mais os oficiais caso eles se calassem diante da violência ou mesmo a cometessem e também pediu para que as pessoas não prestigiassem o sete de setembro, pois nesse evento as Forças Armadas mostravam seu poderio bélico e se exibiam para população. Isso resultou na pressão do Estado por parte do Congresso Nacional para que eles votassem a favor da perda da imunidade parlamentar do tal deputado e o processassem para perder seu mandato. A imunidade parlamentar era o que permitia aos deputados terem o mínimo de liberdade para denunciar os atos de violência do governo militar e se posicionar minimamente contra tais práticas. Com medo dessa perda ser uma brecha para no futuro os demais se tornarem vulneráveis a maioria dos deputados não votou contra o pedido dos Militares que se sentiram desonrados com o discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, e em menos de 24 horas no ano de 1966, o AI-5 surgiu.⁴³

Entre tantas outras regras o instrumento do Governo Militar lhes dava autorização para fechar o Congresso Nacional, como assim foi feito, além de cassar mandatos, demitir ou aposentar funcionários públicos federais, confiscar bens, restringir *habeas corpus* e no caso de Helena Alves demitir ou remover Juízes, suspendendo a vitalidade, inamovibilidade e estabilidade que estes tinham direito.

Portanto em 1969, Helena soube pela televisão em sua casa que estava na lista dos 11 Juízes da Paraíba que seriam removidos de suas atividades sem mais explicações. Helena Alves até o momento da entrevista, com noventa e um, anos de idade diz não saber o que levou o Tribunal a indica-la para tal remoção e diz que na época teve medo

⁴³ A imunidade parlamentar foi garantida pela Constituição de 1946, os Atos anteriores ao número 5 já haviam posto isso abaixo até que a Constituição de 1967 reestabelece esse direito aos parlamentares para logo em seguida, em 1968 o Ato N° 5 pôr abaixo mais uma vez, sendo agora mais radical por destituir o Congresso Nacional.

de ir atrás para saber e hoje não quer mais. Por isso a magistrada se restringe a falar pouco do assunto, uma vez que o medo permaneceu e o silêncio se fez mais forte até hoje.

Não, mas sabe por que não tentei? Porque tive medo. Eu vi um colega que ainda protestou, fizeram uma represália com ele, a época não permitia, não cabia nenhuma defesa. Não deram direito de defesa a gente, quem se manifestasse se arrependeu. Então, eu fiquei na minha e graças a Deus, porque se tivessem me dado oportunidade de defesa eu teria me defendido.⁴⁴

[..] eu soube que tinha sido o Tribunal, mas os motivos, os porquês ainda hoje ignoro. Eu não recebi nenhuma comunicação de tribunal, de que havia qualquer coisa, de que iam mandar meu nome, nada. Tive a maior surpresa quando vi meu nome, porque não tomei conhecimento de nada.

Porém consegui encontrar o documento do Tribunal de Justiça da Paraíba que manda cassar Dra. Helena Alves das suas funções judicantes. O documento que chegou às mãos do Ministro da Justiça em 1969 continha os nomes do Juízes e datava de 10 de fevereiro de 1969, Rio de Janeiro, enviado pelo Governo da Paraíba e com o título de: Ofício EARGEPE 038/69 –CONFIDENCIAL- Observem:

Senhor Ministro.

Encaminhamos a Vossa Excelência o expediente anexo, constante dos ofícios nº 38, de 29 de janeiro p. findo, e 42, de 5 de fevereiro em curso, do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, nos quais propõe a aposentadoria compulsória, com apoio no Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, com proventos proporcionais aos respectivos tempos de serviço, dos seguintes Juízes de Direito:

- 1- LUÍZ GOMES DE ARAÚJO – 3º VARA DA CAPITAL.
- 2- ALCEU ALVES MACIEL FEITOSA – COMARCA DE INGÁ.
- 3- PAULO WALKER DA SILVA – COMARCAR DE RIO TINTO.
- 4- MANOEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA – COMARCAR DE ESPERANÇA.
- 5- SEVERINO RAMOS PEREIRA – COMARCA DE TAPEROÁ.
- 6- JOÃO DE DEUS MELO – COMARCA DE PICUÍ.
- 7- HUMBERTO MELO – COMARCAR DE MONTEIRO.
- 8- BOANERGES CHAVES MAIA – COMARCA DE AROEIRAS.
- 9- JOÃO SILVIO PIMENTEL – COMARCAR DE COREMAS.
- 10- HELENA ALVES DE SOUZA – COMARCAR DE CABEDELO.
- 11- JAIME LEITE GOMES – COMARCA DE CUITÉ.

⁴⁴ Entrevista realizada no dia 02 de julho de 2014, pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra, na casa da entrevista.

Os referidos magistrados foram considerados incompatíveis com o exercício do cargo, em face de procedimento irregular, apurado em correições, sindicâncias e inquéritos, procedidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme documentação que instrui a proposta de aposentadoria.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu respeitoso apreço.

(JOÃO AGRIPINO)
Governador.⁴⁵

Com base nesse documento pode-se perceber que a retirada de Helena Alves do cargo de magistrada, assim como os demais juízes ocorreu de maneira sigilosa e intencional da vontade do governador e o próprio Tribunal de Justiça que foi quem imputou motivos para a retirada desses magistrados de seus cargos, ou seja, do exercício judicante, porque um Juiz ou Juíza de Direito após adquirida a vitaliciedade será para vida toda Juiz ou Juíza, por esse motivo eles e ela foram aposentados e não demitidos.

João Agripino Governador do Estado da Paraíba, naquele período chegou a brigar e ameaçar sair do governo, caso as cassações continuassem sem sua aprovação. Mas no caso específico das cassações ocorridas no Judiciário, o Governador tanto indicou como acatou as sugestões do Tribunal de Justiça da Paraíba que chegou a lhe enviar um documento com os nomes dos Juízes que eles queriam cassar, pois como que João Agripino não queria cassações sem seu consentimento, ele logo foi informado pelo Tribunal em questão e aceitou as cassações. No livro, “Agripino, o mago do Catolé”. É exposta a justificativa do Governador da época para ter aceitado as cassações:

Recebi ofício do Tribunal de Justiça, acompanhado de relatórios da corregedoria, que concluíam que alguns magistrados (eram onze juízes de Direito) não tinham condições de exercer a magistratura. Os relatórios eram realmente alarmantes: processos atrasados e a Justiça totalmente abandonada. Casos de venalidade, outros de negligência; outros vezes incapacidade intelectual. Eu então encaminhei esses processos ao ministro da Justiça, que os levou ao presidente da República, propondo as cassações dos onze juízes. Essas foram de minha responsabilidade.⁴⁶

Diante do exposto, é notório que a saída dos magistrados foi motivada pelo próprio Tribunal, sendo a corregedoria seu órgão fiscalizador.

⁴⁵ Encontrado no Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

⁴⁶ Ver: RAMOS, Severino. Agripino – O mago do Catolé. João Pessoa: A União, 2014. p.132.

No próximo ponto desse capítulo farei um uso maior dos jornais, estes que tive acesso na exposição que o Tribunal Regional Eleitoral promoveu e depois através da própria Helena Alves, que os guardou colados nas páginas de um “diário”, no qual ela nada escreveu, apenas recortou matérias a seu respeito e colou para guardar como memória de uma parte de sua vida. Ela preservou por décadas o tal diário, e que ainda está intacto, nos dias atuais. Este diário foi presente do homem que na época se candidatava a seu pretendente e alguns anos depois se tornou marido. O casamento não durou muito e o divórcio veio após sua cassação da magistratura. Porém, o que torna esse diário relevante para ser destacado aqui, são as palavras de abertura de sua primeira página, escrita pelo pretendente de Helena Alves. Na foto que eu tirei do Diário, destaco a seguinte frase: “As fazes tristes serão lançadas no livro do esquecimento”

A história, por muito tempo serviu como livro de vitórias e felicidade. As desgraças, por ventura, foram relegadas ao esquecimento, como o personagem sugere em sua dedicatória. Porém, o papel do historiador consiste em lembrar o que para alguns deveria ter sido esquecido. E o arquivamento pessoal que fazemos de nossas coisas nos faz selecionar o que queremos lembrar e destruir o que queremos esquecer, por esse motivo o trabalho do historiador acaba se tornando mais difícil ao se deparar com arquivos pessoais.

Segundo Philippe Artières, no artigo “Arquivar a própria vida”;

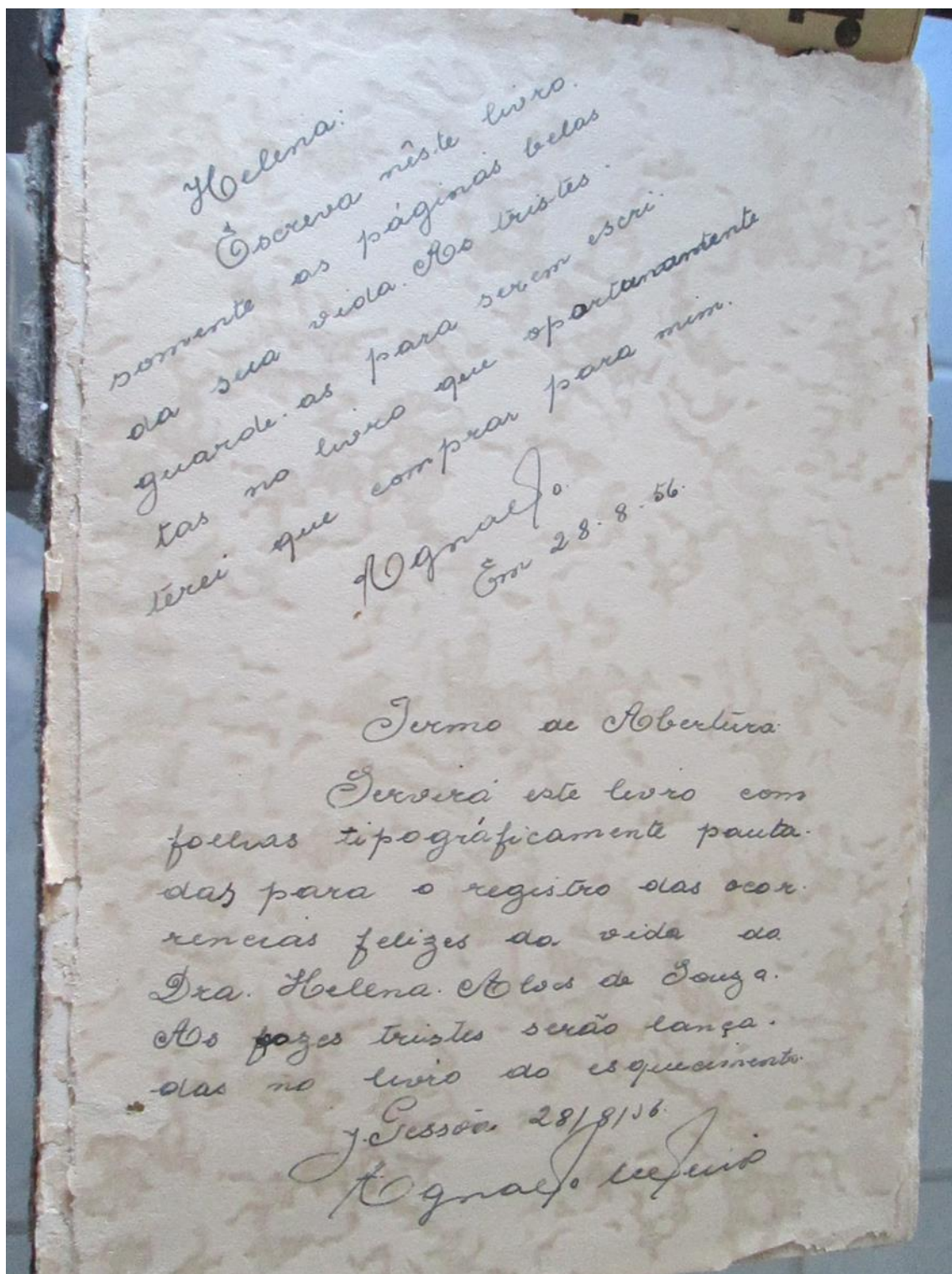
O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo.⁴⁷

E por esse motivo desafia o trabalho do historiador (a), pois é preciso identificar essa subjetividade do sujeito que seleciona e arquivar parte da sua história, para os outros. E além disso também é preciso perceber que essa não é uma prática acabada, pois: “Incessantemente, até o último momento, nossos arquivos estão sendo refeitos. Nossas intenções mudam em função de fatores pessoais, mas também externos.”⁴⁸

⁴⁷ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: Revista Estudos Históricos, Arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 11, nº 21, 1998, p.31.

⁴⁸ Idem; p.32.

Vejamos a imagem abaixo:



(Primeira página do Diário de Helena, dedicatória, do na época, do amigo e que depois se tornou marido de Helena. Tive acesso a esse diário na casa de Helena e o fotografei por completo).

Portanto, esse diário que foi usado para colagem desses fragmentos de jornais nos indicam o que o ex-marido de Helena Alves lhe propôs ao presenteá-la, aconselhando-a

a registrar o que for bom, nos leva a pensar que talvez ela tenha assim como aponta Artières excluído o que foi ruim, para guardar para si e para os outros a história que ela tem de si mesma. Pois, nossa história íntima é carregada de intenção, mas essa intenção não deve ser vista apenas como uma atitude para o outro, para nós mesmos, uma estratégia individual de se contar e reconhecer.

Esse Diário que Helena Alves guarda com tanto zelo e se orgulha tanto em mostrar as suas memórias coladas nele, de uma época de sua vida. Por esse motivo achei que ele não merecia ser desprezado, pois é de grande importância fazer tal observação.

1.2 – Recortando histórias para fazer história: matérias de jornais e o lugar da mulher na sociedade, a magistratura não é coisa de mulher?

O jornal, por muito tempo, foi considerado uma fonte de verdade que servia apenas, para complementação de informações sobre o passado. Após os anos de 1970 é que esse objeto muda de perspectiva nas reflexões dos historiadores, pois nesse período estava também acontecendo no mundo debates sobre as mudanças de paradigmas na história, ou seja, sua quebra com a forma positivista de pensar a pesquisa histórica, trazendo uma abrangência de temas e fontes.⁴⁹ Ao romper com uma história que busca por uma verdade absoluta, a nova história cultural inspira, a tentar buscar nas entrelinhas ou ir além do que é apresentado. É nessa perspectiva que pretendo explorar os recortes de jornais que me foram disponibilizados pela personagem desse capítulo.

O jornal sai da posição de uma fonte de verdade e passa a ser uma forma de representação na construção de uma cultura, lugar e tempo, sem deixar também de observar que esses recortes foram selecionados por Helena Alves, o que faz da minha fonte não apenas uma análise sobre matérias de jornais, mas irei observar através desses recortes de matérias de jornais sobre uma mulher, que ela mesma recortou e colou o que quis, e guardou em um “diário”, que conservou a vida toda. Portanto problematizarei a visão que ela arquivou sobre seu passado.

⁴⁹Ver: LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes históricas. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). São Paulo: Contexto, 2005.

Os jornais que Helena Alves conservou em seu diário, vão de 1956 a 1957, anos em que ela se candidatou ao cargo da magistratura na Paraíba. Esses jornais são de diversas nomenclaturas como: *A União*, *O Norte*, etc.

Dentro dessa fonte midiática, fica perceptível, em alguns momentos, os modelos femininos que há muito explorados nas capas de revista, televisão, propagandas e em todo e qualquer meio de comunicação, trazem consigo questões como: o que é ser bonita? Como ser desejada? Como conseguir um marido? Todos esses bombardeios diários do cotidiano, levam os sujeitos a caírem na armadilha do “adestramento corporal”, que não pertencem unicamente ao passado, mas nos dias atuais ainda é possível ouvir a seguinte questão: o que é ser mulher? E em letras garrafais a mídia do século XX tentou de diferentes maneiras explicar.

Uma análise de longa duração não caberia nesse trabalho, mas ao menos lhes trarei um recorte pequeno, porém bastante interessante para analisarmos. Em alguns meses dos anos de 1956 e depois 1957, ocorreram, “burburinhos” nos jornais da então capital da Paraíba, João Pessoa. Os jornais que circulavam na cidade e no Estado fizeram suas notinhas e matérias a respeito de uma jovem moça que devia ter trinta e poucos anos e que acabava de concluir na primeira turma da Faculdade de Direito, o bacharelado em Ciências Jurídicas. Trata-se de Helena Alves, como já havia destacado. Por sua ousadia em transpor lugares que dividiam os gêneros, ela juntamente com mais outras três moças integraram a primeira turma de bacharelas da Paraíba, Dulce de Barros Pontes, Maria Neide Bezerra Cavalcanti e Ofélia Gondim Pessoa de Figueirêdo. A curiosidade dos jornais não deixou de destacar esse fato e muito menos de acompanhar as ações de Helena Alves como advogada e, posteriormente, quando se candidata a magistratura.

Faço referência a Helena Alves como alguém que transpõe um lugar, porque nos anos de 1950, o contexto que o país vivia era de pós-guerra. O qual tinha como característica um desejo social de modernização e de esperança no crescimento econômico que de fato começará a vir após os duros anos de guerra no mundo. As formas de mídia foram se expandindo cada vez mais e entrando no cotidiano das pessoas, universalizando opiniões e comportamentos através de suas produções em jornais, rádio, televisão e cinema. Segundo Carla Bassanezi Pinsky (2014), nos “anos dourados” a distinção de gênero era bem mais evidente. Os lugares sociais dos gêneros eram bem demarcados, o discurso da mulher no lar voltava a cena nesse contexto, pois a Guerra tirou as mulheres de casa para trabalhar e o desafio agora era trazê-las de volta ao seu

lugar ou pelo menos construírem lugares para que elas exerçam sua força de trabalho sem se desvencilhar totalmente da esfera privada da casa, esta que seria sua missão principal na vida.

O Brasil, mesmo não tendo sido um país ligado diretamente à guerra, foi nesse período de pós-guerra que passamos por transformações, e na Paraíba, essas mudanças sociais, em estrutura e comportamento, também se fizeram presentes. A chegada do bacharelado de Direito na Paraíba e como fruto dessa primeira turma uma mulher que se torna magistrada, são sinais de inserção feminina no mercado de trabalho em expansão. Mas, os discursos que iremos ver, impressos em algumas matérias também refletem uma manutenção dos papéis de gênero na sociedade. O perigo da mulher fora do lar, amedrontava uma sociedade que queria a modernidade, mas fazia questão de conservar certos costumes e práticas. Portanto quem quisesse trabalhar deveria respeitar os lugares fixos e determinados para cada gênero.

Na matéria do Jornal *A União*, do dia 12 de maio de 1954, única por sinal, no acervo da personagem, se destaca a atuação de Helena Alves no Tribunal do Júri, quando ainda era estudante do bacharelado. Assim nos relata Aurélio de Albuquerque, colunista jurídico do jornal e na época Promotor do Ministério Público:

Ontem, nesta Capital, verificou-se um fato que causou certa curiosidade nos nossos meios forenses e universitários: uma mulher tomou parte do júri, não como jurada, mas no papel de patrona do réu. A acadêmica de Direito Helena Alves de Souza, quartanista da nossa Faculdade integrou a defesa de um inocente que havia tirado a vida de um seu semelhante.

Desde que dra. Lilia Guedes se afastara da luta judiciária, no nosso Foro, nunca mais uma Eva se tinha apresentado, no famoso Tribunal Popular para mostrar que a mulher, no júri, também sabe falar, gritar, discutir, convencer.⁵⁰

A surpresa e a curiosidade são destacadas nessa matéria. Uma mulher no Júri? Como será isso? Apesar de já ter havido outra como a matéria bem destaca. Não é difícil imaginar que boa parte das pessoas ao ler estas palavras pensariam assim. Eu destaquei esse trecho principalmente porque aqui foi usada uma palavra que se repete em matérias dos anos seguintes. *Eva!* Mas por que as mulheres eram assim classificadas ou representadas? Quem eram ou o que eram as “Evas”?

⁵⁰Matéria retirada do arquivo pessoal de Helena Alves de Souza. Jornal: *A União*, 12 de maio de 1954. Coluna: Pelas Ruas da Cidade, título da matéria: A Mulher no Júri. Escrita por, Aurélio de Albuquerque.

Segundo o dicionário dos símbolos⁵¹, “Eva representa o modelo feminino ideal pelo padrão ético judaico-cristão, ou seja, a mulher, esposa e mãe, submissa e direcionada para o lar.”.

Esta definição me reporta a uma matéria que foi escrita por uma mulher, colunista da revista *Era Nova*, revista que circulou em João Pessoa na década de 1920. Nesta matéria Eudésia Vieira, casada e professora, escreveu uma reflexão sobre os modelos femininos existentes em seu tempo. A qual foi objeto de pesquisa pela historiadora Alômia Abrantes da Silva que escreveu sua dissertação de mestrado, defendida no ano 2000 na UFPE, intitulada como: “As Escritas Femininas e os Femininos Inscritos, imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 20”. Embora haja aí um lapso temporal que separa meu trabalho do desta historiadora, mesmo assim suas representações a respeito da construção da ideia de lugar feminino são de grande importância para observarmos como no século XX, que é o momento em que viveu minha personagem e a dela, foram constituídas.

No capítulo dois de sua dissertação, Silva destaca “O Anjo da casa”, metáfora escrita por Virginia Woolf,⁵² a qual trata de um fantasma que aconselha Woolf na sua escrita, como por exemplo, lhe dizendo, que ela não deve se sobressair sobre a escrita masculina, que deve se camuflar, se manter invisível e doce. Silva expõe: “O Anjo da Casa personifica os ideais femininos instituídos na era vitoriana pelo discurso da Medicina e do Estado. Discurso que modelizado em vários âmbitos, especialmente na literatura e na própria Imprensa, edificou a mulher dentro da concepção do *bello sexo*. ”⁵³

O *bello sexo*, é também uma expressão corriqueira nos jornais que uso para este trabalho. A imprensa paraibana de meados do século XX ainda imprimia o pensamento Vitoriano que segundo Silva passa pela construção estética do que é ser feminina, esta que passa pela ideia de que as mulheres possuem um certo poder, o poder de sedução, que comumente até hoje é tido como feminino. E que as suas mulheres estudadas não

⁵¹ <http://www.dicionariodesimbolos.com.br/lilith/> acessado no dia 10/10/2014 as 23:31 horas.

⁵² WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁵³ Silva, Alômia Abrantes. As escritas femininas e os femininos inscritos, imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos de 1920. Mestrado em História UFPE-CFCH. Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Recife PE, 2000. p.50.

querem abrir mão, mesmo o *bello sexo* também sendo remetido a moral e a passividade encara a sedução como característica feminina que compõe a ideia de seu sexo.

Quero destacar que no meu trabalho não se trata de vitimizar ou heoricizar minhas personagens como também destacou Silva, mas perceber e desconstruir estereótipos femininos que em alguns momentos a teoria de gênero ajudou a reforçar e reconhecer as diferenças e estudar as relações de gênero são processos importantes a serem vistos, mas criar lugares e rótulos para homens e mulheres só leva a dar passos contrários nos estudos de gênero, principalmente se o gênero for entendido apenas por esse binarismo.

Os modelos de mulheres serão destacados aqui, como fez Silva com suas mulheres escritoras, Analice Caldas e Eudésia Vieira, as quais servirão de base para discutirmos as sutis palavras dos autores das matérias escritas sobre Helena Alves. Destacarei apenas os modelos trazidos por Eudésia Vieira, expostos por Silva.

Em um artigo nomeado *A Mulher*, publicado na revista Era Nova, o qual dedica ao seu esposo, para explicar que mudanças levaram as mulheres a se diferenciarem em sua época. Tendo como ponto central o discurso religioso, começa por nomear todas as mulheres de “Eva” e depois as subdivide em quatro categorias: “mulher adorável”, “melindrosa”, “sufragistas” e “Joana D’arc”. A primeira é o ideal feminino que está sob ameaça de morte, a mãe, esposa dedicada e amorosa, totalmente submissa e pronta para agradar. A morte desse modelo que entendo enquanto Eva no sentido que os jornais que estudo aplicam é um modelo que vem sendo defendido e escrito como desejável pela mídia na Paraíba como vemos desde os anos 1920, mesmo já em leito de morte naquele momento. E talvez por isso os anos dourados lutem tanto para ressuscitá-lo.⁵⁴

A segunda é a “melindrosa”, modelo odiado e ofensivo a toda “boa mulher”, Eudésia demonstra pena e desprezo pelas que ela classifica como “escravas da moda”. A terceira, “sufragista”, são tidas como mulheres que querem provocar o masculino ou destruí-lo, inimigas dos homens, comparadas as mulheres que fracassam no amor, esta que mais tarde também seria conhecida como o estereótipo das feministas. E a última, a qual Eudésia se insere, a “Joana D’arc moderna”, mulher que trabalha, mas não abandona seu lar, nem as tarefas de seu gênero, que mesmo alcançando profissões que não são

⁵⁴ Silva, Alômia Abrantes. As escritas femininas e os femininos inscritos, imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos de 1920. Mestrado em História UFPE-CFCH. Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Recife PE, 2000. p.53.

comuns, mesmo assim defendem e mantem sua feminilidade a todo custo, claro tudo isso dentro da moral e bons costumes.⁵⁵

Esse resumo sobre os modelos de mulher que Silva analisa com base em sua personagem, na dissertação, possibilita perceber que na mídia pessoense, a construção dos gêneros imprimia permanências e defendia lugares fixos, pois o lapso temporal que me separa de Silva em pesquisas é de quase 30 anos. Mesmo assim é possível enxergar na escrita masculina o período por mim analisado, como ela fez na feminina, uma defesa a modelos pré-estabelecidos para os gêneros e que isso ocorre pela zona de conforto que os rodeiam, os quais sustentam interesses sociais, fazendo com que a reflexão sobre o tempo e os valores impressos nele, se percebam como lentos em suas mudanças. Porém, há de se destacar que na década que Helena Alves viveu e que estou a problematizar, os anos de 1950, as coisas já haviam se transformado, mas alguns valores permaneciam, como a importância dada ao casamento, maternidade e o lar. Por isso não se trata aqui de comparar os períodos, mas de perceber as continuidades e mudanças que ocorreram entre eles.

Então vamos ao ano da personagem para percebermos o que permaneceu e os espaços conquistados. Em abril do ano de 1956 temos a seguintes linhas escritas no Jornal *O Norte*:

Elementos Femininos tentam se infiltrar na magistratura paraibana, assim se deduz da inscrição da bacharela Helena Alves de Souza no concurso que se vai proceder para o preenchimento de cinco comarcas vagas, quebrando dêsse modo o indiferentismo da mulher conterrânea pela vida pública, o interesse despertado pela sua colaboração nas organizações judiciárias do país.⁵⁶

Será mesmo que o gênero feminino não tinha habilidade para assumir funções no mundo público masculino, como eles assim determinavam? Não tenho essa resposta, o objetivo aqui não é responder isso. Mas nesse recorte pode-se notar como um homem percebia as mulheres paraibanas em relação a ascensão profissional de cargos públicos.

⁵⁵ Silva, Alômia Abrantes. As escritas femininas e os femininos inscritos, imagens de mulheres na imprensa paraibana dos anos de 1920. Mestrado em História UFPE-CFCH. Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Recife PE, 2000. p.57.

⁵⁶Matéria divulgada no Jornal, *O Norte*, em 27 de abril de 1956, intitulada: O Crime de ser pobre. Autor desconhecido por mim.

Na matéria a seguir, Helena Alves é indagada pelo escritor do jornal *A União*, sobre a influência da carreira em sua postura ou identidade de gênero. A preocupação era como um cargo “essencialmente” masculino até aquele momento seria conduzido por uma mulher? Como seria esse cruzamento de fronteiras? Haveriam mudanças em Helena? Para ela ser magistrada, teria que se tornar um homem? Vejamos sua resposta:

A mulher quando é absolutamente feminina, seja qual for o cargo que exerça se conservará da mesma forma. Só se masculinizará quando já demonstrava tendências para isso. Mesmo como magistrado uma moça com conduta impecável, procurando cumprir com seus deveres, ela – mesmo sem perder dos seus requisitos característicos do meu sexo – dando-se sobretudo o respeito merecerá, consequentemente, o respeito de todos.⁵⁷

A jovem Helena Alves nessa fala expõe a sua formação social de gênero. Ela se considera feminina e acredita que a escolha de qualquer cargo não irá abalar essa identidade. Ela se defende com a feminilidade, o fato de ocupar um cargo considerado masculino e até mesmo muitas vezes caracterizado assim não é motivo para que ela venha a se desviar do papel pré-determinado socialmente ao gênero feminino. Portanto esse papel social acaba sendo usado como estratégia dela para se dizer merecedora do cargo da magistratura, pois ela cria um argumento forte sobre sua feminilidade no intuito de combater o discurso de masculinização da mulher que vier a ocupar lugares profissionais que naquela época não lhes eram comuns.

No dia vinte e sete de maio de 1956 foi publicada no Jornal *A União* mais uma matéria a respeito da candidatura de Helena Alves ao cargo de Juiz de Direito do Estado da Paraíba. Quem escreve a matéria é o Juiz de Direito Jurandyr Miranda de Azevedo. Este que Helena, em entrevista, informa ter sido seu professor. Jurandyr iniciou seu texto assim: “Prenunciou-se o ingresso de elementos femininos no organismo da magistratura...”. Tal frase já nos leva a perceber a raiz de um saber tido como verdadeiro e científico sobre o corpo feminino.

Segue então:

Vamos ver como se apresentará o organismo judicante da Paraíba nutrido o sangue do belo sexo. Vamos ver se mesmo se tornará mais fecundo na concepção dos mais elevados conhecimentos do direito e com maior capacidade de geração no campo do pensamento

⁵⁷Matéria do Jornal, *A União* de 13 maio de 1956, intitulada: Teremos uma mulher na Magistratura? O nome do autor não constava no recorte.

jurisdicional. Veremos se a lei biológica do encontro das forças fecundantes se fará valer também nêsse setor de atuação.⁵⁸

A citação que destaquei escrita por Jurandyr, traz uma representação do pensamento que se imprimia mais conservador na capital paraibana sobre o corpo feminino como elemento de gestação o qual é significado em suas palavras como algo que só pode agir e reagir de acordo com a “lei biológica” determinante e verdadeira, na qual uma mulher que queira assumir uma função social masculina só o faria no limite do seu gênero, na hierarquia social a qual está submetida, o que seria então um teste da capacidade mental de Helena Alves, pois como mulher e baseando-se nessas teorias definidoras de lugares para os gêneros sua capacidade estaria na reprodução e não no cérebro. Discursos como esses, só intentavam deslegitimar e desencorajar a mulher a adentrar lugares na sociedade que não lhes fossem permitidos ou naturalizados.

A caracterização dos sexos através dos fatores biológicos é algo que infelizmente ainda persiste em uma parte da população até hoje. O modelo feminino constituído como frágil, sensível, amoroso e essencialmente reprodutivo passa pelas tecnologias de poder, as quais se executam através do dispositivo de sexualidade. Os corpos são construídos e normatizados.

O “dispositivo amoroso” trazido por Swain, deriva do dispositivo sexual de Foucault e por isso a autora sugere ir além da análise geral social e perceber de maneira afunilada como o mesmo se reverbera no feminino.

Tendo o poder sobre o corpo, “biopoder”⁵⁹, como característica da nossa sociedade moderna Swain dispõe que:

O dispositivo amoroso e a sexualidade formam a trama onde se tece e se reproduz o feminino – a objetivação indissociável do processo de subjetivação, a produção do sujeito de um saber e a produção do saber sobre um sujeito por meio de práticas discursivas e não discursivas diversas. As tecnologias do gênero têm assim uma dupla face, externa e interna a si mesma, que trabalha na produção do sujeito feminino em quadros de valores para os quais é, e cria referência. A ação sobre si

⁵⁸ Jornal *A União* de 27 de maio de 1956, matéria intitulada: Para “Direito e Justiça”. Por Jurandyr Miranda de Azevedo (Juiz de Direito).

⁵⁹ O biopoder é um conceito que aparece primeiro na obra do filósofo Michel Foucault no último capítulo do livro *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Nesse livro o título do capítulo é, Poder sobre a vida, direito de morte e além desse livro é possível encontrar discussões acerca desse conceito no livro, *O governo de si e dos outros*, que reúne aulas que o filósofo ministrou no College de France. Bem, tal conceito trata das relações de poder que se instituem no Estado moderno que tem forte influência sobre a vida dos sujeitos, principalmente no que diz respeito a natalidade, a saúde, ao corpo, a hereditariedade, a vida e a morte.

utiliza técnicas de adaptação, de recusa, de assujeitamentos aos códigos, aos limites, às normas de gênero e de sexualidade.⁶⁰

O discurso constrói e legitima os gêneros e suas funções no meio social. O sujeito deixa de ser um conjunto complexo de historicidades para se tornar uma norma natural na voz dos que conclamam uma “verdade”. Os lugares são fixados, quem trabalha nisso ou naquilo. A determinação biológica assujeita os sujeitos e cria discursos de verdade.

Esse tipo de pronunciamento em matérias de jornais trazem um caráter histórico de extrema relevância para os estudos de gênero no sentido de que podemos ver representado a reflexão masculina sobre o campo de ocupação do feminino, mas principalmente é válido destacar como estes homens percebem seu próprio lugar.

Em outra matéria publicada no jornal *A União*, no dia dezenove de maio de 1956, na qual foram indagados dois professores, dois advogados e um chefe de polícia sobre a seguinte questão: “Deve a mulher integrar a Magistratura? ”, sendo esta indagação o título da matéria. O Professor Clovis Lima então respondeu:

Acho que o assunto deve ser estudado com mais cuidado. Francamente, talvez falte a mulher certos requisitos para bem servir na função judicante embora leve boa vontade. Há certas situações particularmente graves que requerem bastante energia moral, coragem, agilidade e prudência. E é bem difícil que uma representante do sexo feminino possa enfrentar, sem paixão e com eficiência, estas situações”.

Com a toga, poderá continuar ela a possuir a mesma feminilidade? – Não. Há certas profissões que tendem a modificar um pouco a mulher mesmo sendo ela bem feminina. Preste a atenção e verá as mulheres que tomam a frente com energia e capacidade de trabalho, são sempre pouco femininas”. Após dizer, mais ou menos isto, o prof. Clovis Lima tomou o seu “Austim” e seguiu para Faculdade de Direito.⁶¹

O fragmento em destaque leva a observação de que o perfil de feminilidade se fazia ameaçado com a entrada das mulheres no mercado do trabalho, o que demarca definitivamente o lugar feminino na sociedade. E a mulher que o transpõe se transformaria, deixaria de ser feminina para ser masculina. As “Evas”, não podem querer ser “Adões” na opinião dos que rejeitam a entrada feminina na magistratura, já os que

⁶⁰SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte: o sexo. In: STEVENS, Cristina Maria & SWAIN, Tânia Navarro (org.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p. 12

⁶¹Fragmentos retirados da segunda e terceira coluna da Matéria: Deve a mulher integrar a magistratura? Publicada pelo jornal *A União* em 19/05/1956.

não se posicionam de maneira negativa tão abertamente são levados pela curiosidade de ver como se sairia uma “Eva” no meio jurídico. Observemos mais uma fala desta mesma matéria. O chefe de polícia do Estado diz:

Sendo a primeira candidata na Paraíba, a envergar a toga, o melhor é fazermos a experiência. O tempo dirá.⁶²

Nessa opinião fica claro que a dúvida predomina. Uma mulher que pretende assumir um cargo definido socialmente como masculino deixa duas reações: a descrença e a hostilidade. Os jornais não mediram esforços para argumentar que o lugar da mulher mesmo no campo de trabalho já era pré-estabelecido em profissões que se caracterizavam como domésticas ou femininas.

Em 1957, Helena Alves tenta mais uma vez o mesmo concurso para magistratura já que havia obtido fracasso no primeiro, o qual estranhamente todos os homens concorrentes passaram, menos ela. A imprensa mais uma vez destaca tal tentativa e imprime sua voz através das matérias, tentando mais uma vez lançar um discurso de caráter unitário a respeito da mulher na sociedade e seu papel.

O escritor e Auditor da Justiça Militar, José Rafael de Menezes, em uma matéria intitulada, *O que acha da mulher na magistratura*, reporta o leitor a refletir sobre características do cargo que pertencem apenas a um sexo, o masculino e orienta também que as mulheres devem trabalhar, além de casar, mas isso só será possível em atividades que condigam com suas características. Vejamos:

- No período eleitoral então, êsse aspecto agrava-se exigindo do Magistrado as virtudes de um Xerife.... Como pensar-se à luz dessa situação tipicamente nordestina, na função judicante da mulher...?

A vida brasileira resente-se nos seus alicerces, nas suas estruturas domésticas e educacionais. Ainda é em torno da mãe de família e da educadora que temos de decidir nossos destinos. Situar no lar a mulher quando casada ou oferecer oportunidade para que possuam vocação intelectual em tarefas mais condignas e mais extensas como o magistério deve ser em linhas gerais a orientação que devemos difundir sem que com isto negue-se à personalidade feminina os seus títulos igualitários diante da personalidade masculina.

Ao contrário o reconhecimento dêsse igualitarismo deve ser de tal forma fracional que se relegue para os homens aquelas tarefas mais rústicas e adjetivas, deixando-se o substancial e básico para a mulher

⁶² Jornal A União, de 19 de maio de 1956, matéria intitulada: Deve a mulher integrar a magistratura? Sem identificação de autor da matéria.

que pode fazer dentro de sua natureza o que o homem só o fará artificialmente...⁶³

Tendo em vista tal texto, observe que o autor não se dá de definir lugares, por natureza, função social, cultural, e até mesmo por uma suposta forma de igualdade. O modelo social de feminilidade está posto como único e intransponível, pois corre-se o risco da masculinização (que também tem seu modelo) caso haja fuga dele. A mulher, feminina e mãe tem em suas mãos a responsabilidade da qual não pode se negar e que se transpor tal barreira colocará em risco toda a sociedade. Os discursos trazidos por este escritor, assim como os demais que destacarei, apontam que as “Evas” nasceram para cumprir seu papel, sem desvios de rotas. Outra característica interessante é o fato dele destacar que as tarefas femininas não podem ser cumpridas pelo masculino, sem que seja de maneira “artificial”.

Tal posição merece destaque, pois os discursos masculinos são sempre limitando as tarefas femininas, mas aqui há também limite de transposição do masculino.

Em matéria intitulada, *A mulher e a Toga*, publicada pelo jornal, *A União* no dia treze de outubro de 1957, o autor não foi identificado, mas a opinião sobre a participação feminina na magistratura foi escrita da seguinte forma:

[...] a magistratura requer certos requisitos especiais de energia, de coragem pessoal de atividade qualidades que a maioria das Evas não pode possuir.

[...] Helena como tudo indica irá envergar a toga e iniciar dentro em breve a ação feminina na nossa magistratura até agora imune a um vestido sem ter sido amenizada por uma saia ou um maiô, pela presença de uma Eva feia ou bonita, magra ou gorda, inteligente ou emperrada.

Vamos, pois, aguardar a ação da mulher-Juiz ou do Juiz-mulher, o que vem a ser, afinal a mesma coisa.⁶⁴

Destaca-se mais uma vez as limitações impostas pelo gênero as “Evas”, dúvidas e desconfiças quanto a atuação feminina. Mas é importante perceber que com a aproximação cada vez mais certa de Helena Alves ao cargo, os escritores começam a tentar enxergar ao menos uma vantagem, esta que para eles é a de ter uma mulher “bonita”

⁶³Matéria publicada em jornal não identificado. Escrita por José Rafael de Menezes, intitulada, “O que acha da mulher na magistratura”, no ano de 1957.

⁶⁴Matéria publicada pelo jornal *A União* em 13/10/1957. O autor não foi identificado, intitulada como, “A mulher a Toga”.

em um ambiente masculino e duro. A “Eva” na opinião dos jornais não só envergaria a toga, mas lhe traria mais beleza com sua saia.

Na matéria intitulada *Temos uma mulher na magistratura*, a qual suponho ter sido publicada após Helena passar no concurso, já que nela não há referência de data, jornal ou autor.

O Juiz Carlos Romero, distinguido colaborador desta página judiciária foi discreto ao externar a sua opinião: “Na vida das comarcas acontecem fatos a requerer absoluta energia da parte do magistrado; julgo que a maioria das mulheres fracassaria nessas circunstâncias. ” E fazendo “blague” o digno juiz concluiu. “Não se há de negar uma coisa: se a mulher além de inteligência, possuir beleza física, dará um tom mais ameno e sugestivo ao panorama tão maçudo quão austero do nosso fôro; trará pelo menos esta vantagem!...”⁶⁵

Na fala do citado Juiz a mulher mais uma vez não possui características adequadas para o cargo, mas trará como vantagem segundo ele, se tiver beleza enfeitará as comarcas que para homens daquele ambiente será uma decoração nova. Na mesma matéria ainda encontro mais um discurso:

O advogado Pessoa de Lima foi conciso e breve. Seguiu apressadamente. Abordado pelo redator de “Direito e Justiça” acentuou: “A Eva togada, ninguém se engane: trará mais complicações para a Justiça, do que vantagens; mais atropelos do que bons serviços!”⁶⁶

Nesse último fragmento é possível enxergar como a imprensa imprimia papeis de gênero e difundia modelos de comportamento social para ambos os sexos, além de definir lugares nas profissões, na sua intenção de normatizar os sujeitos na sociedade. E que foram parte de uma teia de poder que territorializou e ainda territorializa os espaços dos sujeitos a partir do seu gênero.

Um outro ponto interessante para se destacar na experiência de vida da personagem em destaque é o seu casamento (que ocorreu em 1967). Este durou muitos anos, mas por muito tempo foi apenas de aparência, chegando ao ponto em que ela e o

⁶⁵ A matéria intitulada “Temos uma Mulher na Magistratura”, nessa matéria não foi possível encontrar nem data nem autor, e também não consegui identificar o jornal. Eu pressuponho o ano devido ao contexto da matéria.

⁶⁶Idem.

marido moraram em casas separadas. Como é possível ver nas palavras dela em entrevista para historiadora Keyla Queiroz e Silva:

(...). Eu tive um casamento difícil, eu convivi com o meu marido porque eu era uma mulher de vida pública. Eu convivi com um homem que tinha uma vida e rua, naquela época uma mulher separada era uma mulher visada, eu vivia a vida na minha, no meu trabalho e em casa, na minha conduta de mulher casada, honesta e honrada. Eu me separei há quatro anos atrás. Foi difícil tomar essa decisão, porque quando eu me casei em 1967, foi para viver a vida toda. Passamos 22 anos dentro de casa, depois botei pra lá para a granjinha, não deu certo, eu fiz a separação sem constrangimento, ele não é uma pessoa má, é apenas uma pessoa viciada de rua, ele ficou pra lá e eu pra cá.⁶⁷

Ela manteve esse casamento por tanto tempo devido ao cargo de magistrada que lhe exigia uma postura social mais conservadora, assim como pelo fato de naquela época não ser bem visto um divórcio, principalmente para a mulher que ficaria separada, sem marido. Uma mulher assim era considerada naquela época como desamparada ou sem credibilidade social, mesmo ela sendo uma Juíza como é o caso de Helena Alves. Mas ao mesmo tempo que ela se rendeu aos ditames sociais, quando decidiu se divorciar ela dá a entender na entrevista que foi a própria quem fez os tramites legais, tendo em vista seu cargo como Juíza, ela tinha autoridade e competência para tanto, ou seja, observamos uma mulher forte e que toma as rédeas da situação quando assim deseja. Pois ela se submeteu por tantos anos a um casamento de aparência, foi porque deste precisava para um determinado momento da vida e quando não se viu mais na obrigação de suportar ou de usar de tal estado civil, ela mesma o desfez.

Helena Alves adentrou na magistratura e lá permanece por alguns anos, mudou de comarca e até ganhou promoções⁶⁸, mas nos anos da ditadura, mais especificamente em 1969, ela juntamente com mais 10 Juízes, foi cassada de suas tarefas, sendo obrigada a se aposentar mais cedo, o que fez com que ela ficasse totalmente desnorteada a princípio, porém logo após a aposentadoria obrigatória nos anos que se seguem ela se manteve trabalhando como Professora, tarefa que já exercia mesmo quando ainda era magistrada em Cabedelo, cidade está em que ajudou a fundar uma Escola e que chegou a ser diretora

⁶⁷ SILVA, Helena Alves de. Juíza. João Pessoa. 20 de agosto de 1998.

⁶⁸ Promoções na carreira de magistratura é mudar de comarca, isso ocorre por dois motivos, produtividade, que é mais conhecida como merecimento e por antiguidade, que seria o tempo prestado de serviço, uma Juíza ou Juiz quando mudam de Comarca, vão mudando para cidades mais próximas a Capital, de mais prestígio para trabalho, o que os vão levando na carreira até o seu cargo mais alto que é o desembargador do seu Tribunal de origem, no caso de Helena Alves seria o TJ.

da mesma. Parece que a permanência no lugar masculino, do qual foi arrancada lhe levou a única opção possível no momento, assumir funções “femininas”. Ficou, então onze anos longe de suas tarefas judicantes, retornando a sua função de magistrada em 1981 com a anistia. Nem metade dos 11 juízes afastados retornaram ao Tribunal. Exerceu a função por alguns anos e requereu sua aposentadoria por idade.

Helena Alves então passou por anos difíceis longe da magistratura, porém o exercício do magistério não lhe deixou completamente afastada do mundo profissional. O que parece ser uma característica sua, de vida, o mundo do trabalho foi em sua vida seu ponto principal. Em entrevista a historiadora Keyla Queiroz da Silva ela afirma que:

Para mim no início foi uma decepção muito grande, muito grande, mas eu sou uma pessoa muito ativa, tenho uma grande capacidade de luta, Graças a Deus. Eu não fiquei parada porque eu era professora do Colégio Estadual de Cabedelo. Eu e Dr. Júlio Aurélio fizemos a fundação desse colégio. Eu fui nomeada diretora e Dr. Júlio vice-diretor.⁶⁹

Para finalizar esse capítulo eu escolhi deixa-las ou deixá-los com a imagem a em que Helena está no Tribunal de Justiça da Paraíba sendo nomeada como “Juiz de Direito.” O momento de sua vida que ela guarda com tanto zelo.

⁶⁹ SILVA, Helena Alves de. Juíza. João Pessoa. 20 de agosto de 1998. O Dr. Júlio a quem ela se refere na entrevista era o Promotor da época em Cabedelo.



(Recorte de Jornal fotografado do acervo pessoal de Helena Alves de Souza. Na imagem vemos Helena na posse de seu cargo como magistrada.)

No próximo capítulo destacarei a experiência de vida da amiga de escola e de faculdade de Helena Alves de Souza, Ofélia Gondim. Sobrinha de um Ex-Governador do Estado da Paraíba, Pedro Gondim, (1958-1960 e 1961-1966). Inserida na política e no mundo do Direito, pelos familiares, transpôs barreiras colocadas ao seu gênero pela sociedade da época. Manteve alguns conservadorismos, mas foi uma mulher que acreditava na capacidade igual de trabalho entre os gêneros. Mulheres como Ofélia Gondim proporcionam uma importante problemática para pensarmos as ações femininas na sociedade na luta pela igualdade de oportunidades para os gêneros, sem taxarmos isso como necessariamente uma prática feminista. Mas tentaremos perceber o protagonismo feminino na sociedade. Portanto caminhamos para conhecer a experiência dessa mulher

do Direito que foi pioneira em tantos cargos e rompeu muitas barreiras no mundo do trabalho para as mulheres de sua época e de hoje.

CAP. II

OS FEMINISMOS E O PROTAGONISMO FEMININO, CAMPARTILHANDO AS DIFERENÇAS: A EXPERIÊNCIA DE OFÉLIA GONDIM.

2.1 – Uma mulher: Vereadora, Professora, Advogada e Presidente da OAB-PB.

Os fios da máquina patriarcal, entrelaçam as mulheres no cotidiano através de seus discursos repletos de machismo, os quais criam uma esfera de desigualdade entre os gêneros. As mulheres, a depender de sua classe social, ainda são educadas e preparadas para os afazeres domésticos, maternidade e casamento e isso reflete no mundo do trabalho, nas profissões que são direcionadas para o público feminino. Pois supostas características construídas como “naturais” ou características típicas de uma mulher como a doçura, a delicadeza, o cuidado etc, fazem com que algumas profissões ainda sejam consideradas “naturais” apenas para o gênero feminino. Criando dificuldades para o acesso em outras áreas, que venham a desviar do caminho pré-estabelecido para as mulheres.

Partindo dessa premissa, fica perceptível que algumas profissões acabam excluindo as mulheres ou deixando-as como minorias. A luta para combater tais desigualdades já alcançou muitas conquistas no Brasil e no mundo, porém pensar e refletir sobre essas conquistas acabaram trazendo o dever de problematizar questões que ainda não foram sanadas e que os discursos de igualdade e democracia maquiavam, como por exemplo o fato de a representação feminina na política depender ainda da classe social, pois esse fator é o que injeta mais pessoas na política. Isso, por sua vez, dificulta o verdadeiro acesso das mulheres plurais (em se tratando das diferentes classes, raças, sexualidades, entre outras questões), dentro do campo político e da luta desses diferentes grupos, que cada uma poderia vir a representar, de maneira mais abrangente.

A política, como sendo um campo majoritariamente masculino ao longo da história, acabou dificultando a inserção feminina, que ainda é pequena. Por esse motivo a implantação das cotas para entrada de mais mulheres na política, foi uma das soluções que os partidos políticos acharam para equilibrar o percentual de representação dos sexos

na política, porém essa “solução”, não foi tão eficaz tendo em vista que o nível de representação feminina na política ainda é baixo. Portanto fica a pergunta, o que acontece para que as mulheres não se insiram na política a ponto de não chegarem a ser nem cinquenta por cento, nos cargos públicos do executivo e legislativo no Brasil? A divisão binária do mundo, que coloca os gêneros em lugares opostos, fez com que as mulheres tivessem uma longa história de lutas para chegarem a alcançar tais lugares que lhe foram proibidos por muito tempo e essa luta ainda não acabou, embora já seja possível enxergar algumas vitórias.

Os movimentos feministas contribuíram muito para a ocupação desses espaços. E é por isso que é preciso compreender o que foram os feminismos. De maneira bem rápida e recortada tentarei lhes expor. Para as estudiosas e estudiosos dos feminismos isso não é grande novidade, mas será que para todos é assim? Não é de hoje que noto, em sala de aula das universidades, que já frequentei, que o tema feminismo ainda é bastante polêmico e confundido com estereótipos que foram criados para desqualifica-lo. Referem-se por mulheres que odeiam os homens, mal-amadas, “mal-comidas”, sem feminilidade, estéreis, “sapatões”, entre tantos outros absurdos que estão nos discursos de muitas mulheres e homens. Segundo Luís Felipe Miguel:

Como corrente intelectual, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina.⁷⁰

Tal afirmativa leva-me a pensar sobre a importância de tal movimento para a construção de um novo cenário social para as mulheres, não se tratando apenas de uma luta ou “práxis”, mas principalmente de uma reflexão para a desconstrução das relações de poder que envolvem os gêneros em papéis pré-dispostos pela sociedade a serem seguidos pelos indivíduos de acordo com o seu sexo. Essa relação de poder e dominação, que se apresenta historicamente há séculos, não precisa apenas ser combatida, mas pensada, desconstruída.

E para tanto, é preciso entender o feminismo em seu caráter histórico, discuti-lo. Luís Felipe Miguel afirma também que a denúncia da dominação masculina ou a afirmação da igualdade intelectual e moral das mulheres atravessam os séculos – é

⁷⁰MIGUEL, Luís Felipe. O feminismo e a Política. In: Feminismo e Política, uma introdução. Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p.17

possível busca-las na Grécia antiga, em figuras como Safo ou mesmo Hipátia. Na Idade Média se destaca a obra de Cristina de Pizán (1364-1430), que dedicou vários volumes às mulheres, argumentando que as diferenças físicas são desimportantes ante a igualdade de alma, criada idêntica, por Deus, para eles e para elas. A aparente inferioridade feminina era resultado não de uma natureza diferenciada, mas das condições sociais.

Um pensamento, para se caracterizar como feminista, não se limita à afirmação literária da igualdade de talentos ou de valor entre mulheres e homens nem à reivindicação política da extensão de direitos individuais a toda a espécie humana. O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública.⁷¹

Essas afirmações ampliam o olhar para perceber que, desde os antigos, as mulheres já se manifestavam por uma não aceitação à sua interiorização de maneira crítica, porém isso não significa que elas já eram feministas. O feminismo que para alguns, tem sua origem datada na Revolução Francesa, ocorrida no final do século XVIII e que pôs abaixo as formas de opressão sofridas pela população, por autoria da monarquia, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, tão famosos no mundo inteiro. E que influenciaram os direitos que temos hoje. Esses revolucionários pensamentos não contemplavam as mulheres daquele momento. Tais concepções serviam apenas para os homens, embora as mulheres também houvessem participado juntamente com eles da Revolução.

Por esse motivo, surge em contrapartida a famosa “Declaração Universal dos Direitos dos Homens”, a então chamada: “Declaração Universal dos Direitos das Mulheres”, essa que além de versar sobre o que a outra trazia para os homens, só que nesse caso, estendia para as mulheres, direitos que elas ainda não tinham pleiteado, como o voto, entre outros. Tal carta foi escrita por Olympe de Gouges, porém sua carta não alcançou sistematicamente as raízes da opressão sofrida pelas mulheres. Por esse motivo, outra importante mulher escreve:

[...]na mesma época, na Inglaterra, por Mary Wollstonecraft (1759-1797), que é geralmente considerada – por boas razões – a fundadora do feminismo. Sua obra mais importante, *Uma reivindicação dos direitos da mulher*, foi publicada em 1792 e sofreu, também, o influxo da Revolução Francesa.⁷²

⁷¹Idem; p.19

⁷² Idem; p.20 e 21

Nascia a chamada “primeira onda do feminismo”, também conhecido como “feminismo liberal”, que tinha por representantes Mary Wollstonecraft e Stuart Mill. Ambos foram criticados por refletir apenas para uma camada social das mulheres, as brancas e de classe alta no que diz respeito a opressão patriarcal. Porém nesse momento histórico do feminismo, os objetivos eram alcançar direitos de igualdade para as mulheres no casamento, educação e participação política.

O século XIX trouxe a corrente liberal. E esse é o momento em que surge o feminismo socialista, “que, por conta da radicalidade de suas propostas, ficou à margem das correntes dominantes do sufragismo.”⁷³

Esse tipo de feminismo era tido como radical, pelo fato de questionar as limitações que eram dadas às mulheres no mercado de trabalho, assim como uniu o pensamento sobre história das mulheres e classe. E que, de certa forma, se apoiou nas teorias marxistas, embora o próprio Marx nunca tenha tratado especificamente das questões das mulheres. A teoria marxista das classes sociais e contra o capitalismo também é usada até hoje pelas feministas que seguem essa corrente como escopo para discussão das relações de trabalho, combate ao capitalismo e o consumismo como sistemas opressores patriarcais para as mulheres.

Além disso, é importante ter em mente as lutas por direitos e liberdades para as mulheres. Na Revolução Russa das bolcheviques contou com mulheres como: Clara Zetkin (1857-1933) e Alezandra Kollontai (1872-1952), como também a anarquista Emma Goldman (1869-1940). A primeira, chegou a reivindicou os direitos políticos das mulheres; a segunda, achava o casamento uma instituição opressora para a mulher e defendia o amor livre e a terceira foi pioneira na luta pelo reconhecimento das relações homoafetivas.

A “primeira onda” do feminismo chegou ao Brasil como em outras partes do mundo, no “início do século XX”, se é que é possível datar, e se difunde mais largamente devido a incorporação de senhoras da classe média e alta da sociedade que seguem as tendências do exterior, pois segundo a estudiosa June E. Hahner (1981):

Como Maria Amélia Vaz de Carvalho, escritora popular portuguesa e colaboradora há muito tempo em jornais feministas no Brasil, tinha notado com astúcia na imprensa brasileira da virada do século, o feminismo não mais era *déclassé*. Os movimentos pelos direitos da

⁷³Idem; p.23

mulher tornaram-se mais fortes e mais respeitáveis em muitas nações, com senhoras de elevada posição social participando em congressos internacionais de mulheres.⁷⁴

A luta feminista pelo direito ao voto teve uma líder bastante conhecida, a cientista e funcionária pública, Bertha Lutz, que pertencia a uma classe social alta no Rio de Janeiro e que, através de contatos políticos e de uma estratégia que era contra o confronto aberto, para alcançar as questões reivindicadas, conseguiu apoio político e de pessoas influentes, fazendo também parte da Comissão Constituinte de 1934.

O voto feminino no Brasil teve sua primeira legislação permissiva no Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte em 1927 e em 1928, mais especificamente no interior do citado Estado. Celina Guimarães Viana, na cidade de Mossoró foi a primeira mulher a votar, e segundo ela mesma, toda iniciativa foi de seu marido para que ela conseguisse tal direito.

A entrada das mulheres no cenário político brasileiro ocorreu com as *sufragistas*, na segunda década do século XX. Bertha Lutz, era líder de um grupo que lutava pelos direitos da mulher, no que diz respeito ao voto. A Federação Brasileira para o Progresso feminino (FBPF), foi criada em 1922 e, por Bertha e outras companheiras, depois disso, os Estados brasileiros foram criando suas versões daquela que iniciou. Na Paraíba, segundo Glória Rabay e Maria Eulina P. de Carvalho⁷⁵, foi criado em fevereiro de 1933 a Associação Parahybana pelo Progresso Feminino (APPF), quando o voto feminino já havia sido liberado com a aprovação do novo Código Eleitoral em 1932, no Governo de Getúlio Vargas.

Em consequência a esse direito, foi aberto para as mulheres o caminho da política. Porém, elas teriam de enfrentar até os dias atuais a dificuldade de se inserir nesse campo majoritariamente masculino, como foi discutido em um parágrafo anterior.

Em 1933, a primeira mulher se elege no Brasil. Carlota de Queirós, Deputada pelo Estado de São Paulo, e depois Bertha Lutz, que havia ficado na suplência em 1933, assumiu em 1936, a cadeira de Deputada. Glória Rabay e Maria Eulina Pessoa de

⁷⁴ HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.p. 92

⁷⁵Ver: Mulher e política na Paraíba: história de vida e luta. Glória Rabay, Maria Eulina de Pessoa Carvalho. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

Carvalho (2010) afirmam que: “apesar da expressiva ação da APPF nos meios sociais mais abastados, nenhuma mulher se candidatou, na Paraíba, nas eleições de 1933.”⁷⁶

Portanto, apesar das mulheres terem alcançado espaço no campo da política, mesmo com pouca participação e visibilidade para lançarem suas candidaturas, nesse sentido a família funcionava como engrenagem estratégica de lançamento para a candidata. Rabay e Carvalho (2010) então apontaram que na Paraíba para uma mulher conseguir se lançar na política sozinha, era muito difícil, assim como em todo o país, pois conseguir que um grupo as apoiasse que não fosse sua família era bem difícil e se lançar sozinha era quase impossível.

Após o Golpe que possibilitou a instauração do Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas em 1937, as eleições foram suspensas e continuaram assim até 1945, Rabay e Carvalho com base nisso observaram que:

A partir de então, apesar do caráter “bem-comportado” que marca a primeira onda do movimento feminista no Brasil, as organizações de mulheres perderam a força e praticamente desapareceram sob o medo e a perseguição política que abateram o país. Foi a vez das mulheres populares e de classe média ocuparem o cenário político, especialmente na luta contra a carestia, no final da década de 1940 e durante toda a década de 1950. Saíram de cena as antigas líderes feministas e outras mulheres – identificadas com outras correntes, inclusive o Partido Comunista – tomaram lugar nos acontecimentos políticos e nas listas eleitorais.⁷⁷

É importante observar essa cronologia, desde a luta pelo voto, ainda na década de 1920 do século XX, as mulheres vão ganhando espaço, ganhando lutas e vão mudando ao longo dos anos para alcançar novos ideais. Como as autoras Rabay e Carvalho, deixam bem exposto as antigas líderes feministas sufragistas vão sumindo para dar espaço a outras mulheres que buscam outros ideais e se engajam em outras lutas.

No contexto da Ditadura Civil Militar de 1964, temos dois lados para as mulheres, a esquerda e a direita, porém o tratamento dado as mulheres por ambos não se diferenciava muito. A valorização de uma cultura conservadora, com relação ao papel da mulher na sociedade, no sentido de se pregar o lar, a maternidade e as contenções do

⁷⁶ Mulher e política na Paraíba: história de vida e luta. Glória Rabay, Maria Eulina de Pessoa Carvalho. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.p15.

⁷⁷ Idem. p.16.

mundo privado ao gênero feminino, como “naturais” era compartilhado tanto pela esquerda, quanto pela direita, segundo Pedro:

Foi esse contexto que conduziu à incorporação da questão de classe social à pauta do feminismo brasileiro, que passou dar especial atenção à mulher trabalhadora. Assim, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, a reivindicação feminista era simplesmente “salário igual, por trabalho igual”, no Brasil, além desta, as feministas lutavam pela participação das mulheres em sindicatos, pelos direitos das empregadas domésticas, pela saúde e a segurança das mulheres no trabalho e contra o assédio sexual de chefes e colegas.⁷⁸

Portanto, no Brasil a luta por direitos mais básicos fez parte da luta feminista e isso foi resultado do momento de recessão de direitos vividos naquele momento de imposições e torturas para quem ousasse questionar a ordem do Estado. Assim as feministas brasileiras tinham por característica uma ênfase na luta por direitos sociais.

A ditadura brasileira promoveu no âmbito da política, muitas cassações, chegando ao extremo de fechar o Congresso Nacional provisoriamente e por causa disso alguns maridos e parentes colocaram as mulheres da família ou esposas para disputarem as eleições no lugar deles e com isso, a inserção feminina na política cresceu no final da década de 1960, por causa dos impedimentos que a ditadura causou para alguns homens, que acharam por solução, usar suas esposas para ocupar um lugar ao qual eles estavam impedidos.

Nas eleições seguintes, em 1970, com a proibição das esposas de políticos cassados se candidatarem, a participação feminina restringiu-se a apenas quatro candidaturas para a Câmara Federal em todo o país, tendo sido eleita apenas uma mulher.⁷⁹

A representação feminina na política ocorreu de certo modo como, por meio de manipulação dos maridos ou familiares que usaram as mulheres como meros objetos para entrar em um lugar que eles estavam proibidos. Mas será mesmo que essas mulheres se inseriram nesses lugares como meros fantoches?

Chegamos então, a nossa personagem em destaque. Ofélia Gondim, era uma mulher casada, formada em Direito, sobrinha de Pedro Gondim, político bastante

⁷⁸Idem; p.254.

⁷⁹Idem. p.18.

conhecido na Paraíba, por ter sido governador do Estado entre os anos de 1958-1960, eleito como vice nesse momento, mas por motivo de doença, o governador eleito (Flávio Ribeiro Coutinho), teve que sair do cargo e assim Pedro Gondim assumiu em seu lugar. Em 1961 ganhou as eleições para governador e ficou até 1966. Indo para o cargo de deputado federal pelo partido da ARENA, porém foi cassado por força do Ato Institucional número 5 (AI-5), resultado de embates do parlamento com a ditadura militar da época que era o poder Executivo e acabou que por meio desse Ato, o parlamento foi fechado provisoriamente, cassando ou demitindo funcionários públicos, como foi o caso da amiga de Ofélia Gondim, Helena Alves, já citada no capítulo I, sua demissão do judiciário.

Esse contexto se faz necessário para compreender-se o lugar social ao qual pertencia a personagem. Uma mulher que era advogada, formada no bacharelado em Direito da primeira turma desse curso na Paraíba, de classe média, casada com um médico e mãe de quatro filhos, além de ser professora do curso de Direito, uma das primeiras de sua época. Portanto uma mulher que pertencia a uma classe social abastada e com muitos contatos.

Sua entrada na política ocorreu por meio de um Partido que foi criado pelos militares através do Ato Institucional número 2. A Aliança Renovadora Nacional mais conhecida como: ARENA, foi criado em 1965, após o golpe. Na Paraíba da década de 1970 esse partido promovia ações para o aumento da adesão da população aos seus ideais políticos e partidários, por esse motivo almejava lançar uma mulher para candidatura a um cargo na política. E foi assim que Ofélia Gondim acabou sendo escolhida para ser lançada no mundo político. Ela conta que sua experiência na política aconteceu da seguinte forma:

Eu era a primeira mulher a entrar na Câmara Municipal de João Pessoa, foi um movimento “feminista”. Dona Mary Teotônio, mulher do deputado federal Teotônio Neto, era presidente da Arena Municipal, então ela teve essa ideia de lançar uma mulher para a Câmara Municipal, achavam que deveria ter uma mulher, que até aquela época – 1972 – ninguém tinha conseguido entrar na Câmara, já tinha havido duas candidatas, mas não tinham conseguido. Então, ela foi a minha casa, me convidar com um grupo de senhoras. Meu marido foi quem se entusiasmou mais, e trabalhou muito pela minha candidatura, e eu consegui ganhar, mas com relação a minha experiência como Vereadora, acho que eu não estava preparada para ser política, eu não gostava da política, eu era política, mas no sentido amplo, de participar de atividades como cidadã, ter interesse pelas coisas da sociedade, querer mudar, criticar, oferecer sugestões e etc., mas para carreira política eu não tinha vocação não, principalmente, porque quando a pessoa é muito franca, muito sincera em

política, perde muito, dentro da Câmara, todos os vereadores sabiam se eu ia votar contra ou a favor de determinado processo, já sabiam de antemão a minha posição, porque eu era logo franca, dizia, não escondia o jogo, como se costuma dizer. Isso torna a gente muito sem defesas. Eu não tinha uma agilidade política de conduta, ou melhor, a gente era muito autêntica, nós mulheres, somos em geral, muito autênticas e isso em política não é bom, porque fica sendo vista de modo até diferente, eles acham que a gente quer ser diferente deles, melhor do que eles – os homens – mulher na política tem esse problema, tem essa dificuldade, ou ela se mistura com eles, se torna igual a eles, ou então fica numa posição sempre relegada, nunca faz parte do todo.⁸⁰

Nesse fragmento de entrevista que foi concedida por Ofélia Gondim, falando brevemente de sua experiência na política, chamou atenção pelo fato de ela indicar que aquele era um movimento “feminista”. Ela em sua fala indica essa referência pelo fato de a entrada feminina na política assim como em outros ambientes do mundo do trabalho terem sido por muito tempo exclusivos para os homens. De fato, esse era um dos objetivos das feministas, ganhar espaço na política e na vida pública para as mulheres, mas será mesmo que o simples fato da inserção feminina na política poderia ser pensado como uma ação feminista? O feminismo é um movimento político e ideológico, de luta pelas mulheres, para combater a subordinação que o patriarcado impôs e impõe, além de pensar como esse se impõe socialmente e cria hierarquia e diferenças para com os gêneros.

Quando eu entrevistei Ofélia Gondim, e ela me falou de feminismo, isso chamou minha atenção e foi depois de várias conversas que compreendi que na época em que ela foi Vereadora, o partido ao qual ela pertencia, a ARENA, tinha pretensão de implantar um departamento feminino que seria dirigido por ela, que de fato nunca saiu da promessa e das notinhas no jornal *A União*.

Em outros momentos de conversas quando indaguei como ocorria esse feminismo que ela falou, ela voltou atrás na sua afirmativa anterior e explicou sua atuação na Ordem dos Advogados da Paraíba, onde também foi pioneira na presidência como mulher.

Eu nunca participei de movimento feminista, os movimentos naquele tempo eram isolados, o movimento da Ordem, diziam ‘vamos lançar uma mulher no conselho da Ordem, porque só tem homem’, mas era coisas assim, não tinha uma organização não, movimento organizado inexistia...⁸¹

⁸⁰Entrevista feita em 29 de setembro de 2014, pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra, na casa da entrevistada.

⁸¹ Entrevista realizada em 29 de setembro de 2014, pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra, na casa da entrevistada.

Ofélia Gondim, em sua fala nega ter sido feminista apesar de deixar transparecer que sua inserção na política poderia ser vista assim, mas depois volta atrás por não considerar sua ação e de outras colegas de Partido como pertencentes ao feminismo. Foram sim, protagonismos individuais que não deixam de trazer consigo um desejo de luta por galgar lugares para as mulheres, mas ter uma consciência crítica sobre esse lugar e lutar por uma desigualdade de gênero na sociedade, isso ela e suas companheiras não faziam. Por isso essa problemática acerca do feminismo é muito mais complexa do que parece ser, pois o feminismo não se identifica por uma questão de organização de grupos ou movimentos, mas sim de consciência e crítica a um lugar social inventado para definir os gêneros na sociedade.

O grupo político que se interessou por ela, observou-a como ideal, para o perfil que eles procuravam. Jurista, casada com um médico, seguidora das regras sociais, mãe e de uma classe social média branca, ela preenchia os requisitos que uma boa senhora deveria ter para entrada em um partido que apoiava as ideias da ditadura e queria uma mulher que servisse de exemplo para as outras. E ela ao justificar sua escolha para assumir um cargo na política dizendo que eles “achavam que eu era uma mulher atuante, era advogada, era mulher de médico,”⁸² mostra que ela tinha consciência do papel de gênero que exercia na sociedade. E por isso devemos enxergar sua atuação na política com cuidado.

Como a ARENA era um dos dois únicos partidos permitidos para atuação política no Brasil pela Ditadura, é óbvio que o tio cassado de Ofélia Gondim nem seria citado, mas o fato de ter sido escolhida para assumir a frente de tal projeto político traz uma reflexão interessante, principalmente, por ela ser consciente das características que levaram a sua escolha. Luís F. Miguel já se atentava para isso no artigo, *Gênero e Representação na Política (2014)*. Ele questionou esse tipo de representação, na qual uma maioria feminina na política com tais características, iria fazer. Elas representariam as mulheres de sua classe, de outras classes, etnias e etc; ou serviriam aos fins dos poderes simbólicos de dominação social de gênero?

O jornal *A União* de 1973, trouxe algumas notas de ações que esse partido promovia na Paraíba, mais especificamente em João Pessoa. E em algumas delas

⁸² Entrevista realizada em 19 de janeiro de 2015 na casa de Helena Alves de Souza com Ofélia Gondim.

anunciou-se um departamento feminino que a Vereadora Ofélia iria dirigir, mas que nunca veio a se concretizar. Tudo não passou de uma estratégia do partido para conquistar eleitores e maquiar a repressão da Ditadura, pois ao querer abrir espaço para minorias como as mulheres, eles não estavam considerando a luta que isso representava, mas apenas tentavam exercer influência e difundir seus valores de dominação social para com as mulheres.

A Arena Feminina já é uma realidade. Ontem o presidente do Diretório Regional, Sr. Sabiniano Maia, alugou mais uma sala no mesmo andar onde está instalada a sede do partido, e constituiu um Grupo de Trabalho, tendo à frente a Vereadora Ofélia Gondim, para elaborar os estatutos do novo gabinete e arregimentar pessoal necessário ao funcionamento do grupo feminino arenista. Depois de instalado o diretório feminino o Sr. Sabiniano Maia quer criar o Departamento Trabalhista, ainda no primeiro semestre.⁸³

Várias notinhas desse tipo foram publicadas no jornal *A União* no decorrer daquele ano, porém as promessas de criação de tal Departamento não se concretizaram, segundo a própria Ofélia Gondim. É importante perceber que a ARENA tinha por intenção atingir os vários grupos de eleitores que no período de ditadura estariam “correndo o risco” de fazerem parte de uma esquerda “marginal” ou de grupos feministas que eram considerados piores, até mesmo pela esquerda. Assim essa estratégia da ARENA não passou de uma forma do Estado conter as esquerdas, minando a população com uma falsa ideia de preocupação social com grupos de “minorias”.

A ARENA ainda criou um departamento para representar os jovens na Paraíba e tinha pretensão de outros, além do feminino como fica destacado na nota do jornal. Porém alcançar esses grupos para manter a política repressora da ditadura não ocorreu com o sucesso almejado, pois essa estratégia não ganhou muitos aderentes, além de eles não terem conseguido implantar os outros departamentos desejados.

Esse fato me leva a pensar que tal partido agiu como vigilante dos grupos que ele se propunha a representar, dentro de um contexto de ditadura, isso é bem óbvio. As pessoas não tinham liberdade alguma, mas isso não significa que grandes ou pequenas formas de resistências não existiram.

⁸³Nota publicada no Jornal *A União* em 14 de fevereiro de 1973. p. 2.

Ophélia Gondim estava longe de ser uma mulher fácil de se manipular. Ela atendia a um padrão social feminina que época impunha? Sim! Mas ela ao mesmo tempo não se encaixava por completo nele. Sua trajetória profissional prova isso, assumiu diversos cargos, nos quais foi pioneira, abrindo caminhos para que outras mulheres viessem a ocupa-los, portanto é preciso saber enxergar que resistir a tecnologias de controle invisíveis, como nos ensinou Foucault, não é feito de maneira tão óbvia ou visível.

A entrada de Ofélia Gondim no campo da política, como sabido não foi um ato feminista, porém não se pode negar sua importância e a intenção de incentivo para que outras mulheres paraibanas lutassem por um lugar nesse campo tão masculino ainda hoje. Quando em entrevista, ela foi perguntada, se a intenção do partido era promover as mulheres no âmbito da política e por isso a criação de um Diretório Feminino, que eles visavam implantar, serviria para debater e incentivar as mulheres na política? Ela respondeu: “É, era essa a intenção, o objetivo, melhor. O objetivo era esse, lançar a mulher na vida política, não só pública, mas política especificamente.”⁸⁴

Partindo dessa premissa em que a política se forjou por um gênero e por causa disso, ela “adquiriu as marcas”, desse gênero, o outro que ficou de fora, no caso as mulheres, encontraram dificuldades para entrar em tal lugar. Portanto a entrada de mulheres na política e a proposta de um diretório, no caso de Ofélia, para discutir e incentivar mais mulheres a participarem é um sinal de luta e resistência, porém ainda no caso da personagem em destaque, como é sabido que esse diretório não saiu da promessa do partido, é possível enxergar que tal fato não ocorre a toa, as limitações e dificuldades das mulheres são muitas no campo político, principalmente no que diz respeito a representatividade e promoção de consciência e crítica para que outras viessem a participar da luta por mais lugares para as mulheres na sociedade.

A segunda candidatura foi a Deputada estadual pelo mesmo partido, porém não obteve sucesso. A imagem a seguir mostra sua campanha da época, através de “clarinadas” (nome que a própria Ofélia dá a esse tipo de escrita) feitas por seu marido, este que em sua escrita traz a ideia de que “a mulher independe ajuda mais seu marido”, tal discurso confronta a ideia que o feminismo trazia, uma mulher independente não é auxiliar do marido, mas sim igual. Portanto as mulheres que Ofélia Gondim tentava representar eram de uma determinada camada social e ainda presas as ideias que o

⁸⁴ Entrevista realizada em 19 de janeiro de 2015 com Ofélia Gondim, na Casa de Dra. Helena Alves.

patriarcado lhes pregava, para seguirem seus papéis sociais como esposas sempre dispostas a auxiliar seu marido, a acompanhar, estar ao lado como uma muleta na qual ele poderia se apoiar, mas que sem o corpo masculino apoiado, elas não passam de muletas sem autonomia ou sem movimento.



A entrada das mulheres no mundo político tem inúmeras controvérsias, avanços e atrasos. O certo é que todas as tentativas foram de certa forma válidas para abertura de espaço, o que não significa que ajudaram a mudar as formas de dominação com tanto êxito quanto o esperado, mas foram estratégicas no sentido de trazer alguma abertura, mesmo as custas de manter certos conservadorismos.

Na segunda entrevista, Ofélia Gondim compartilha um episódio de sua carreira como Vereadora, o qual merece uma reflexão e também nos mostra como ela apesar de manter uma postura conservadora do papel social feminino, ela tem consciência disso e rompe em alguns momentos com ele:

Engraçado é que a própria mulher era tão consciente naquele tempo da inferioridade dela, que achava que a minha postura, às vezes podia ser a postura de um homem, comparada a de um homem. Eu encontrei, por acaso, uma conhecida minha, era uma moça que não era analfabeta não, ela tinha curso superior. Ela se encontrou comigo na rua e disse assim: “ah Ofélia, vou lhe contar, fiquei tão entusiasmada que eu passei na Câmara e você estava falando, aí eu entrei e fui assistir, você estava

com a Constituição na mão, discutindo como um HOMEM! ” (Risos). Eu fiquei tão admirada, que não tive o que responder na hora. (Risos) E disse: “muito obrigada”. (Risos) E fui embora e nunca me esqueci disso.⁸⁵

A construção do lugar social feminino nessa fala de Ofélia Gondim mostra que ela não aceitava bem o mundo machista, no qual estava inserida. Talvez por isso não se manteve presa ao lar e exerceu várias profissões, em lugares de poder para o gênero feminino naquele momento, o que fez com que ela quebrasse com as limitações impostas ao gênero feminino daquele período.

Com base nisso, observo a análise que Soihet⁸⁶ faz sobre Bertha Lutz, como uma cidadã ativa que trouxe conquistas importantes, como o voto para as mulheres, mas também despertou críticas de suas colegas e seguidoras. Pois ao utilizar seus contatos de classe e família, configurando o que alguns chamam de feminismo moderado ou estratégico, trouxe para as mulheres que tinham acesso à educação e pertencentes a uma classe média ou alta, uma participação mais ativa na vida pública, ou seja, por não romper radicalmente com os ditames sociais e por saber se utilizar dos contatos familiares e da posição social que dispunha, acabou conquistando espaços para as mulheres brasileiras, mesmo que de maneira limitada.

Tendo em vista que essa luta foi nos primeiros anos do século XX, é preciso destacar que na década de 1970 desse mesmo século, vivia-se uma em repressão governamental, e com uma esquerda que tratava o feminismo de uma forma tão conservadora quanto seus inimigos, ser mulher e lutar contra as desigualdades sociais de gênero, assim como romper lugares e se inserir em meios restritos já era uma tarefa difícil, assumir uma postura feminista no meio disso tudo então, era mais ainda. Não só por medo, mas por uma construção cultural que era feita por vários meios. E isso fez com que algumas mulheres rejeitassem a ideia de feminismo.

As feministas que viveram os primeiros anos da segunda onda enfrentaram um triplo obstáculo: o primeiro deles era o autoritarismo e conservadorismo do regime vigente, de ditadura civil-militar; o segundo era o conservadorismo da própria esquerda no que se refere a atuação das mulheres; e o terceiro era a censura da própria sociedade civil que, assim como os dois primeiros, encarava os movimentos feministas como constituído por mulheres feias, mal humoradas,

⁸⁵ Entrevista realizada em 19 de janeiro de 2015 na casa de Helena Alves de Souza com Ofélia Gondim.

⁸⁶ Ver: SOIHET, Rachel. Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

lésbicas, estereótipos que iam de encontro ao que se esperava de uma mulher ideal.

[...] dizer-se feminista era e ainda é mais do que identificar-se com lutas de mulheres, é tomar para si os estereótipos modelos que perseguem a tão controvertida identidade feminista.⁸⁷

Dentro desse contexto, se definir feminista ou não, é algo que não vai diminuir ou aumentar o protagonismo da personagem em destaque nesse capítulo. Mas que devemos ter consciência de que tanto a esquerda como a direita, esta última, a qual se inseria Ofélia, eram contra o feminismo, portanto as ações para alcançar o público feminino intentavam afasta-las do feminismo.

Analisar figuras como Ofélia Gondim é de grande importância para desmistificarmos a ideia romântica de heroína para com as mulheres que promoveram ações pioneiras ao longo da história, na luta por galgar lugares e visibilidade para o gênero feminino. Assim o erro que alguns cometem de classificar essas mesmas mulheres como feministas por tais ações, delegando a elas uma bandeira que as próprias não levantavam ou defendiam é uma reputada lição.

Porém ainda gostaria de destacar com mais profundidade as outras carreiras que Ofélia Gondim exerceu ao longo da vida e ainda exerce. Ela foi uma das primeiras mulheres a entrar como professora no Curso de Direito em João Pessoa, no qual estudou e está não foi uma tarefa tão simples e sem méritos na experiência de vida dela, a qual deve ser observada mais profundamente, pois ao longo desse texto essa personagem pode parecer uma mulher apática ou que ocupou lugares, sem romper objetivamente com uma ordem, mas ela por não optar em viver apenas voltada para o lar, mas sair dele e viver uma vida pública, ocupando cargos de poder e de pouca inserção feminina por si só já mostram como ela não era “tão” cumpridora das determinações sociais para com uma mulher da sua classe social.

A profissão de professora foi construída historicamente ao longo do século XX como uma profissão feminina, muitas vezes por ser associada ao cuidado maternal que “naturalmente” as mulheres deveriam ter, mas essa inserção feminina no mercado de trabalho não foi assim tão fácil, principalmente a depender do grau de instrução a ser

⁸⁷CRESCÊNCIO, C. L. Dizer-se feminista no Brasil entre os anos 1970 e 1980. In: XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012. p.13.

lecionado. Como expõe Michelle Perrot no seu livro, “Minha História das Mulheres”, ela diz que:

Na universidade as mulheres permanecem “indesejáveis”. Principalmente em Paris. A Sorbonne se recusa a admitir, nos anos 1930, a germanista Geneviève Bianquis, embora ela fosse superior ao seu concorrente, sob o pretexto de que a voz de uma mulher não poderia dominar um anfiteatro de estudantes. A primeira mulher nomeada pela Sorbonne foi em ciências, antes de 1914, Marie Curie; em letras, só em 1947, Marie-Jeanne Dury.⁸⁸

Essa dificuldade para a entrada das mulheres no ensino superior, como professoras, não ocorreu apenas nesse período, em uma universidade francesa como destacou Perrot. Ofélia Gondim ao contar no início da entrevista resumidamente suas experiências, expõe a dificuldade que era para uma mulher lecionar na universidade e tendo em vista que o curso era o de Direito, a predominância do masculino, no uso até mesmo das palavras era bastante explícito, observem:

Eu me casei e não exerci a profissão, Helena fez concurso para juíza, foi a primeira juíza da Paraíba e as outras duas não exerceram a profissão, que eu saiba. Então, depois que meus filhos já estavam em idade escolar, o caçula já estava no jardim da infância eu comecei a trabalhar na advocacia e fui estagiar no escritório de Doutor Joacil de Brito Pereira, lá passei um tempo e depois fui trabalhar como autônoma num escritório próprio, eu dividia-o com um colega, ele vinha pela manhã e eu a tarde, até que eu fui eleita Vereadora, primeira Vereadora de João Pessoa em 1972 e resolvi me inscrever num curso de especialização em Direito – pós graduação – no tempo que em Tarcísio Burity era diretor da faculdade de Direito, e graças a este curso que eu fiz e fui aprovada, foram aprovadas duas mulheres Maria Livramento Bezerra e eu, aí nós fizemos concurso para a Universidade Federal. Naquela época a faculdade de Direito não tinha uma mulher, só tinha homens, chamava o “clube do Bolinha”, eram juízes, promotores, procuradores, advogados, pessoas com experiência na área, aí nós fizemos, passamos no concurso para o cargo de auxiliar de ensino, naquele tempo, que nem era propriamente professor, mas como havia necessidade de professor, nós fomos Direito ensinar. Depois nós fomos subindo, sendo promovidas e me aposentei lá como professor adjunto, nível quatro. Ensinei lá na Federal, ensinei Direito Civil, todos os Direitos Cíveis, a parte geral e a parte especial, ensinei Direito do Menor, naquela época era Código de Menores, hoje é o Estatuto da Criança e do Adolescente, ensinei Direito Agrário, o estatuto da Terra, vez por outra ensinava Introdução II substituindo professor quando este ia para pós-graduação. Depois me aposentei, meu marido adoeceu e eu me aposentei para cuidar dele, quando ele morreu eu fiquei muito perdida, precisava retomar a minha vida e fui para Unipê, lá estou ensinando

⁸⁸ PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p.127.

Direito Civil I. Tenho duas turmas, na quarta e nas sextas, eu estou presente lá, fazendo minha terapia, é o que digo sempre.⁸⁹

Optei por destacar esse trecho grande, no qual ela fala resumidamente sobre suas atuações profissionais, dando destaque a sua experiência como Professora que foi a mais longa, pois até os dias atuais ela ainda é professora. Porém o que é interessante problematizar aqui, é o fato de ela e a sua amiga Livramento Bezerra, ao entrarem por concurso na Universidade, o cargo delas não era propriamente o de professora, mas sim de auxiliares dos professores, pois como ela destaca as pessoas experientes da época, que lecionavam era homens que ocupavam cargos de poder no universo jurídico, como Juízes, Delegados, Promotores. Notem que até o modo de se referir a si, na profissão, é masculino, o que me leva a crer que essa profissão e nesse curso também era tida como masculina e usava a língua como forma de impor isso.

Portanto sua entrada nesses setores abre brecha para que essa maneira masculina de se referir a profissão vá mudando aos poucos, e “empoderando” o feminino no vocabulário e nas profissões, como vai ocorrendo com o tempo na sociedade.

Outra experiência que ela relata sobre sua atuação profissional pioneira, foi na advocacia, quando ela assumiu a presidência da Ordem dos advogados na Paraíba, ela relatou-me que:

[...]Jeu entrei no conselho da Ordem e lá permaneci durante dois biênios e fui vice-presidente da Ordem e fui presidente em exercício durante seis meses, quando o Vital do Rego se afastou da presidência da Ordem para se candidatar a deputado federal. Eu como presidente e a Maria Eucleia Neves como vice-presidente, pessoa que muito me ajudou nesse período que era bastante difícil. Depois eu fui conselheira federal, durante um mandato, depois eu deixei a Ordem, mas foi uma experiência muito boa, porque eu participei de congressos pelo Brasil a fora e uma oportunidade muito grande, que eu tive que me marcou minha vida como cidadã participativa da vida política do país, fui na Constituinte, porque eu participei do grupo da comissão Criança e Adolescente na Constituinte, como representante da OAB da Paraíba e fui a Brasília nos dois encontros nacionais, participei com as comissões do Brasil todo, e foi muito interessante para mim, foi uma experiência muito boa, fiquei muito realizada.⁹⁰

⁸⁹ Entrevista realizada por Sabrina R. Bezerra com Ofélia Gondim, no dia 29 de setembro de 2014, na casa dela, em João Pessoa.

⁹⁰ Entrevista realizada por Sabrina R. Bezerra com Ofélia Gondim, no dia 29 de setembro de 2014, na casa dela, em João Pessoa.

Essa experiência como presidente do órgão que representa a classe dos advogados e advogadas do Estado da Paraíba como ela mesma cita, “a realizou”, um lugar de poder e de prestígio. O empoderamento que poucas mulheres naquela época alcançaram. As experiências profissionais de Ofélia Gondim mostram o quão determinada ela foi e como não se conformou em assumir apenas o lugar do lar, como muitas mulheres formadas em Direito ou outras profissões de sua classe social fizeram. Esse protagonismo e pioneirismo dela não poderiam ser desprezados.

Para que os leitores compreendam melhor o que venho destacando ao longo desse texto, uma importante lição que Rachel Soihet nos ensina para o ofício de historiadoras e historiadores merece atenção:

[...] mais uma vez lembro E. P. Thompson com uma citação exemplar: “a história é a disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um contexto”.⁹¹ Portanto, se assumirmos essa premissa como base do fazer histórico, consideramos que aquelas mulheres, conscientes do seu tempo e do espaço em que estavam inseridas, seguiram a trilha mais adequada aos seus objetivos.⁹²

Portanto perceber essas ações como plurais, independe da mulher que as promovem, se dizer feministas ou não, é de máxima relevância nesse trabalho. Além do que, enquanto historiadora, eu comungo da opinião de que respeitar e trazer para minha narrativa, como o contexto dos sujeitos influenciam ou influenciaram em suas ações, desconstruindo a ideia de que existem sujeitos “a frente de seu tempo”, é importante para escrita de um trabalho que se preocupa em trazer ao leitor uma perspectiva mais lúcida e sem cobrar dos sujeitos do passado uma postura que se quer no presente. Ofélia Gondim, agiu no passado de acordo com o que ela vivia e entendia sobre si e sobre o mundo, suas ações foram coerentes com as suas experiências e conhecimento, por isso não é justo cobrar dela uma postura revolucionária, ou mesmo não reconhecer sua contribuição.

⁹¹ SOIHET, *apud* E. P. Thompson. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sergio. (Org.). As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.243.

⁹² SOIHET, Rachel. Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p.106.

Pois são nesses lugares de pioneirismo e protagonismo que eu me debrucei até agora para problematizar como experiências e ações contribuíram para uma pluralidade na construção de saberes e ações em torna das lutas das mulheres.

A “política da diferença” como aponta Tania Navarro Swain no livro, “Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas”⁹³, a autora que é uma das organizadoras desse livro, e também autora de um capítulo dele, aponta que a “diferença sexual” é política e por isso ela cria hierarquias e lugares para os gêneros, através da valoração do órgão genital, portanto aquelas que ousaram resistir em grupo ou individualmente receberam ataques, mas também obtiveram conquistas. As campanhas discursivas que tinham por intuito fazer com que as mulheres rejeitassem o feminismo como grupo, acabou não impedindo sua atuação individual, mesmo que a taxação pejorativa de feminista fosse atribuída a qualquer uma promovesse ações de resistência.

O protagonismo de mulheres que resistem as dominações sociais, é um fator importante a ser observado, pois em grupo ou em ações individuais elas lutaram. Portanto perceber as peculiaridades dessas atuações e como elas ocorreram ou como essas mulheres se representaram e contribuíram para o rompimento das correntes sociais é um fator importante e que eu escolhi trazer nesse capítulo. Com isso conhecer essas experiências de pioneirismo e rompimento de lugares pré-estabelecidos mesmo que de maneira moderada, ajuda-nos a compreender como algumas mulheres abriram caminhos para outras participarem e terem suas próprias experiências.

A próxima e última mulher que irei aqui tratar tem o nome igual a esta que aqui concluo a fala. Ophélia Amorim foi advogada das Ligas Camponesas de Campina Grande, em plena ditadura, mulher de uma classe social alta da cidade de Campina Grande, estudou Direito em João Pessoa, depois das duas primeiras já estarem formadas. Seguiu um caminho bastante improvável e lutou pelo direito, liberdade e dignidade dos trabalhadores rurais em um Estado que reprimia e cortava a veia principal para existência do Direito, a democracia. Ophélia Amorim, transgrediu os papéis de gênero e de classe, aos quais lhe foram submetidos, trazendo em seu capítulo uma história de resistência.

⁹³ Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Organizadoras, Tania Navarro Swain e Diva de Couto Gontijo Muniz. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

CAPITULO III

QUEM TEM MEDO DA COMUNISTA? A EXPERIÊNCIA DE OPHÉLIA MARIA DE AMORIM, ADVOGADA DAS LIGAS CAMPONESAS.

Quem foi Ophélia Maria de Amorim? Segundo o Inquérito Policial Militar produzido pela Promotoria Militar da 7ª Região, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino, que conduziu as investigações sobre um grupo que foi classificado pelos militares como subversivo, do qual segundo esse documento, ela fazia parte. Mas quem é “ela”:

[..]brasileira, com 25 anos, filha de Otávio Teodoro de Amorim e Olga Magalhães de Amorim, natural de Campina Grande, advogada, residente à rua Floriano Peixoto, 390, Campina Grande. Está denunciada integrava o Movimento de Ação Popular no Estado, sendo uma das iniciadoras desse Movimento (fls. 103, 820, 1356...) Participou da equipe da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) de Campina Grande, responsável pela elaboração das “fichas-roteiros” de politização, de teor altamente subversivo. Compareceu ela a uma reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores e Frente de Mobilização Popular, realizada em 13 de março de 1964, destinada a articulação de um movimento de pressão ao Governo do Estado (fls. 588, 657).

Conforme documento autentico, de seu próprio punho, incluso nos autos, determinou a reunião de camponeses com a finalidade violenta de derrubar uma cerca e invadir uma propriedade de terceiro (fl. 1353). Era uma agitadora.⁹⁴

Uma “agitadora”, “perigosa”, “subversiva”, integrante ativa da esquerda política brasileira, paraibana, advogava para os que ousavam resistir. Os militares, a descreveram assim em um volumoso Inquérito Policial Militar, comandado pelo Major Ney de Oliveira Aquino, o qual conseguiu por meio de invasões em diversos lugares públicos e privados documentos que servissem de prova para os atos subversivos que Ophélia Amorim e seus companheiros vinham cometendo. Isso resultou mais tarde em um processo judicial que discutiremos mais à frente. Neste momento continuarei a investigação para conhecermos ou sabermos o máximo que pudermos sobre essa personagem tão atrevida para seu tempo. Além de ter promovido muitas ações que desagradavam os princípios do Governo Militar, na época, essa advogada que também organizou uma Campanha de Educação no Campo, fazia uso de sua retórica e das habilidades profissionais para promover uma suposta

⁹⁴ Inquérito Policial Militar de 1969, produzido pela Promotoria Militar da 7ª Região. Vol. I, p. 2 e 3.

desordem juntamente com trabalhadores rurais de Campina Grande, ligados as Ligas Camponesas⁹⁵. Muitas outras questões podem estar começando a vir a cabeça dos leitores, mas se concentrem ainda em apenas uma, quem foi Ophélia Maria de Amorim, para outras pessoas ou para ela mesma?

Na dissertação escrita por Keila Queiroz, em 1999, produzida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, a qual responde pelo título de, “Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba.”⁹⁶ A autora busca construir uma história das transformações que a Revolução sexual trouxe para as mulheres daquela época em duas cidades da Paraíba, com base em algumas personagens e em processos judiciais da Vara de família, os quais serviram para observar como as relações de família e casamento estavam ocorrendo e o que estava mudando para homens e mulheres daquela época em Campina Grande e João Pessoa na sua maneira de se relacionar amorosamente e de se ver enquanto indivíduos em uma sociedade. Ocorre que uma das personagens dessa dissertação é Salete Agra Van Der Pool, amiga de Ophélia Maria de Amorim, e ela conta em entrevista a autora, Keila que:

Quem rompeu o padrão comportamental da época, fomos eu, Isa Guerra e principalmente Ophélia Amorim em Campina Grande. Nós éramos as três moças consideradas avançadas e comunistas. Até a nossa maneira de se vestir era considerada provocante. Nós viajávamos sozinhas, íamos para Recife nos finais de semana. O ponto de encontro dos esquerdistas de Campina Grande, João Pessoa e Recife era a noite Rosa Amarela em Recife. Politicamente e economicamente eu era independente, só não era emancipada do ponto de vista sexual. Nós três achávamos o casamento fora de moda, mas por conta dos padrões da família. Ophélia fez um casamento muito pomposo. Isa casou no exílio, o meu foi muito simples, era uma coisa necessária por conta da época em que vivíamos. Em 1968 casar com um ex-padre foi revolucionário.⁹⁷

Salete foi notavelmente uma mulher que rompeu com os padrões vigentes de sua época, e por esse motivo ela acabou sofrendo muito preconceito e perseguições tanto do governo, como da própria sociedade que habitava, em Campina Grande, mas o que nos

⁹⁵ As Ligas Camponesas na Paraíba se originou do questionamento da dominação local que passou a expulsar e explorar demasiadamente o campesinato, além de os camponeses terem rompido com o poder paroquial que apoiava as elites dominadoras na exploração. A organização sindical dos camponeses resultou nas Ligas por toda a Paraíba.

⁹⁶ SILVA, Keila Queiroz. Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60, 70 na Paraíba. Dissertação, Recife, UFPE, outubro de 1999.

⁹⁷ VAN DER POOL, Salete Agra. Educadora. Campina Grande, 12 de setembro de 1998. Grifos da autora. In: SILVA, Keila Queiroz. Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60, 70 na Paraíba. Dissertação, Recife, UFPE, outubro de 1999.p.

interessa perceber é a descrição que ela faz de suas amigas, principalmente Ophélia Amorim, como Salete aponta, que eram moças consideradas socialmente como, mulheres que rompiam com a ordem de comportamento que se estabelecia na época, principalmente se levarmos em consideração a posição financeira e familiar de Ophélia Amorim, uma mulher da alta sociedade e de prestígio como ela mesma se define em uma carta que escreve a próprio punho para um amigo das Ligas Camponesas.⁹⁸

Essas moças gozavam de um elemento raro para o sexo feminino, a liberdade e na ditadura, pensar e agir de maneira livre era ainda mais difícil. Em mais um fragmento de entrevista destacado pela historiadora Queiroz, Salete descreve de maneira interessante como vivia naquela época em sua cidade junto com suas amigas e conta um pouco de seu cotidiano na sociedade campinense.

A Rua Maciel Pinheiro era o ponto de desfile de Campina Grande, tinha a Sorveteria Flórida, lá tinha uma radiola, era o que havia de mais moderno na época, toda a alta burguesia de Campina Grande era habitué da Flórida. A nossa residência era vizinha ao Majestic Hotel. Era o hotel mais luxuoso da época, os donos eram Sr. Trajano e D. Helena, ela foi uma das primeiras mulheres que dirigiu em Campina Grande, o carro era o Studback. Lá era o local onde os caixeiros viajantes (representantes), se hospedavam. Eu e minhas amigas costumávamos conversar com eles e transitar de lá para a sorveteria na sua companhia, éramos recriminadas e estigmatizadas por isso.⁹⁹

A partir dessa descrição conhecemos e imaginamos um pouco da dinâmica social da cidade de Campina Grande na década de 1960, e as amigas a quem Salete se refere, suponho que são as mesmas ainda, Isa e Ophélia. Atitudes no mínimo ousadas para moças de família, conversar e andar com estranhos, mesmo que para os nossos dias isso não pareça nada demais, mas para uma cidade interiorana, embora não fosse pequena, pois Campina Grande, chegou a ser mais desenvolvida que João Pessoa Nessa época, década de 1960. Mas era cheia de valores conservadores de uma moral cristã, a qual impunha o

⁹⁸ Carta de Ophélia Amorim, para seu companheiro de luta “Peba”.

“Péba: O Banco não quis receber a promissória, apesar do meu “prestígio”. Sinto não ter o dinheiro para emprestar-lhe, livre dos juros e dos favores dos capitalistas. Espero em outra oportunidade, quando depender exclusivamente de mim, poder servi-lo. A companheira, Ophélia.”

Carta encontrada no volume III do Inquérito Policial Militar de 1969, produzido pela Promotoria Militar da 7ª Região. Produzido pelo Major Ney de Oliveira Aquino.

⁹⁹ VAN DER POOL, Salete Agra. Educadora. Campina Grande, 12 de setembro de 1998. Grifos da autora. In: SILVA, Keila Queiroz. Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60, 70 na Paraíba. Dissertação, Recife, UFPE, outubro de 1999.p.

recato e o casamento as mulheres como sua função social, essas moças ousadas romperam com a ordem e foram por causa disso rejeitadas e “estigmatizadas” por aquela sociedade.

Continuando a busca por conhecer melhor Ophélia Amorim, destaco aqui ainda páginas da Revista “Fatos e Fotos”, encontrada no Inquérito Policial Militar, essa revista datava o dia nove de junho de 1962 e traz uma matéria, na qual expõe fotos e falas da nossa personagem com alguns camponeses. A revista ao mesmo tempo que mostra os ideais de Ophélia Amorim, com apenas 22 anos de idade e já muito decidida e segura do que defendia para sua vida e sociedade, também traz fotos suas que apontam para uma vaidade e cuidado com a beleza, na tentativa de mostrar uma feminilidade e fragilidade naquela mulher tão forte e eloquente com as palavras.

Na matéria então, encontramos a seguinte frase: “apesar de lidar com ideias perigosas, entre camponeses, Ophélia Amorim não se esquece de que é mulher”. E em letras garrafais destacadas de negrito, na matéria encontro: **“REVOLUÇÃO ESTÁ NA MODA: ELA PREGA A LUTA ARMADA”**. Vejamos um fragmento do discurso da revista sobre a advogada persuasiva das Ligas Camponesas de Campina Grande.

Sua família é rica e ela é líder e oradora das Ligas Camponesas de Campina Grande, uma das principais da Paraíba. Quando sai de casa ela procura a companhia dos camponeses, está com eles nos bares, faz discursos e não cessa de pregar que “a única solução é mesmo a luta armada, caso as autoridades comecem com as violências”.

Ajeitando os cabelos com as mãos finas, bem tratadas, diz que acha “imprescindível uma revolução, seja lá por que meio seja” e acusa os grupos econômicos de serem intransigentes e “com esta intransigência, acender o estopim da revolução no Nordeste”.¹⁰⁰

¹⁰⁰ IPM de 1969, produzido pela Promotoria Militar da 7ª Região, Vol. III, p.74.



Nesse primeiro momento a matéria informa ao seu leitor o lugar social da moça em destaque, uma moça rica, pertencente a uma família de Campina Grande, como eu já havia falado, porém o destaque da matéria vai para os ideias que ela carrega e defende, como também sua postura livre de mulher que anda na companhia de trabalhadores pobres em sua maioria analfabetos, mas que ela conversa de igual para igual, no sentido de que sai com eles para bares e comunga de suas lutas e ideias, sendo firme ao proferir frases de enfrentamento direto para com o Estado. Por outro lado, a matéria destaca suas características físicas apontando para uma feminilidade contraditória às suas ações. Pois uma mulher de “mãos finas”, que ajeita os cabelos e passa batom em outra foto, defende com tanta convicção uma revolução, a qual esta mesma matéria ironicamente coloca como sendo “moda. ” Claro no intuito de deslegitimar a luta e usar os padrões de feminilidade para construir uma imagem frágil de Ophélia Amorim, desacreditando seus ideais. Observem a foto a seguir:



Ophélia Amorim entre os camponeses aparentemente em algum tipo de reunião, discursando. Vemos aí a imagem de uma mulher forte, protetora, líder e eloquente. Tendo sido essa imagem extraída ainda da referida matéria da revista “Fatos e Fotos”.

No artigo da historiadora Susel Oliveira da Rosa juntamente com a historiadora Tatiane Ellen Cavalcante Silva em um artigo intitulado: “O testemunho e as mulheres: Ophélia Amorim e Eridan Magalhães”¹⁰¹, encontra-se uma excelente explanação sobre a matéria “Fatos e Fotos” que eu aqui destaco, as autoras trazem uma importante contribuição ao analisarem tal fragmento, em suas palavras:

Eis a dupla transgressão ou talvez até tripla (mulher, advogada, revolucionária...) de Ophélia Amorim: ousa adentrar ao mundo público e, mais ainda, defender a revolução e os camponeses – **“ideias perigosas” vide legenda das imagens**. Se insurge contra sua própria classe, quando deveria ficar **apenas com a “moda” e deixar a revolução”!!!**

¹⁰¹ ROSA, Susel O. SILVA, Tatiane Ellen Cavalcante. O testemunho e as mulheres: Ophélia Amorim e Eridan Magalhães. Capítulo de livro no prelo.

A sensibilidade de Rosa ao perceberem uma tripla transgressão da personagem e ainda por trazerem à tona a ideia de traição de Ophélia Amorim a sua classe para ajudar aquelas a quem por tantos séculos só receberam o ônus do trabalho, sem recompensa e sem dignidade, é no mínimo curioso e problemático, como aconteceu esse rompimento dela para com o mundo no qual foi criada e ensinada. É preciso uma forte sensibilidade e senso de Justiça para puxar o outro lado da corda. É instigante perceber os ideais humanísticos do direito que ela carrega, sua luta tem um quê de sede por justiça social, mas será apenas isso?

Langstein de Amorim Almeida, um jovem advogado de 27 anos, morador da cidade de Campina Grande e primo de Ophélia Maria de Amorim. Em seu depoimento ao Major Ney de Oliveira Aquino, no mesmo Inquérito Policial Militar, ao qual sua prima depôs, ele fala dela da seguinte maneira:

Perguntado qual a participação de OPHÉLIA MARIA DE AMORIM no movimento das LIGAS CAMPONESAS, respondeu que atribui a sua atuação mais a problemas íntimos de auto-realização e necessidade de adquirir notoriedade do que a convicções revolucionárias; que, em suas campanhas políticas o depoente sempre foi combatido por OPHELIA.¹⁰²

É certo que um advogado ou advogada naquela época para ter prestígio e reconhecimento, precisaria se destacar em sua carreira, ser conhecido. E esse é o argumento usado por Langstein para amenizar a situação de sua prima, perante os militares. Digo amenizar porque sendo ela, uma moça que pertencia a uma família de destaque, rica, e com advogados na família, não precisaria andar com um grupo de camponeses esquerdistas apenas para obter notoriedade em sua carreira, ou ser conhecida. O depoimento do primo de Ophélia Amorim nos mostra como ele usa da retórica para persuadir os militares de que sua prima é uma moça “inofensiva”, talvez ambiciosa, mas “inofensiva” a ordem do Estado naquele momento.

Para além disso, também gostaria de analisar a forma com a qual ele atribui a atuação dela a, “problemas íntimos de auto-realização”, essa frase me intriga particularmente, pois nela é possível perceber que além de tentar conquistar notoriedade para a carreira como é seu argumento, ele induz em sua fala que a prima atua dessa forma possivelmente por sua condição de gênero na sociedade. Destaco um trecho de um

¹⁰² IPM de 1969, produzido pela Promotoria Militar da 7ª Região, Vol. VII, p.61.

depoimento dado por Ophélia Amorim a Comissão da Verdade da Paraíba no qual ela destaca como foi sua entrada nas Ligas Camponesas.

Eu me formei no dia 09 de dezembro de 1961, as Ligas Camponesas me prestaram uma homenagem no teatro. Quando eu acabei de colar grau, o presidente da Liga de Alhandra, que hoje, de manhã, estava aqui, subiu no palco com um buquê de flores e me entregou. E que fez toda aquela cerimônia do Teatro Santa Rosa, fez muita gente chorar de emoção. E no dia seguinte eu fui com Assis para Sapé, para ser apresentada aos camponeses como a sua nova advogada e, eu lembro que muitos disseram assim: “nossa, mas essa menina vai lá saber defender os direitos da gente”. Quer dizer, até porque havia uma descrença no trabalho da mulher na nossa cultura, da época, e existia também, evidentemente, no meio camponês.¹⁰³

Nessa última frase de Ophélia Amorim, quanto a sua entrada na advocacia das Ligas Camponesas, é perceptível a sua transgressão, pois além de “trair sua classe”, como expos Rosa e Silva, no intuito de defender (como advogada) uma classe menos favorecida, ela não tem como ideal apenas, o de classe, mas o de gênero também. Quando ela expõe sua consciência sobre as limitações quanto a credibilidade dada ao trabalho de uma mulher na advocacia, é aí que passo a associar a frase de seu primo, quando diz que ela está tentando uma “auto-realização”, pois mostrar que ela é mulher e é capaz de atuar na sociedade e lutar por melhorias e justiça social era seu objetivo tanto quanto a defesa de ideias humanísticos e sociais. Em outro momento desse mesmo depoimento ela ainda expressa seu olhar sobre como as mulheres se comportavam nas Ligas Camponesas, mostrando sua consciência de que mesmo dentro da esquerda, o que já era uma transgressão, ainda era necessário que mais transgressões viessem.

O trabalho nas Ligas Camponesas se desenvolveu numa época em que, ainda, a questão da condição feminina, ainda não tinha vindo a debate muito menos era preocupação dos movimentos políticos, sociais, no Brasil. Então, assim, as mulheres que participavam dos movimentos, quer das Ligas Camponesas, e de outros, era assim, mais uma questão pessoal delas. Quer dizer, elas venciam a sua condição de companheira ou a esposa de um líder político, ficar em casa esperando por ele, preparando a casa para recebe-lo, então era vencer esse papel que a cultura destinava a ela para assumir um papel no movimento social. Mas era uma questão pessoal, não, assim, que houvesse uma preocupação dos movimentos, de trazer a mulher. Nas Ligas Camponesas acontecia uma coisa interessante, as mulheres dos camponeses compareciam as reuniões das Ligas. Aquele sentimento familiar, do camponês, de ir para as reuniões, principalmente nos

¹⁰³ Depoimento de Ophélia Maria de Amorim para a Comissão da Verdade Paraíba.

domingos, de levar a sua esposa ou companheira para que ela fosse, estivesse presente, ouvisse os debates, agora, poucas eram as que pediam a palavra para falar, para expor. Havia alguma, realmente, que pegava o microfone e manifestava a sua palavra, mas, de regra elas ficavam sentadas, ouvindo e na hora das ações dos movimentos, elas não iam. Quer dizer, elas ficavam em casa, como, hoje, o nosso companheiro José Elias, falou aqui, a esposa dele ficava, assim, quase que na retaguarda, para evitar, às vezes, até tragédias que, o marido, assim, se envolver numa luta com a Polícia, ou a Polícia leva-lo. Quer dizer, ela tinha esse papel envolver mais de, como é, apoio, uma retaguarda para seu companheiro. Então, nas nossas Ligas aqui, na Paraíba, e hoje está presente, aqui, a Maria de Aquino, que venceu essa condição e tinha um papel de liderança nas Ligas, e a Elizabeth, que veio substituir o João Pedro, com a morte dele, foi uma coisa surpreendente porque se tratava de uma mulher de formação, como era a das mulheres da sua época, doméstica, quer dizer, com um papel bem definido de ter filhos, cuidar da casa e dos filhos, e ao romper isso para até assumir uma liderança que ela veio exercer, como presidente da Ligas Camponesas de Sapé.¹⁰⁴

Nesse fragmento ela aponta como necessidade pessoal, o rompimento com o lugar pré-estabelecido socialmente para as mulheres, romper com a dominação masculina. Essa uma questão que merece destaque, pois ela não só relata como as mulheres ficavam de fora das ações, como também destaca aquelas que assumiram lideranças como a própria Elisabeth Teixeira, ao assumir a liderança das Ligas Camponesas de Sapé¹⁰⁵, após o assassinato de seu marido, Pedro Teixeira. Isso mostra que essa personagem assumia uma postura feminista, ou absorvia para si, tal postura, mesmo ela nesse momento não nomeando assim.

Portanto com base nesses fragmentos de depoimentos produzidos por diferentes fontes como é o caso do inquérito policial, da revista e do depoimento oral a Comissão da Verdade Paraíba, reúno aqui algumas palavras que resumem o que foi falado sobre Ophélia Amorim, por parte de pessoas do seu convívio ou não e também dela própria, como: subversiva, rica, feminina, forte, Advogada, ousada, livre, transgressora, inofensiva, agitadora, feminista, revolucionária. Destaco-as, pois dentro da perspectiva dos estudos culturais sobre identidade, ela então está dentro da perspectiva de uma identidade móvel, um sujeito fruto de uma modernidade tardia ou pós-modernidade,

¹⁰⁴ Depoimento de Ophélia Maria de Amorim para a Comissão da Verdade Paraíba.

¹⁰⁵ As Ligas Camponesas da cidade de Sapé, interior da Paraíba, em 1958, foi a primeira que surgiu e a mais conhecida, a princípio seu líder foi o camponês, Pedro Teixeira, que foi assassinado por um grupo de homens donos de terras, conhecidos como “Grupo da Várzea”, que eram os poderosos que as Ligas desafiavam. Segundo o historiador Paulo Giovani essa foi a maior Liga que o Brasil teve, embora não exista uma exatidão no número de membros, mas pode-se dizer que era alto.

reúne em si, diversas identidades que correspondem a muitos grupos a maneira de vê-la ou como ela se vê, negando e absorvendo para si aquilo que usou para se auto afirmar como sujeito. Stuart Hall, aponta que:

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade *não* assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Ela tampouco se refere, se pensamos agora na questão da identidade cultural, àquele “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém em comum” (Hall, 1990). Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.¹⁰⁶

Dentro dessa perspectiva observamos a construção da identidade dos sujeitos como sendo instável, sujeitas a mudanças, fragmentada, descentrada. E mesmo que ela esteja dentro de uma coletividade que traga consigo uma identidade, essa identidade não é uma unidade, e os sujeitos assumem para si o papel que desejam. No caso de Ophélia Amorim, ela vai contra uma identidade nacional que se instalou com o golpe militar e ao mesmo tempo reivindica outra identidade a revolucionária, ao mesmo tempo que dentro dessa ela ainda tem outra luta que a por igualdade para com as mulheres e dentro disso tudo ainda é vista pelos outros de maneira diferente ou parecida da sua visão. Sendo contraditória em alguns momentos com a identidade que assume para si, e a identidade do grupo com o qual foi criada.

Quem foi Ophélia Amorim? Foi a questão que eu levantei no decorrer dessas poucas páginas, e com ela eu não buscava uma resposta, mas sim procurava compreender como ela foi relatada e se relatou, como também tentei demonstrar minimamente sua visão sobre o mundo, e para tanto é preciso compreender como ela proferiu ações que a

¹⁰⁶ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.108.

tornaram parte dessas páginas. Portanto, a próxima questão é: Como Ophélia Amorim, rompeu, por meio de suas ações com o cerco cultural, familiar, religioso que lhe envolvia? Como ela se construiu, ou construiu sua identidade nas relações sociais que vivenciava, dentro desse espaço de poder? Pois a identidade se constrói nos espaços de poder e não apenas no discursivo segundo Hall.

3.1 – A Ditadura Militar na Paraíba, as Ligas Camponesas e “ação popular”.

O golpe civil militar sofrido pelo Brasil em 31 de março de 1964, ocorreu devido a uma série de fatores, os quais concomitantemente influenciaram ações que abriram brechas para tal momento político. Antes de iniciar qualquer discussão se faz necessário contextualizar os fatos que levaram a implantação da ditadura militar a nível nacional e as reações a ela, ocorridas no Brasil e na Paraíba, utilizando da experiência da personagem desse capítulo que é uma das mulheres que lutou e resistiu contra esse regime.

O anticomunismo no Brasil, vem de longa data, sua primeira aparição foi segundo Rodrigo Patto Sá Motta¹⁰⁷, “após a Revolução de 1917”, que:

[...] provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e as crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra. Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista.¹⁰⁸

Portanto pode-se perceber que vem do início do século XX as influências acerca de uma propaganda anticomunista produzidas no Brasil e que contou com elementos “exógenos”, para sua construção. A imprensa brasileira acompanhou as opiniões de seus aliados Europeus e Estadunidenses e com a emergência bolchevique uma das primeiras coisas que Lênin fez foi retirar a Rússia da “Tríplice Aliança”, descumprindo os acordos

¹⁰⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

¹⁰⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p.28.

feitos entre a Rússia e países aliados na Primeira Guerra Mundial, o que causou um grande mal-estar entre os países que chegaram a acusar os russos de serem espiões alemães. Tendo em vista que o Brasil nesse momento era aliado desses países que compunham a “Tríplice Aliança” na Primeira Guerra Mundial, acabou também tomando as dores da traição e propagando hostilidade aos comunistas, leninistas ou marxistas.

Além dessa influência externa que continua no segundo momento de propaganda anticomunista no Brasil na década de 1960, fatores internos também contribuíram, como na década de 1930, com o crescimento dos comunistas, surge e se fortalece no Brasil um partido de caráter fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de Plínio Salgado.

Por isso na sua segunda aparição, embora antes dela, havia ocorrido a “Cruzada Brasileira Anticomunista”, na década de 1950, que não teve muito destaque político e por isso não é muito considerada. A luta anticomunismo de 1960, se caracteriza principalmente pelo contexto histórico mundial em que ele se inseria, além de ter influenciado substancialmente na conjuntura política brasileira.

Vivia-se um período de pós- Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, no qual a Europa se dividiu em dois grandes blocos econômicos, o capitalista e o comunista, sendo que os capitalistas estavam intervindo nos seus colonizados como África e Ásia, para que o “inimigo vermelho” (União Soviética, URSS)) não avançasse. A Guerra do Vietnã é um exemplo disso. Os Estados Unidos principalmente estavam intervindo onde achavam necessário. A América Latina não era sua preocupação, a princípio, mas depois que ocorreu a Revolução Cubana e Fidel Castro implantou em Cuba o regime marxista-leninista, os Estados Unidos voltaram seus olhos para América Latina, no sentido de alerta, pois as ideias soviéticas não poderiam tomar conta de lá.

Como destaca Motta, os Estados Unidos ao voltar seus olhos para América Latina, descobre os problemas e a realidade social a qual ela estava imersa. E foi então que resolveram “ajudar economicamente a região”, claro que com a clara intenção de vigilância anticomunista no lugar. E disso, então se criou, a “Aliança para o Progresso”, que surgiu em 1961, no intuito de aumentar o desenvolvimento social e econômico da América Latina, exigindo que os países interessados, “realizassem reformas nas estruturas sociais, inclusive a agrária.”¹⁰⁹

¹⁰⁹ RABE, 1988, p.134-144 *apud* MOTTA, 2002, p.232. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

No Brasil por já haver uma tradição anticomunista, a Revolução Cubana, já soou como alerta para os grupos que defendiam a não entrada dessas influências marxistas, leninistas, soviéticas, no Brasil. As esquerdas do país estavam atentas a isso também e esse foi um período no qual o Partido Comunista no Brasil se reestruturou e teve maior destaque na sua atuação. E por causa desses fatores internos e externos foi que as campanhas anticomunistas se intensificaram nos primeiros anos da década de 1960, mais especificamente em 1961 com atos de Jânio Quadros, presidente eleito da época. Segundo Motta:

O recém-empossado governo Jânio Quadros deu início a uma política externa independente, que tendia a aproximar o país das nações não-alinhadas com as posições dos EUA. A orientação de Jânio, uma desagradável surpresa para os que votaram nele esperando derrotar a esquerda e o *getulismo*, gerou reações indignadas. Mobilizou-se o anticomunismo contra a nova política externa, reagindo principalmente aos rumores de que a diplomacia brasileira se encaminhava para o reatamento de relações com Moscou. Nos primeiros meses do ano, diversos setores fizeram ouvir seus protestos, ecoados pela grande imprensa conservadora[...] Choveram críticas contra a ousadia de Jânio, notadamente, após a condecoração oferecida a Che Guevara, que recebeu das mãos do Presidente brasileiro a “Ordem do Cruzeiro do Sul”.

Não pararam por aí as polêmicas que cercaram o breve mandato de Jânio Quadros, pois ele renunciou ao cargo no final de agosto de 1961, caso esse ainda sem muitas explicações e pouco compreendido pelos historiadores, acerca do que o levou de fato a essa renúncia. Portanto esse fato agravou ainda mais a situação tensa entre os brasileiros conservadores, anticomunistas e a esquerda brasileira, pois quem assumiu o cargo foi o vice, João Goulart, conhecido por manter ligações diretas com a esquerda brasileira e os comunistas, além de ser o líder da ala esquerda do PTB.

Devido a isso a entrada de Jango (como era conhecido na época) no Planalto não veio sem que concessões fossem feitas. Segundo Motta:

Para evitar conflito maior articulou-se a solução da emenda parlamentarista, arranjo que demoveu os opositores à posse. Aceitaram a ida de Goulart para o Palácio do Planalto porque o poder presidencial ficava limitado em suas prerrogativas, manietado pelo aumento da influência do Congresso.¹¹⁰

¹¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p.234.

Isso não impediu que as críticas e manifestações ao Governo de Goulart cessassem, pois, o presidente continuará o que Jânio Quadros iniciou, uma aproximação do Brasil com a União Soviética no intuito de se ter menos dependência dos Estados Unidos, como também se tentou uma aproximação e defesa de Cuba contra o bloqueio que os Estados Unidos tentavam promover naquele momento. Tudo isso não agradou em nada a ala conservadora brasileira, despertando manifestações e organizações de grupos que iniciaram uma campanha anticomunista, considerada por Motta, como a chave principal responsável pelo Golpe de 1964.

Muitos foram os fatos que levaram ao Golpe de 1964. Carlos Fico¹¹¹ ao fazer uma análise historiográfica da produção acerca do Golpe civil militar no Brasil chega a apontar que João Goulart possivelmente estava tentando dar um “Golpe de Estado”, no intuito de burlar a Constituição e conseguir continuar no Planalto para realização de suas pretensões políticas.¹¹² Além é claro, de todo o clima de propagandas anticomunistas e tensões entre a direita e a esquerda. Os militares já estavam se organizando para que o perigo comunista não abatesse o Brasil e com o fato ocorrido nos dias 26 e 27 de março de 1964, onde um grupo de Marinheiros e Fuzileiros Navais de ideologias esquerdistas, protestaram em uma Assembleia organizada pela Associação do referido grupo, na qual comemoravam os dois anos de existência e faziam protestos pela prisão de alguns de seus colegas por motivos políticos. Foi então que o Ministro da Marinha ao saber do teor dessa reunião, determinou a prisão de todos que ali estavam. Porém houve resistência por parte dos soldados, o que resultou em uma crise entre os militares. Com todo esse fogo alto, Goulart na noite do dia 30, proferiu argumentos em um lugar público, em defesa das ações subversivas dos militares rebeldes, e nesse momento a ala anticomunista não teve mais dúvidas de que estava prestes a sofrer um golpe. Optando por dá-lo primeiro. Motta Descreve:

No dia seguinte tropas sob o comando do Gal. Olympio Morão Filho partiram de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro, O dispositivo militar do governo ruiu com facilidade desconcertante, à medida que unidades legalistas aderiam à “revolução” e se voltavam contra Goulart. De maneira surpreendente para todos os envolvidos, o conflito foi

¹¹¹FICO, Carlos. Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹¹² Essa é uma questão bastante polêmica que o autor Fico, chega a amenizar em outros trabalhos, como o livro, FICO, Carlos. O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Além de existirem críticas a essa afirmação em artigos científicos. Eu faço uso dessa afirmativa apenas para mostrar que o autor traz uma outra interpretação dos fatos, embora mude em outro trabalho.

resolvido sem que uma guerra civil ensanguentasse o país. O Presidente seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só voltaria morto, doze anos depois, e o novo poder instalou-se. De imediato, teve início um forte expurgo contra os “comunistas”, quer dizer, contra os esquerdistas de todos os matizes, inclusive os comunistas.

A Paraíba contou com grupos que tentaram resistir ao Golpe, ao exemplo dos trabalhadores de Rio Tinto que fecharam a Fábrica na intenção de impedir que o governo militar ali entrasse. Apesar de Motta deixar claro que a resistência ao Golpe no Brasil foi fraca, alguns grupos lutaram e se insurgiram para tentar resistir. As campanhas anticomunistas fizeram um alarde tão grande sobre as esquerdas comunistas estarem se fortalecendo a ponto de tomarem o país, que após a instauração do Governo Militar isso ficou claro que não passava de propaganda exagerada.

O que fez com essas propagandas fossem o principal meio que ajudou a dar o Golpe, pois os protestos que se insurgiram contra o governo de “Jango”, as denúncias sobre comunismo fizeram com que o apoio aos militares nessa empreitada golpista não fosse difícil.

A igreja Católica foi uma das instituições que apoiou o Golpe Militar, porém deve-se destacar que haviam contradições nesse apoio, no sentido de que havia uma área de Igreja Católica ligada à esquerda, com base em ideais de lutas, por reformas sociais, no intuito de difundir princípios humanitários.

A Paraíba foi um Estado no qual essas resistências afloraram de maneira bastante peculiar tanto com relação a ala esquerdista da Igreja Católica como na formação de outros grupos como as Ligas Camponesas de Sapé. Mas sobre a esquerda católica Michael Lowy aponta que nacionalmente:

Essa esquerda católica de 1960 será a primeira manifestação, no Brasil e mais tarde no resto da América Latina, do que se poderia chamar cristianismo da libertação, que é bem anterior - e bem mais amplo em suas manifestações - à teologia do mesmo nome. Trata-se de um conjunto de reflexões práticas que questionam a injustiça social, e se traduzem no compromisso de cristãos - membros do clero, mas sobretudo leigos, organizados em comunidades eclesiais de base (CEBs), pastorais populares, Juventude Universitária Católica (JUC) Juventude Operária Católica (JOC), movimentos de educação de base - com a luta pela emancipação dos pobres. A questão da pobreza é, tradicionalmente, uma preocupação fundamental para a Igreja Católica; mas o enfoque agora muda de forma fundamental para a Igreja Católica; já não se trata de considerar o pobre como *objeto* de ajuda, proteção ou

caridade, mas como *sujeito histórico*, como ator de sua própria libertação.¹¹³

É dentro desse contexto que se formar a Ação Popular (AP) que era um:

[...]movimento político não-confessional dedicado à luta pelo socialismo, que terá bastante sucesso – ganhando a hegemonia no movimento estudantil e suas entidades, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) – mas, depois de várias crises, dez anos mais tarde, uma boa parte de seus militantes acabará por aderir ao Partido Comunista do Brasil (maoísta)¹¹⁴.

Ophélia Amorim, entrou primeiro na JUC, enquanto ainda estava cursando direito na Faculdade de Direito de João Pessoa, fazendo também parte da AP. E ao concluir o curso de Direito ingressou como advogada das Ligas Camponesas de Campina Grande.

Se faz necessário antes de continuar abrir um parêntese para explicar aos leitores que não conhecem o que foram as Ligas Camponesas na Paraíba. Pois bem, segundo Paulo Giovani Antonino Nunes¹¹⁵:

A Origem das Ligas Camponesas na Paraíba está ligada ao rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e o consequente questionamento da estrutura de dominação, representada pelo atrelamento do aparelho governamental ao grupo da Várzea¹¹⁶ e a própria mobilização dos trabalhadores, através de congressos, e da influência das lutas de Pernambuco (BENEVIDES, 1985:32 e segs.) A primeira Associação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, criada em 1958, e que ficou conhecida como Liga de Sapé, era bastante parecida com a Liga da Galiléia, que deu origem à luta social agrária, apesar de diferenças no modelo organizacional. A Liga de Sapé, a exemplo da Liga do engenho Galiléia de Pernambuco, procurou desvincular-se da identificação com o comunismo, não adotando o nome de Liga e convidando um pequeno proprietário para ser seu presidente, apesar da direção real do movimento estar nas mãos do líder Camponês João Pedro Teixeira.¹¹⁷

¹¹³ LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: *Revolução e Democracia* (1964...). Organizadores: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.306.

¹¹⁴ Idem. p. 308.

¹¹⁵ NUNES, Paulo Giovani Antonino. Os movimentos Sociais, o Governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-Militar na Paraíba. Fortaleza: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

¹¹⁶ O grupo da Várzea era formado por duas famílias ricas de donos de terras, os Ribeiro Coutinho e os Velozo Borges. Tais grupos exploravam os camponeses e mantinha uma estreita relação com o Estado que os apoiava, inclusive na perseguição que eles promoviam aos camponeses e a sua expulsão das terras.

¹¹⁷ Idem; p. 3

Essa não aproximação das Ligas Camponesas de Sapé, que era a principal da região e acabava comandando as demais da região do brejo, litoral e sertão da Paraíba, não durou. Após a morte do seu líder João Pedro Teixeira, assassinado a mando de senhores proprietários de terra em 1962, sua esposa Elizabeth Teixeira assume a liderança. E é pouco tempo antes da morte de João Pedro Teixeira que Ophélia Amorim em 1961 conclui a graduação em Direito e vai advogar para as Ligas Camponesas de Campina Grande, mas claro que acaba mantendo contato com a de Sapé, sendo ela uma das distribuidoras do jornal da Liga para a cidade de Campina Grande e que juntamente com Elizabeth chegou a receber um convite para ir a Cuba, porém ela não pode ir, mas a líder das ligas foi. Como pode se observar abaixo:

Subscrito

HAVA

8861

URG T ANTONIO DANTAS ESTACAO
RODOVIARIA 25 JPESSOAPB

COS 132 (- DE LAPARIOGB 132 36 11 16

Órgão: _____

HAJAM-SE A RECEBER NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE
O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIAR, O DEPARTAMENTO NA
FISCALIZAÇÃO, A ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

AVISE URGENTE OFELIA MALAQUIAS ELIZABETH TIREM PASSAPORTE
AFIM VIAJAR HAVANA PARTICIPAR PRIMEIRO JANEIRO COMEMORAÇÕES
REVOLUÇÃO DOIS PONTOS DINHEIRO ELIZABETH BANCO LAVOURA SIGO
AMANHÃ RECIFE TRATE ENCONTRO LIGAS ABS PADRE ALIPIO

TÉXTO

OPHELIA MARIA DE AMORIM
MALAQUIAS BATISTA
ELIZABETH TEIXEIRA

Ophélia Amorim entrou nas Ligas Camponesas como advogada e militante, através da JUC, (Juventude Universitária Católica) e também fazia parte da Ação Popular da Igreja Católica, como ela mesmo conta:

Pois bem, foi dentro desse contexto, de uma nova advocacia, de uma advocacia comprometida com as lutas populares, que eu, uma estudante de Direito, em João Pessoa, nos anos de 57 a 61, me inseri. Em primeiro lugar, devo dizer, levada pela Juventude Universitária Católica que se abria para um trabalho dos estudantes, uma luta dos estudantes comprometida com a realidade histórica, ou seja, com os problemas vivenciados pela sociedade, naquele momento em que nós estávamos estudando e vivendo. Em seguida pelo Partido Comunista Brasileiro, na pessoa [...] do dentista Leonardo Leal.¹¹⁸

Segundo o historiador Nunes na Paraíba:

Na década de 1960, foi criado, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Interestadual (COSINTRA), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir desta entidade sindical, foi criado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi criado o Pacto de Unidade e Ação, tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo. Além desse avanço do movimento sindical, outras entidades da sociedade civil passaram a atuar de forma mais reivindicativa, principalmente o movimento estudantil secundarista e universitário, e a Associação Paraibana de Imprensa (AIP). Esta, a partir do momento que passou a ter uma direção mais progressista, sob a presidência de Adalberto Barreto (CITTADINO, 1998:75 e segs.) Outro campo de atuação importante das forças nacionalistas e de esquerda foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), fundada em 1961, com o objetivo de, inspirada no método Paulo Freire, promover atividades de educação/conscientização junto às camadas populares. Inicialmente, atuou na cidade de João Pessoa e posteriormente, expandiu-se para outras cidades do interior do Estado. Foi fundada por estudantes e profissionais da área de educação e assistentes sociais ligadas a JUC (Juventude Universitária Católica). No seu Conselho Deliberativo, estavam representados o movimento sindical, o estudantil, a Igreja Católica, a API, dentre outras entidades.¹¹⁹

¹¹⁸ Depoimento de Ophélia Maria de Amorim para a Comissão da Verdade Paraíba.

¹¹⁹ NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Os movimentos Sociais, o Governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-Militar na Paraíba. Fortaleza: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.p.2 e 3.

E foi em meio a esse contexto de movimentos que surge essa consciência e compromisso social de uma advocacia que luta pelos direitos dos menos favorecidos dentro de uma perspectiva de classe. A CEPLAR também fez parte da vida Ophélia, pois ela participou ativamente dessa empreitada, na qual ela produzia os formulários daqueles que desejam receber a educação oferecida pela CEPLAR. Portanto a personagem então se insere nesse contexto político levando seu trabalho de advogada para lutar e difundir a ideologia da esquerda que começa a emergir naquele momento no país inteiro, uma esquerda que quer fazer uma reforma social de base e que se torna alvo das propagandas anticomunistas, a exemplo disso temos o que Ophélia Amorim conta sobre o medo dos comunistas que para a população era as Ligas Camponesas e demais movimentos já citados:

Era um choque, na João Pessoa daquela época, fechada, sem nenhuma abertura para os problemas sociais e até, digamos assim, morria de medo das Ligas Camponesas.

Então, era uma coisa até paranoica, um medo e eles enfrentavam esse medo com violência contra o advogado e contra o seu cliente. Então, prendia um camponês, a gente ia lá para tentar ver se resolvia a coisa, ele não concordava, expulsava a gente do comissariado e nós tínhamos, então, que recorrer ao juiz de Direito e o juiz de Direito também era contra as Ligas, achava que pegavam criancinhas, jogavam para cima e aparavam com a espada, como diziam que os comunistas fizeram na Revolução de Bolchevick. Então, eles também negavam e a gente tinha que recorrer ao Tribunal, contra a ordem do juiz. Então, era uma luta muito desigual porque, mesmo na área judicial, os advogados desses proprietários contavam com o apoio do juiz. Devo dizer, com toda honestidade, que no Tribunal de Justiça da Paraíba havia muitos desembargadores que eram pessoas com ideias socialistas, com ideias, pelo menos, humanistas, um deles era o Doutor João Santa Cruz, que era desembargador. Então, a gente atuava como advogado se valendo não só dessas brechas da lei, como também desse apoio, que tinha que ser velado, mas que se manifestava através de decisões.¹²⁰

Nesse primeiro trecho destacada Ophélia Amorim se refere ao primeiro trabalho que realizou para as Ligas camponesas quando ainda era estudante de Direito, ela saiu com um livro de ouro, pedindo dinheiro para as Ligas em João Pessoa, e esse relato do medo e aversão as Ligas (comunistas) foi sua primeira impressão. No segundo trecho temos uma Ophélia mais madura, já advogando para as Ligas Camponesas e nessa segunda impressão ela relata o medo que demonizou os comunistas e ainda é possível

¹²⁰ Depoimento de Ophélia Maria de Amorim para a Comissão da Verdade Paraíba.

perceber que esse medo tem influências externas como eu já destaquei com relação a propaganda anticomunista no Brasil que absorveu os argumentos de países como os Estados Unidos sobre a Revolução Bolchevick. Mas a informação que ela traz no final do segundo trecho sobre haver desembargadores que são autoridades no judiciário de uma hierarquia superior favoráveis a pensamentos socialistas ou humanistas é bastante interessante, pois percebemos aí que as brechas que ela fala para defesa e luta dos interesses sociais dos camponeses na Justiça também contavam com sujeitos que dentro de uma instituição conservadora como um Tribunal lutavam por ideias e ideais comunistas, esquerdistas.

Pegando esse gancho é que em mais um trecho de depoimento de Ophélia para Comissão da Verdade Paraíba, ela narra como foi seu primeiro trabalho para as Ligas e como ela usou a advocacia para lutar e avançar no Direito por ideais que ela defendia.

Então, eu lembro bem que o meu primeiro processo foi exatamente segurar um camponês que havia sido despejado porque as Ligas trouxeram um fenômeno interessante, embora detentores do poder absoluto, inclusive contando com o apoio da Justiça e da polícia, os proprietários de terra, diante das reações das Ligas, começaram a ter um certo medo, um certo receio de, por exemplo, espancar os camponeses para que eles abandonassem a lavoura que haviam preparado, plantado. Então, começaram a fazer processos judiciais, notificava para desocupar e se o camponês evidentemente não tivesse advogado, decorria do prazo que lhe foi dado e ele seria despejado. Então, nós começamos a fazer esse trabalho de defender a posse. Quer dizer, quando eles entravam com a ação de reintegração de posse, nós contestávamos e íamos discutir na Justiça, quer dizer, aparentemente parecia fácil, mas havia toda uma violência ao redor disso, quer dizer, violência, ameaça, espancamentos, até, dos líderes e isso, como uma forma de, mesmo havendo processo judicial, obrigar os camponeses a desistirem e entregarem, como era realmente o objetivo dos proprietários de terra. Além dessa atuação, nós começamos a também defender os direitos trabalhistas, até então, como Assis falou, hoje – vou sempre me referir porque a exposição dele foi bem completa, da situação existente, na época –, os camponeses não tinham o menor direito, mesmo quando ele era empregado, quer dizer, não posseiro, nem meeiro, mas, quando ele era empregado, ou seja, ele não tinha jornada de trabalho, ele não tinha férias, não tinha aviso prévio, naquela época ainda não tinha sido votado o 13º que foi uma grande conquista do trabalhador brasileiro, mas durante o governo de João Goulart. Então, nós também começamos a atuar na Justiça do Trabalho.¹²¹

¹²¹ Depoimento de Ophélia Maria de Amorim para a Comissão da Verdade Paraíba.

E é claro que essas ações não passaram despercebida pelo regime militar, que logo promoveu arrombamentos em casas e cedez de grupos esquerdistas para recolher documentos, como bilhetes, cartas, atas de reuniões, livros. E assim se formou o Inquérito Policial Militar no qual Ophélia Amorim e os demais participantes desses movimentos na Paraíba foram convocados a depor.

Ophélia Amorim havia ido ao Rio de Janeiro participar como advogada das Ligas Camponesas da Paraíba de uma mobilização encabeçada pelo Comando de Greve dos Trabalhadores e Frente de Mobilização Popular, que ocorreu em 23 de fevereiro de 1964. Ao voltar para Paraíba, um mês depois foi convocada a depor pelo Governo Militar, que já havia se instalado em todo o Brasil no final de março daquele ano. No dia 2 de maio de 1964 ela compareceu ao Quartel General do 1º Grupamento de Engenharia. Na presença do Major Ney de Oliveira Aquino, responsável pelo Inquérito. Entre tantas negativas, em suas respostas, uma estratégia de defesa, destaco:

Perguntada se é verdade que mantém ligações com FRANCISCO DE ASSIS LEMOS e LANGSTEIN ALMEIDA relativas a organização das Ligas Camponesas, respondeu que quanto a LANGSTEIN ALMEIDA é até seu parente e não mantém com ele quaisquer relações, mesmo de amizade; - quanto a ASSIS LEMOS, nunca participou com o referido cidadão de trabalhos de planejamento ou propaganda das Ligas Camponesas; que as vezes participava de reuniões de caráter público, onde ASSIS LEMOS também comparecia para tratar de assuntos relativos ao movimento camponês no Estado, adiantando que, mesmo nessas reuniões, nem era convidada.¹²²

Perguntada se tinha mais alguma coisa a declarar quanto a sua posição no movimento camponês no Estado, respondeu que a sim; que, ao formar-se em Direito; achou que deveria empenhar-se numa tarefa em que fosse realmente útil aos seus concidadãos e, particularmente aos menos favorecidos pela sorte; que nunca utilizou nem pregou métodos violentos para resolver os problemas surgidos; que todas as questões surgidas entre camponeses e proprietários, sempre procurou solucioná-los pelos meios legais; que não é comunista nem nunca manteve ligações com o Partido Comunista. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o encarregado deste inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com a indiciada, com as testemunhas e comigo, Capitão Ernani Layne Falcão, servindo de escrivão, que o escrevi.¹²³

Após esse interrogatório, assim como os demais companheiros Ophélia Amorim foi presa preventivamente, como fica exposto na figura abaixo:

¹²² Inquérito Policial Militar de 1969, produzido pela Promotoria Militar da 7ª Região. Vol. VI, p.59.

¹²³ Inquérito Policial Militar de 1969, produzido pela Promotoria Militar da 7ª Região. Vol. VI, p. 60.

Fls. 650.
[Handwritten signature]

(Armas da República)
 Ministério da Guerra
 IV Exército
 1º GRUPOAMENTO DE ENGENHARIA

OFÍCIO Nº 47-IPM

João Pessoa-PB, 08 / -V- / 1964

Do Maj NEY DE OLIVEIRA AQUINO, Encarregado do IPM

Ao Exmo Sr Dr Auditor da 7ª Região Militar

Assunção: prisão preventiva (solici-
ta)

1. Na qualidade de encarregado de um Inquérito Policial-Militar em que são indiciados ALBERTO BARRETO, ANTONIO AUGUSTO ARROXELAS MACÊDO, ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA, ANTONIO ARAÇÓ FILHO, ANTONIO FERNANDES DE ANDRADE, ANTONIO JOSÉ DANTAS, ANTONIO FIGUEIRÊDO AGRA, ARISTIDES LUCIO VILLAR RABELO, BENTO DA GAMA BATISTA, BERNARDES TEMÓTEO DE SOUZA, BENE ANDRADE DE MATOS, CARLITO SILVEIRA, ELISABETH ALFIMA TEIXEIRA, FRANCISCO DE ASSIS LEMOS, GUILHERME CAMPÊLO RABAY, HELOISIO JERÔNIMO LEITE, HERMILIO DE CARVALHO CHIMENES, JOÃO ALFREDO DIAS, JOÃO BATISTA BARBOSA, JOSÉ RODRIGUES LOPES, JOSÉ GOMES DA SILVA, JOSÉ ANISIO MAIA, JOÃO RIBEIRO FILHO, LAURINDO MARQUES DE ALBUQUERQUE MELO, LONARDO MOREIRA LEAL, LUIZ BERNARDO DA SILVA, LUIZ HUGO GUIMARÃES, MANOEL PORFÍRIO DA FONSECA, MARTINHO LEAL CAMPOS, OPHELIA MARIA DE AMORIM, OLIVEIROS, CAVALCANTI DE OLIVEIRA e RIVALDO CIPRIANO DA COSTA, responsáveis pela prática de atos atentatórios à Segurança Nacional capitulados na Lei de Segurança Nacional, solicito que contra os mesmos se decretem prisão preventiva nos termos do art 149 do CPM, por ser ela do interesse da Justiça e necessária ao prosseguimento das diligências por prazo superior ao estabelecido no Art 156 do referido Código.

2. Comunico que estão à disposição de V. Exa e mais Juizes, os comprovantes de que tratam as letras "a" e "b" do Art 149 do CPM.-

(s) NEY DE OLIVEIRA AQUINO - Major
 Encarregado do IPM

3.2 – Na prisão: “O seu problema é falta de casamento”: os lugares impostos as mulheres e as habilidades de resistência.

Vamos chegar ao ano de 1964, quando as forças golpistas, conseguem dar o golpe contra a nossa democracia. E o resultado disso, qual era? Vamos acabar com os movimentos populares, vamos acabar! Não vai restar nada. E um dos movimentos principais era as Ligas Camponesas, aqui na Paraíba o principal. Pelos motivos socioeconômicos, ao qual se referiu o companheiro Assis Lemos. E a repressão em cima de quem participava desse movimento. A repressão não tinha limites. Poderia ser de uma prisão, passando por espancamento tortura e até a morte, como ocorreu com vários companheiros nossos. Fui presa no dia 6 de abril, também de 1964. Eu estava no Rio. Eu tinha ido porque as Ligas haviam me indicado para ser advogada da Superintendência da Reforma Agrária, a SUPRA, que veio depois a ser substituída pelo INCRA. E eu tinha ido também participar do Comício do dia 13 de março, da Central do Brasil, que acreditamos tenha sido o estopim do Golpe, porque quando os “gorilas”, viram aquela quantidade de operários, camponeses, estudantes, todos querendo que o Brasil mudasse, que houvesse as reformas que necessitava, sobretudo a Reforma Agrária, eles não se conformaram. O comício foi no dia 13 e o golpe foi dado em 31 de março. Quer dizer, Jango se apropriou de todas terras circunvizinhas as rodovias federais para fazer a Reforma Agrária e decretou a desapropriação das duas refinarias particulares que haviam no Brasil, a de Manguinhos e outra que não me recordo. Os militares disseram, está indo longe demais, o Brasil vai realmente mudar, então vamos deter isso. Então eu fui, participei, fui até no caminhão da UNE, fui com outro paraibano que gostaria de lembrar aqui, que desencadeou toda a sua inteligência toda a sua arte, o teatrólogo: Paulo Pontes. Que também veio a várias reuniões aqui, lembra Assis? Paulo Pontes, que orgulha a Paraíba, não só pela sua luta, pela sua brilhante inteligência, autor da famosa peça *A gota d'água*, juntamente com Chico Buarque de Holanda. Então meu pai se comprometeu com os militares que estavam me procurando, que eu me apresentaria. E eu voltei, e me apresentei, aliás eles mandaram até um salvo conduto aqui da Paraíba, pra eu não ser presa no aeroporto de Recife quando desembarcasse. E aí, inicialmente eu fui presa no 15º Regimento de Infantaria. Nós lá tínhamos um quarto, que era o quarto do Coronel, onde estávamos presas as mulheres participantes da luta, do movimento de alfabetização, pelo método Paulo Freire da CEPLAR. Movimento operário, tinham poucas mulheres presas. Então nós ficamos lá, aguardando a hora de ser chamadas para prestar nossos depoimentos. Realmente, é, não posso dizer, porque seria faltar a verdade, naqueles dias lá, no 15º regimento de infantaria, não sofremos tortura, não fomos maltratadas. E o presidente do Inquérito Policial Militar, era o Major Aquino, um sujeito que, assim, eu as vezes pensava que ele discordava até do golpe. Tinham muitos militares progressistas na época. E eu acreditava pela maneira como ele nos interrogava, como nos tratava, que ele discordava da violência, pelo menos com que os militares estavam tratando os ditos comunistas. Então respondi, fiquei presa primeiro, depois no Grupamento de Engenharia, onde encontrei

Elizabeth Teixeira, a viúva de João Pedro, ficamos presas na mesma cela, depois Elizabeth foi solta, e aí eu fui transferida pra Campina Grande, pra o 7º Grupamento de Engenharia, onde morava minha família e eu naquela época eu era a única mulher ainda estava presa. Então eles acharam melhor, me mandar pra Campina Grande. Então eu fui, e lá era um quartel de tropa, digamos assim, onde haviam a previsão do serviço militar e então assim eu que aqui tinha certas regalias, de tomar banho de sol. Eu ficava trancafiada na cela, no quarto. E o Coronel Comandante me disse assim: Ophélia você talvez esteja estranhando aqui, mas eu não tenho como, você é uma moça jovem, e eu tenho 600 homens aqui que entraram a poucos dias e eu não sei quem são. Eu ponho minhas mãos no fogo por meus oficiais e meus sargentos, mas por esses soldados, essa tropa, eu não tenho como. E aí eu fiquei presa até final de agosto.¹²⁴

Portanto nota-se que Ophélia Amorim, já estava ocupando postos de responsabilidades dentro das ligas, pois a indicação que conseguiu para advogar em uma instituição a nível nacional, e ainda representar a Paraíba na central do Brasil de 1964 foi uma conquista grande para uma mulher, advogada, de esquerda naquela época.

Nessa passagem Ophélia Amorim relata sua impressão sobre golpe militar, trazendo uma nomeação que na época era comum, entre os comunistas ou esquerdista, sobre a polícia militar, eles se referiam a eles como “gorilas”, é interessante perceber como essa linguagem não morreu com o tempo, tendo em vista que esse depoimento é datado do ano de 2014. Bom, a descrição dela sobre sua prisão na Paraíba faz com que percebamos como esses meses em uma cela foram para ela, já destaquei algumas estratégias do primeiro depoimento dela, e antes de ser solta ela ainda é chamada para depor novamente, e continua mesmo depois de meses presas com a mesma estratégia de negar um envolvimento com comunismo ou incentivo a desordem. Ela notavelmente foi uma mulher forte e que não se deixava intimidar. Inteligente e convicta de seus ideais defendendo-os estrategicamente naquele período em que a resistência era tão perseguida.

Logo após ser solta em agosto na Paraíba e ser indiciada em um processo judicial, ela foi chamada no Estado do Pernambuco, em Recife para prestar esclarecimentos sobre sua atuação nas Ligas Camponesas, pois segundo a mesmo os militares acreditavam que as Ligas da Paraíba e as de Pernambuco eram a mesma coisa. Então Ophélia Amorim se dirige a Recife e apesar de não ter sido presa passa por vários depoimentos que foram

¹²⁴ Fragmento do Depoimento dado por Ophélia Amorim a Comissão da Verdade PB, em Sapé, no dia 14 de abril de 2014.

bastante desgastantes. O Coronel Hélio Ibiapina de Lima, tinha fama de ser um homem duro, torturador, impiedoso.¹²⁵ Ophélia Amorim, então relata como foi essa experiência:

[...] meia noite ele me chamou para prestar o meu primeiro depoimento, e aí ele me disse assim: então senhora... você... é famosa por seus discursos. Então você vai prestar seu depoimento em tom de discurso: suba ali! – era um tablado assim – suba ali, e vá falar como você fala nas Ligas, incitando os camponeses. Aí eu disse: olha – eu acho que ele tenente coronel, não era major – eu disse: olha coronel, eu não sei fazer discurso. Coronel, Hélio Ibiapina respondeu: Ah, não? E como é que você fala tanto? Todo mundo só fala dos seus discursos – coitada de mim, eu nunca fui grande oradora – então vai falar. Eu então dissuadi: olha, coronel, eu acho que em um depoimento eu nem saberia contar e responder as perguntas em tom de discurso. Consegui dissuadi-lo.¹²⁶

Isso tudo ocorreu no primeiro dia de depoimento dela, ela conta que chegou ao quartel pela manhã, cedo ele só o recebeu a meia noite, depois de um dia inteiro de cansaço e pressão psicológica, ela chega até afirmar que isso era uma forma de tortura.

Outro ponto interessante desse relato de Ophélia é quando ela comenta que depois de alguns dias de depoimento o coronel achou uma solução para o caso dela e foi aí que a coisa ficou difícil para ela e sua luta foi além dos seus ideais de esquerda e se tornou uma questão de gênero.

[...] eu vou contar isso porque é até folclórico – ele (Coronel Ibiapina) olhou para mim, depois de três dias de depoimento, ele disse: **olhe eu acho que o seu problema é casar, você precisa casar**”. Aí eu disse: **não Coronel!** Ele disse assim: olha tem um capitão solteiro, aliás ele vai embarcar amanhã pra integrar as tropas do Brasil no canal de Suez. Então eu vou lhe apresentar ele – eu disse (pensei comigo mesma): vou morrer. Imagina se esse homem resolve me casar na marra, achando que meu problema era casar. Então, ele disse, eu vou lhe apresentar esse capitão, ele vai ficar três meses em Suez, e quando ele voltar vamos

¹²⁵ No fragmento a seguir, encontrado no Jornal Correio da Paraíba, publicado em 31 de Março de 2014, o Ex-Deputado, torturado na Ditadura Militar pelo Coronel Ibiapina, Assis Lemos, conta: “Eu fui trazido pessoalmente pelo coronel Ibiapina Lima, comandante dos inquéritos militares de todo Nordeste, um comandante muito violento, que me torturou várias vezes. No dia 9 de abril ele veio me buscar para levar para Fernando de Noronha. Quando estava perto de Recife ele me tirou do jipe que estava me levando e colocou no matagal que tinha lá na estrada e começou a me torturar. E quando ele tinha me colocado no pau-de-arara [meio de tortura] e colocado um jornal no ânus e tocado fogo, aí então ele disse que eu tinha sido cassado aquele dia pela Assembleia, por iniciativa do deputado Joacil Pereira”, “contou Lemos sem nenhuma lágrima no rosto, sem mudar o tom de voz, ou demonstrar em sua face sofrimento, ele fez o relato como quem descrevesse um pedaço da história do Brasil que deve ser lembrada”. Encontrado: <http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/poder/2014/03/31/NWS,237857,7,389,POLITICA,2193-CINQUENTA-ANOS-GOLPE-MILITAR-PAIS-PARAIBANOS-CONTINUAM-DESAPARECIDOS.aspx>

¹²⁶ Fragmento do Depoimento dado por Ophélia Amorim a Comissão da Verdade PB, em Sapé, no dia 14 de abril de 2014.

fazer o seu casamento. Aí eu disse: mas coronel, eu não posso me casar com um homem que eu não conheço, nunca vi... E também a contradição entre nós dois é muito grande, ele nunca vai me aceitar e nem eu vou aceita-lo. Bom, então consegui me safar dessa também, que Ibiapina me propôs.¹²⁷ (grifo meu).

Com base nisso pode se perceber como o Coronel carregava consigo valores bem próprios das décadas de 1940 e 1950, pois com base em Carla Bassanezi Pinsky, em seu livro, “Mulheres dos anos dourados”, ela aponta com base em revistas desses anos como as mulheres eram vistas na mídia e como essa mídia ditava o comportamento feminino considerado correto. A caminhada rumo ao altar, a maternidade, ao papel social definido e defendido como natural para as mulheres que nem poderiam mesmo escolher seus futuros maridos, quando se trata de uma família mais tradicional. O Coronel Ibiapina tenta exercer sobre Ophélia por ser mulher a dominação masculina através do casamento, ele considerava que seu envolvimento nas Ligas era falta de casamento, ou seja, falta de um homem que tomasse as rédeas daquela mulher que queria ser livre. E já que a família dela não fez isso, ele mesmo queria fazer. Segundo Pinsky:

A ideia de que a natureza conduz as mulheres ao casamento, à maternidade e à domesticidade é marcante na imprensa feminina desta época, constituindo-se em uma das bases de seu conteúdo. A união com um parceiro do sexo oposto e a procriação envolvem aspectos que vão além da necessidade geral de reprodução e manutenção da espécie humana, aspectos culturais e históricos. Em outras palavras, união e procriação podem ser vividas e interpretadas de maneiras diferentes em cada contexto social e mudar com o tempo. No entanto, essa dimensão social e temporal é negada quando as revistas femininas apresentam casamento e maternidade, somados ao desempenho das tarefas domésticas, como integrantes de um destino natural da mulher.¹²⁸

Esse “destino natural” é o que o coronel Ibiapina tenta impor para Ophélia Amorim, uma moça jovem, de família rica, deveria estar casada, sua solteirice para ele havia levado ela para más companhias. Assim precisava de um marido que a guiasse. Outra questão interessante é perceber que Ophélia Amorim, não aceita tal imposição e reage. Ela tinha consciência de que aquilo era algo horrível, não se casaria com um homem que não escolheu. Essa ideia de liberdade de escolher o homem com que se queria namorar ou casar fazia parte do processo de libertação que as mulheres começavam a

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. São Paulo: Contexto, 2014, p.49-50.

viver, sobre suas relações amorosas, a década de 1960, foi marcada por uma ideia de liberdade sexual e questionamentos a moral. Como aponta Pinsky:

Já nos anos de 1960, pode-se dizer que a moral que regula o comportamento das mulheres, assim como os padrões que definem as distinções de gênero, são bem menos rígidos que nas duas décadas anteriores.¹²⁹

Com base nisso, é possível perceber que para Ophélia Amorim, essa liberdade de moça que trabalha e se dedica as suas causas e ideias é uma prática não tão livre assim, pois ela acabou sofrendo em certos momentos imposições para seguir os padrões sociais da época. Resistiu ao casamento que o Coronel queria lhe arranjar a força, mas em outro momento, como sua amiga Salete Agra informou em entrevista a historiadora Keyla Queiroz, ela acabou tendo um casamento pomposo, para agradar sua família.

A condição feminina na sociedade brasileira passava por uma dupla resistência, pois as mulheres eram duplamente atacadas, tanto na direita como na esquerda política do país. Ambos os lados tratavam as mulheres como seres inferiores e que pertenciam apenas ao lar. Aquelas que entravam na militância tinham que, ou se masculinizar, ou serviam apenas para cuidar das coisas domésticas do grupo. A historiadora Susel Oliveira da Rosa, em seu já citado livro, *Mulheres, ditaduras e memórias*, “*não imagine que precise ser triste para ser militante*”, levanta uma discussão com base uma de suas personagens, Nilce Cardoso. Ela apresenta a experiência dessa mulher na militância da esquerda brasileira. Mas o que chamou minha atenção e que traz uma boa reflexão para este trabalho foi o relato da entrada de Nilce nos grupos de esquerda.

Rosa começa a apresentar como foi a entrada de sua personagem na militância de esquerda em São Paulo, e segundo ela Nilce foi introduzida a esse mundo, primeiro através dos livros e depois passou por uma mudança radical de aparência e comportamento para servir as causas do grupo. Nilce conta que a princípio ficou isolada em uma casa e que um companheiro do grupo de que fazia parte lhe deu uma trilogia de livros para ler do autor Jorge Amado, entre os quais, a historiadora destaca o conteúdo de um, em específico, intitulado como, *Subterrâneos da Liberdade*, o livro conta a história de uma jovem militante na esquerda brasileira da década de 1930. A rotina e as tarefas

¹²⁹ Idem; p.63.

que a personagem precisava desempenhar no grupo em atividades domésticas e de auxílio aos homens, Rosa conta-nos que:

Apesar de ter sido escrito em décadas anteriores, o romance de Jorge Amado, relido nos anos 60 e 70, refletia uma postura ainda dominante na esquerda que, “aceitava as mulheres em suas organizações, mas não como dirigentes ou tomando iniciativas, nem estava interessada nas questões das mulheres”. Andréa Ney faz essa afirmação a partir da crítica que Simone de Beauvoir fez ao marxismo dos anos 60, já que para ela, “mais uma vez, as mulheres se viam arrumando a casa e fazendo a faxina.”¹³⁰

Com base nessas observações da autora é possível perceber que a esquerda não tratava as mulheres diferentes do conservadorismo moral que a direita mantinha, de uma sociedade patriarcal. O lugar marginal, estava para as mulheres, em qualquer um dos lados, elas sempre eram as que não entendiam nada, as que não tinham capacidade de direção e que muitas vezes serviam apenas para fazer o café nas reuniões dos grupos. E as que quisessem entrar na guerrilha, precisariam ter disciplina e se masculinizar, ou seja, anular a mulher que existia nelas.

Portanto estar em um grupo de esquerda exigia uma luta dupla e que muitas não percebiam de imediato, mas que com o tempo acabaram notando a diferença de tratamento devido a condição de gênero.

As mulheres que saíram para grupos de feministas, foram hostilizadas por todos os lados. O medo das desviantes era notório e repressor, mas não intimidou as mulheres que continuaram a lutar na história do nosso país e Estado, como Ophélia Amorim e as personagens da historiadora Susel Oliveira da Rosa. Todas elas contribuíram em seus locais de lutas e em suas participações em ideologias políticas ou nos feminismos.

Continuando a trajetória de Ophélia Amorim, quando ela voltou do Pernambuco, respondeu a um processo na Paraíba junto a outros companheiros das Ligas Camponesas, da JUC, da AP e da CEPLAR e no final saiu ilesa. Segundo informações contidas no Prontuário nº00481, disponibilizado pela Comissão da Verdade Paraíba. “O STM

¹³⁰ ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante.” (Coleção entregêneros). Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013, p.34. Ver também: NEY, Andrea. Teoria feminista e as filosofias do homem. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1995, p.120. E TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.70.

concedeu habeas-corpus, por inépcia da denúncia, ao elemento acima, denunciado no Processo Rural, cujo encarregado do Inquérito foi o Ten-Cel Elisiário Paiva e que tomou na Aud. 7º Rm o nº 33/65. ”¹³¹

Apesar de Ophélia Amorim sair desse processo sem condenação e ser considerada inocente das acusações por fragilidade das provas na ação judicial, o Prontuário que o Serviço Nacional de Informações manteve sobre ela, monitorou por anos o seu comportamento. E como se pode notar na imagem abaixo, no ano seguinte a sua saída do processo, um fato curioso ocorre.

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RECIFE



I N F O R M E Nº 264 / 16 , A R E / 82

DATA: 13 DEZ 82

ASSUNTO: OPHÉLIA MARIA AMORIM

ORIGEM: -X-X-

REFERÊNCIA: -X-X-

AValiação: A/1

DIFUSÃO ANTERIOR: -X-X-

DIFUSÃO: SS/06

ANEXO: PRONTUÁRIO DA NOMINADA

OPHÉLIA MARIA AMORIM, indiciada em IPM instaurado para averiguações de atividades subversivas, conseguiu, na época, por intermédio do então Senador JOÃO AGRIPINO FILHO um passaporte para viajar a EUROPA, mais precisamente RÚSSIA, onde realizaria um curso. Seu regresso estaria previsto durante a gestão daquele Senador como Governador do Estado da PARAÍBA quando então assumiria o cargo prometido pelo mesmo.

¹³¹ Prontuário sobre Ophélia Amorim, nº 00481, do Serviço Nacional de Informações, Agência Recife. Disponibilizado pela Comissão da Verdade Paraíba.

O Governador que assinou o pedido de afastamento da Juíza Helena Alves de Souza, em 1969, juntamente com mais 11 Juízes por meio do Ato Institucional nº 5, alguns anos antes, em 1966, como Senador, consegue para Ophélia Amorim um passaporte que a levaria para Rússia, naquele momento União Soviética, que vivia um período de desestalinização, com a divulgação do relatório Krushev, em 1956, denunciando os crimes de Stalin que faleceu em 1953. Ela iria fazer um curso, claro ligado a ideologias políticas não aceitas no Brasil pelo regime militar. E na sua volta ela teria um cargo no governo da Paraíba, quando este viesse a se tornar, como de fato se tornou, governador. O prontuário não nos conta o que houve, ou por que ela não foi fazer esse curso. Mas este é um fato de extrema importância para reflexão, pois em outra página eles a denominam como:

12-04-66	IPM.	Idealista, deixou-se envolver pelos elementos comunistas. Exerceu suas atividades como advogada das Ligas Camponesas no Interior do Estado. Compareceu a comícios e concentrações de caráter subversivo. Foi advogada do Padre Alípio quando de sua prisão em João Pessoa. Fez ligação com os elementos de Julião no Rio de Janeiro. Compareceu a reuniões do CGT e da FMP onde foram tratados assuntos de caráter subversivo e agitacionista. (Arts. 2º, item IV, 5º, 7º, 9º e 12º da Lei nº 1802, da Lei de 5 de janeiro de 1953). (Ref. IPM - GRUPO DOS 11). x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
----------	------	--

Apesar de todas as descrições de suas ações como já foram expostas aqui, chamolhes atenção, caros leitores, para o fato de eles a tratarem como uma “idealista”, que se deixou-se envolver por comunistas, ou seja, é como se ela não tivesse a capacidade de escolher tal ideologia política, mas sim, foi seduzida, como uma mocinha indefesa pelos “lobos maus” do comunismo.

Após o final do processo, seus pais decidiram que era melhor ela ir morar no interior de São Paulo para que não se envolvesse mais com essas questões das Ligas Camponesas, o que não ocorreu, lá Ophélia Amorim encontrou outras lutas como ela mesmo disse em depoimento ao falar do papel feminino nas Ligas, ela observou que:

Então, nós, mulheres, estávamos mesmo naquela situação de apoiar o nosso companheiro que era, que deveria ser o líder e ela nem disputava esse papel com os homens. Isso aí veio mudar bastante com o movimento feminista que é no final da década de 70 e início dos anos 80, que a aí é uma outra etapa da minha luta, em que eu participei

ativamente para que a mulher rompesse esse papel que secularmente vinha sendo destinada a ela. Então, mas isso é uma outra história.

Nesta fala descobri a faceta feminista de Ophélia Amorim, sua outra luta foi para que as mulheres tivessem seus direitos garantidos, sua igualdade social perante os homens, a nossa luta diária de romper as correntes sociais machistas. Mas isso fica para outro momento, pois como ela mesmo diz, “é uma outra história”, que em outra oportunidade eu irei contar para vocês.

Portanto as três personagens que analisei nesse trabalho contribuíram de maneira bastante singular para abertura de espaços e criação lugares que antes eram inexistentes, como o cargo de Juíza, lugares na política e na luta de classes e de gênero, para as paraibanas que precisam saber que isso não veio sem lutas e resistências de mulheres fortes e corajosas que ousaram dizer não as correntes do lar e ir à luta por seus ideais sociais ou profissionais.

Conhecer essas histórias, construí-las e trazê-las para essas páginas é imensamente satisfatório para mim como historiadora das mulheres e do gênero. Essas três mulheres em suas carreiras advindas do Direito, conquistaram, romperam e lutaram para que mulheres como nós continuassem em grupo ou individualmente, moderada ou militante, pudessem chegar ao lugar que quisessem e desejassem, com mais igualdade e respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da história é feita a partir de três preceitos, periodização, conceitos e escrita. A periodização é essencial para a história, é o que a diferencia das outras disciplinas. Por isso, o recorte temporal se faz essencial para a construção de uma pesquisa. Os conceitos escolhidos para problematizar o período definido, também são essenciais para que a escrita da história seja feita. Podendo esses conceitos serem da história ou de outras disciplinas. Embora haja na história muitos empréstimos de conceitos de outras áreas, isso não afeta a sua identidade, só a torna mais interdisciplinar. E quanto à escrita, é preciso destacar que o texto histórico é uma escolha, uma escolha de linguagem, de narrativa, de recorte, de olhar sobre um tema. Prost já ensinava que “a obra histórica constitui-se, em primeiro lugar, pelo recorte de seu objeto.”¹³². E por esse motivo, minha pesquisa não poderia ser diferente.

O objeto aqui trabalhado é a trajetória profissional de três mulheres. E por isso existe um recorte de tempo, de conceitos e de escrita. Eu recortei a vida profissional dessas três mulheres, destacadas ao longo dessa dissertação, não porque outras esferas de suas vidas não fossem interessantes ou não merecessem ser problematizadas, mas única e simplesmente pelo fato de esse recorte ter sido minha escolha enquanto autora, pesquisadora e historiadora. É o meu olhar sobre a vida dessas mulheres, é a minha subjetividade aqui exposta, pois nossas escolhas partem do que há em nós mesmos. Ao mesmo tempo esse não é um trabalho que se esgota aqui, pois como eu optei por um recorte nesse momento, em outro eu, ou outra pesquisadora, ou pesquisador, podem optar por fazer com esse objeto outra história, com outro olhar.

Com isso, quero lhes dizer que trazer para as linhas da história a trajetória profissional de mulheres paraibanas que ocuparam cargos de poder, algumas como pioneiras, ou seja, abrindo caminhos para que outras viessem, é de extrema importância para que se possa pensar o lugar feminino na sociedade paraibana e, principalmente, como se davam as relações de gênero e poder nas décadas em destaque. Meados dos anos cinquenta até início dos anos setenta, momentos de grandes mudanças, culturais, sociais, políticas e no direito.

¹³² PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p.217.

A pergunta que me norteou nesse trabalho para costurar as experiências de vida das minhas três personagens foi a de saber: como essas três mulheres se construíram dentro das relações de poder que lhes rodeavam? As três personagens, de maneira singular, romperam com as limitações de gênero de sua época, e suas experiências contribuíram para um alargamento na vida profissional para o gênero feminino no campo do Direito.

A resistência dessas três senhoras, que ainda se encontram vivas hoje, e contam suas histórias com grande satisfação e alegria é de extrema relevância para o estudo e compreensão das relações de gênero que elas protagonizaram em João Pessoa, principalmente durante os anos de 1956 à 1972, como deixo claro no meu recorte e, tendo em vista ele, eu ainda acrescento que esse trabalho contribui para minha linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação, ao qual eu estou inserida no PPGH- UFPB: a linha de *Ensino de História e Saberes Históricos*. Como uma discussão e fonte que poderá ser utilizada para outras pesquisas ou mesmo para a sala de aula, pois a vida dessas mulheres trouxe muitas informações acerca, principalmente, da influência da Ditadura Civil Militar na Paraíba e a inserção feminina no campo do Direito.

Eu tive algumas limitações ao longo da pesquisa, como acredito que a maioria das pessoas que constroem uma dissertação tiveram ou terão, devido o tempo curto que se tem para a escrita e pesquisa. Eu não pude fazer a entrevista que eu gostaria com a terceira mulher dessa dissertação, Ophélia Amorim, não consegui o contato dela para entrevista-la na sua atual cidade no interior de São Paulo. Mas, mesmo assim, ainda pretendo um dia fazer dessa limitação um outro trabalho.

Contudo, esse foi um trabalho que me proporcionou um amadurecimento teórico imenso acerca das teorias de gênero. Procurei trabalhar desde o mais clássico, como Joan Scott, até as produções que encontrei mais recentes, sobre mulheres na política, feminismos no Brasil, entre outras. Michel Foucault e Tania Navarro Swain também foram autores (a) importantes na construção desse texto, pois suas perspectivas de poder dentro das teorias de gênero e de sexualidade me serviram de aparato para as problemáticas e discussões as quais me propus nessa pesquisa.

Destarte, contar a história das mulheres ou do gênero sempre será um trabalho inacabado e em ascensão. Por muitos anos, fomos esquecidas e marginalizadas da escrita dos historiadores, como é sabido. E as mulheres que ousaram e ousam resistir a essa

marginalidade abriram para outras a possibilidade de conquistas importantes. Por isso, escrever a história das mulheres e do gênero, além de ser uma forma de lutar e de resistir, para mim foi uma escolha de vida ou uma forma de viver. Continuar contando histórias como essas é meu objetivo profissional, enquanto pesquisadora de gênero e história das mulheres.

REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO

FONTES:

Acervo pessoal de Helena Alves de Souza. Jornais: *A União, O Norte*.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Relações de gênero na universidade: carreiras docentes e perspectivas profissionais discentes*. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal da Paraíba. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 401013/2010-3), 2010.

MULHERES no curso de direito: ontem e hoje. Direção: Iayna Rabay. Produção Uhoo Filmes. João Pessoa – PB, 2015. 17 min. Son, Color, Formato: DVD.

Entrevista produzida pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra no dia dois de julho de 2014 com a Juíza Helena Alves de Souza. Em João Pessoa, na casa da entrevistada.

Entrevista produzida pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra no dia vinte e nove de setembro de 2014 com a Professora Ofélia Gondim, na casa da entrevistada.

Entrevista produzida pela pesquisadora Sabrina Rafael Bezerra no dia dezenove e nove de janeiro de 2015 com a Professora Ofélia Gondim, na casa de Helena Alves de Souza.

Inquérito Policial Militar de 1969, produzido pela Promotoria Militar da 7ª Região.

Prontuário sobre Ophélia Amorim, nº 00481, do Serviço Nacional de Informações, Agência Recife. Disponibilizado pela Comissão da Verdade Paraíba.

BIBLIOGRAFIA:

ARTIÈRES, Ph. **Arquivar a própria vida**. Revista Estudos Históricos, Arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 11, nº 21, 1998, p. 9-34.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964- 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BAUER, Caroline Silveira. GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: **O historiador e suas fontes**. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (org.) 1º ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

BASSO, Rafaela. **A escrita da História de Natalie Davis no Livro Nas Margens. Outros Tempos. Dossiê Estudos de Gênero**. Maranhão: V. 7, N. 9, P. 211-224, 2010.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transsexualidade**. Bag'oas, Natal; n. 04, p. 95-112, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: **Usos e Abusos da História Oral**. Organizadores: Marieta de Moraes e Janaina Amado. 8º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** Tradução: Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

- Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte.** Charlinton José dos Santos Machado, Maria Lúcia da Silva Nunes, Márcia Cristina Ferreira Mendes. Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a História. In: **O historiador e suas fontes.** Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (org.) 1º ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- CRESCÊNCIO, C. L. **Dizer-se feminista no Brasil entre os anos 1970 e 1980.** In: XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens, três mulheres do século XVII.** Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 195.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: **Cinema e História.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: O uso dos prazeres.** Tradução, Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- JOUTARD, Philippe. História Oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: **Usos e abusos da história oral.** Coordenadoras: Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: **Revolução e Democracia (1964...).** Organizadores: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nós e por meio dos periódicos. In: **Fontes históricas.** Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). São Paulo: Contexto, 2005.
- MATOS, Maria Izilda S.de. **Estudos de Gênero: Percursos e possibilidades na historiografia contemporânea.** *Cadernos Pagu*, Campinas SP; (11), p.67-75, 1998.
- MIGUEL, Luís Felipe. O feminismo e a Política. In: **Feminismo e Política, uma introdução.** Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: **Culturas Políticas na história: novos estudos.** Organização Rodrigo Patto Sá Motta. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas.** Organizadoras, Tania Navarro Swain e Diva de Couto Gontijo Muniz. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.
- Mulher e política na Paraíba: história de vida e luta.** Glória Rabay, Maria Eulina de Pessoa Carvalho. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- MURGEL: Ana Carolina Arruda de Toledo. **“Esse um que só o dois inaugura”: Alice Ruiz e os anos 1970.** *Labrys*, Brasília: jan/junho de 2006.
- NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio. (orgs.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001. P.243.

- NUNES, Paulo Giovani Antonino. Os movimentos Sociais, o Governo Pedro Gondim e o Golpe Civil-Militar na Paraíba. Fortaleza: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.
- O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In: **A nova história cultural**. HUNT, Lynn (org). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PEDRO, JOANA MARIA. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, N.1, p.77-98, 2005.
- PEDRO, Joana Maria. Corpo, Prazer, e Trabalho. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. Organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2013.
- PERROT, Michelle, “**Práticas da memória feminina**”, em Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.18, 1989.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.
- RAGO, Margareth. **Descobrimos historicamente o gênero**. *Cadernos Pagu*, Campinas SP;(11), pp. 89-98, 1998.
- _____. **A história do presente em Michel Foucault**. In: Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante.”** (Coleção entregêneros). Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez, 1990.
- RAMOS, Severino. **Agripino – O mago do Catolé**. João Pessoa: A União, 2014.
- SILVA, Alômia Abrantes. **As escritas femininas e os femininos inscritos, imagens de mulheres na imprensa paraibana dos anos de 1920**. Mestrado em História UFPE-CFCH. Orientador: Prof. Dr. Druval Muniz de Albuquerque Júnior. Recife PE, 2000.
- SILVA, Keila Queiroz. **Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60, 70 na Paraíba**. Dissertação, Recife, UFPE, Outubro de 1999.
- SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um debate. In: **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Organizado por Neuma Aguiar. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. Organizadoras: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- SWAIN, Tânia. A história é sexuada. In: **Paisagens e Tramas: o gênero entre a história e a arte**. Organizadoras: Margareth Rago e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. São Paulo: Intermeios, 2013.
- _____. **A construção imaginária da História e dos Gêneros: o Brasil no século XVI**. *Textos de História*, v. 4, nº2, 1996, p. 130-153. Entre a vida e a morte, o sexo. In: STEVENS, Cristina Maria & SWAIN, Tânia Navarro (orgs.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

_____. **Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsório e o continuum lésbico.** Bagoas.Natal. Número 5,2010.